

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO (CBG)

BRUNO EDUARDO ANDRADE DE CARVALHO

A NORMALIZAÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS: um estudo de caso de periódicos na
área jurídica

Rio de Janeiro

2021

BRUNO EDUARDO ANDRADE DE CARVALHO

**A NORMALIZAÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS: um estudo de caso de periódicos
na área jurídica**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Mallmann S. P.

Rio de Janeiro

2021

Ficha Catalográfica

C331n	<p>Carvalho, Bruno Eduardo Andrade de A normalização de artigos científicos: um estudo de caso de periódicos na área jurídica. / Bruno Eduardo Andrade de Carvalho. - Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>144 f.: il. color.</p> <p>Orientadora: Patrícia Mallmann S. P. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) – Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.</p> <p>1. Normalização. 2. Associação Brasileira de Normas Técnicas. 3. ABNT. 4. Editoração Científica. 5. Artigo Científico. I. Mallmann S. P., Patrícia. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 001.81</p>
-------	--

BRUNO EDUARDO ANDRADE DE CARVALHO

A NORMALIZAÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS: um estudo de caso de periódicos na
área jurídica

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Biblioteconomia e Gestão de
Unidades de Informação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito
parcial à obtenção do título de bacharel em
Biblioteconomia e Gestão de Unidades de
Informação.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2021.

Prof.^a Dr.^a Patrícia Mallmann S. P. – Departamento de Biblioteconomia/FACC/UFRJ
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Raimunda Fernanda dos Santos – Departamento de Biblioteconomia/FACC/UFRJ
Membro interno

Prof.^a Ma. Carla Beatriz Marques Felipe – Departamento de Biblioteconomia/FACC/UFRJ
Membro interno

Dedico este trabalho a Deus, meus pais, irmão e,
em memória, a minha avó.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e irmão por serem as pessoas mais especiais que existem, pelos valores ensinados, o carinho de sempre, apoio imensurável, paciência e o suporte durante toda minha vida e em todos os momentos. Agradeço a Deus por me facultar condição e oportunidade de realizar uma segunda graduação.

Agradeço as dores de cotovelo por me fazerem enxergar quais eram os meus reais objetivos de vida, meus valores e desta forma poder questioná-los se eles de fato eram meus ou se tinham sido implantados pelas induções sociais. Obrigado biblioteconomia por me fazer entender que o objetivo da vida não é só patrimônio, segurança, conforto, carreira profissional e dinheiro, ou seja, uma vida vazia atrás de benefícios materiais. Através da vivência na área pude massificar que o importante de fato é o afeto e o sentimento de integração com a coletividade, de ser útil e fazer o bem aos demais, isso me realiza.

Agradeço aos amigos que a vida me privilegiou, sejam os de longa data ou os de montanhas, todos estes que acreditam mais em mim do que eu mesmo, Yasmin, Eduarda, Ana Paula, Wagner, Victor, Diogo, Jonatan, Raphael, Eduardo e Rodrigo. Agradeço aos amigos de curso e estágios, pelos momentos, ensinamentos e que sem vocês eu não teria conseguido, principalmente nos momentos mais difíceis, Tayssa, Vitória, Francielly, Júlia, Marcelle, Bruno, Pedro, Yuri, Eduardo e Marcus. Em especial, agradeço aqueles que são mais que amigos, verdadeiros irmãos e que eu muito os admiro, Aneli, Eden e Rafael.

Agradeço a todos os professores, mas ressalto aqueles que mais me marcaram durante esta jornada. Obrigado por dedicarem seus tempos à docência com sabedoria, incentivo, carinho, humanidade, alegria e compartilharem o conhecimento como poucos, Marianna Zattar, Lúcia Fidalgo, Danilo Pestana, André Vieira, Raimunda Fernanda, Carla Beatriz, Nikiforos Joannis, Sergio Castro e Patrícia Mallmann, essa última minha orientadora a quem eu agradeço pela compreensão, paciência, flexibilidade e ajuda de me coordenar neste trabalho ao mesmo tempo em que ocorre um louco mundo pandêmico.

Agradeço aos bibliotecários, bibliotecárias, arquivistas, administradoras e editores que me ensinaram e supervisionaram. Agradeço a Leni, Ana Lúcia e Tatyane que foram as primeiras pessoas a me darem experiência na área, obrigado pelo carinho, acolhimento e por tudo. Agradeço ao Frederico que foi quem me ensinou diversos conhecimentos arquivísticos, ensinamentos para a vida e por todo o seu apoio. Agradeço a Simone, em memória, pessoa que sempre vai estar em meu coração como alguém que me tratava como um filho, não um funcionário. Agradeço a Eliane, Sandra e Wellington que de longe foram os melhores chefes

que eu já tive e eu não teria o conhecimento técnico da área não fossem os ensinamentos que me proporcionaram, obrigado pelo carinho, momentos, aprendizados e por suas amizades que eu levarei para a vida. Agradeço a Fátima, José, Renata, Eliane, Ilka, Fábio, Luciana, Thalyta e Josafá, pelo rico aprendizado, o acolhimento e principalmente pelos momentos que vivenciei com vocês em um ambiente extremamente agradável. Agradeço a Maria e Paola pela oportunidade de atuar e aprender em uma unidade com estrutura ímpar, bem como a experiência adquirida. Agradeço ao Eduardo que foi quem me deu oportunidade na área da editoração científica, esta que eu tanto me identifiquei profissionalmente, obrigado por sempre reconhecer meu esforço ainda mais durante um momento tão difícil de pandemia em que convivemos. Por fim, agradeço a Klara, a quem sou extremamente grato por ter aprendido, convivido e que durante toda a pandemia e trabalho remoto, não houve uma vez sequer, nem nos momentos mais difíceis que tenha me deixado sem suporte e apoio, obrigado chefinha por ser mais do que uma supervisora e sim uma amiga.

Obrigado a todos que contribuíram para a conclusão da minha trajetória, nos abraços, nas experiências e nos aprendizados.

RESUMO

O presente trabalho compreende e apresenta um estudo de caso evidenciando a importância da normalização técnica conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em artigos científicos selecionados dos periódicos acadêmico-científicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), que são a Revista LexCult, a Revista Juscontemporânea e a Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Expõe aspectos importantes das normas e da literatura para apresentação de periódicos, artigos científicos e como a organização da informação não deixa de ser uma forma de mediação da informação. Identifica a relevância da atuação do profissional bibliotecário na normalização dos artigos científicos para área de Editoração Científica, suas atividades exercidas e as características multidisciplinares da demanda em equipes de produção editorial. Demonstra critérios e instrumentos para a coleta dos dados que consiste em formulários que avaliam a qualidade do periódico para indicar melhorias. Emprega metodologias de natureza exploratória e descritiva que possibilitam a mensuração dos dados e a apresentação dos resultados obtidos, por meio de gráficos e tabelas, evidenciando como a normalização técnica é fundamental para a pesquisa científica, principalmente na produção de conhecimento científico e na contribuição para a efetiva comunicação científica. Por fim, descreve o quanto a normalização é essencial para a pesquisa científica, as competências do profissional bibliotecário no contexto do perfil multidisciplinar e demonstra que todos os envolvidos no processo de editoração científica, devem possuir conhecimentos plenos em normalização.

Palavras-chave: Normalização Técnica; Associação Brasileira de Normas Técnicas; ABNT; Bibliotecário; Editoração Científica.

ABSTRACT

This paper comprises and presents a case study highlighting the importance of technical standardization according to the norms of the Brazilian Association of Technical Norms (ABNT), in scientific articles selected from the academic-scientific journals of the Federal Regional Court of the 2nd Region (TRF2), which are the LexCult Magazine, the Juscontemporânea Magazine and the Magazine of the Judiciary Section of Rio de Janeiro. It exposes important aspects of the norms and literature for the presentation of periodicals, scientific articles, and how the organization of information does not cease to be a form of mediation of information. It identifies the relevance of the librarian's role in the normalization of scientific articles for the area of Scientific Publishing, its activities and the multidisciplinary characteristics of the demand in editorial production teams. Demonstrates criteria and instruments for data collection consisting of forms that evaluate the quality of the journal to indicate improvements. It employs methodologies of exploratory and descriptive nature that enable the measurement of the data and the presentation of the results obtained, through graphs and tables, showing how technical standardization is fundamental to scientific research, especially in the production of scientific knowledge and in the contribution to effective scientific communication. Finally, it describes how standardization is essential for scientific research, the competencies of the professional librarian in the context of the multidisciplinary profile, and demonstrates that all those involved in the scientific editing process should have full knowledge of standardization.

Keywords: Technical Standardization; Brazilian Association of Technical Standards; ABNT; Librarian; Scientific Editing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Definições sobre trabalhos acadêmicos.....	21
Quadro 2	Elementos estruturais de um trabalho acadêmico.....	21
Quadro 3	Conceitos sobre comunicação científica.....	23
Figura 1	Modelo clássico da comunicação científica.....	24
Quadro 4	Distinções entre canais formais e informais de comunicação científica....	25
Quadro 5	Elementos estruturais de um periódico.....	27
Figura 2	<i>Journal des Sçavants</i>	29
Quadro 6	Equipe de editoração com cargos e funções.....	33
Quadro 7	Possibilidades de atuação do bibliotecário na Editoração Científica.....	35
Quadro 8	<i>Checklist</i> para submissão de artigos.....	37
Figura 3	Processo de submissão, avaliação e publicação de um artigo.....	38
Quadro 9	Roteiro para uma revisão.....	39
Quadro 10	Elementos estruturais de um artigo.....	41
Quadro 11	Normas necessárias para um artigo.....	43
Figura 4	Etapas do processo de criação de norma.....	48
Quadro 12	Quantitativo de edições e artigos selecionados.....	53
Quadro 13	Quantitativo dos agentes envolvidos na pesquisa	54
Figura 5	Prédio do CCJF.....	57
Figura 6	Estrutura organizacional do CCJF.....	58
Quadro 14	Informações sobre a Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.....	60
Quadro 15	Equipe editorial da Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.....	60
Quadro 16	Informações sobre a Revista LexCult.....	62
Quadro 17	Equipe editorial da Revista LexCult.....	62
Quadro 18	Informações sobre a Revista Juscontemporânea.....	63
Quadro 19	Equipe editorial da Revista Juscontemporânea.....	64
Quadro 20	Condições para submissões nos periódicos.....	64
Quadro 21	Critérios para publicação.....	66
Quadro 22	Estrutura aplicável aos artigos.....	68
Figura 7	Fluxograma do processo editorial no sistema OJS.....	71
Figura 8	O setor de publicações.....	72
Figura 9	Tela de atualização de fluxo de trabalho.....	73
Figura 10	Tela de atualização cadastral de usuário.....	74

Figura 11	Tela de submissão.....	75
Figura 12	Software CopySpider e a análise dos resultados.....	76
Figura 13	Tela de requisição de avaliação.....	77
Figura 14	Tela de revisão de avaliação.....	77
Quadro 23	Questionário de avaliação dos artigos.....	78
Figura 15	Normas utilizadas para normalização dos artigos.....	79
Figura 16	Edições publicadas e armário do setor de publicações.....	80
Figura 17	Remessa impressa de edição publicada e boneca.....	81
Figura 18	Tela da edição publicada na Revista Juscontemporânea.....	82
Figura 19	Revista LexCult e DOAJ.....	83
Gráfico 1	Percentual de autores que responderam a pesquisa.....	84
Gráfico 2	Onde os autores obtiveram conhecimento dos periódicos.....	85
Gráfico 3	Periódicos em que os autores submeteram seus artigos.....	86
Gráfico 4	Motivação para submissão dos artigos.....	87
Gráfico 5	Avaliação das plataformas dos periódicos.....	88
Gráfico 6	Dificuldades nas plataformas dos periódicos.....	88
Gráfico 7	Perspectiva dos autores sobre habilidades e conhecimento das normas....	89
Gráfico 8	Normas que os autores possuem conhecimento.....	89
Gráfico 9	Perspectiva do autor sobre a importância da aplicação das normas	90
Gráfico 10	Perspectiva dos autores sobre as dificuldades nas normas.....	91
Gráfico 11	Perspectiva dos autores nas orientações contidas nas plataformas.....	92
Gráfico 12	Perspectiva dos autores sobre o que pode ser melhorado nas orientações	92
Gráfico 13	Assistência da equipe de normalização.....	93
Gráfico 14	Perspectiva dos autores sobre a normalização e entendimento do conteúdo.....	94
Figura 20	Comentários e sugestões dos autores.....	95
Gráfico 15	Tempo como revisor dos periódicos.....	96
Figura 21	Perspectiva dos revisores sobre o quantitativo da equipe.....	97
Gráfico 16	Perspectiva dos revisores sobre habilidades e conhecimento das normas.	97
Gráfico 17	Normas em que os revisores possuem conhecimento.....	98
Gráfico 18	Perspectiva dos revisores sobre as dificuldades com as normas.....	99
Gráfico 19	Perspectiva dos revisores sobre eventuais erros nos artigos.....	99
Gráfico 20	Perspectiva dos revisores sobre melhores orientações para diminuir	100

	erros.....	
Gráfico 21	Perspectiva dos revisores sobre quais orientações devem melhorar.....	101
Gráfico 22	Perspectiva dos revisores sobre normalização e entendimento do conteúdo.....	101
Figura 22	Comentários e sugestões dos revisores.....	102
Gráfico 23	Tempo como normalizador dos periódicos.....	103
Figura 23	Perspectiva dos normalizadores sobre o quantitativo da equipe.....	103
Gráfico 24	Perspectiva dos normalizadores sobre eventuais erros nos artigos.....	104
Gráfico 25	Perspectiva dos normalizadores sobre orientações para diminuir erros....	105
Gráfico 26	Perspectiva dos normalizadores sobre quais orientações devem melhorar	106
Gráfico 27	Perspectiva dos normalizadores sobre se os manuscritos submetidos seguem as orientações descritas.....	107
Gráfico 28	Papel da normalização técnica para entendimento do conteúdo, na perspectiva dos normalizadores.....	107
Gráfico 29	Importância do conhecimento em normalização técnica, na perspectiva dos normalizadores.....	108
Figura 24	Importância da normalização em artigos e periódicos para indexadores, na perspectiva dos normalizadores.....	109
Gráfico 30	Utilização e aplicação das normas ABNT nos artigos, na perspectiva dos normalizadores.....	110
Gráfico 31	Utilização e aplicação das normas ABNT em periódicos, na perspectiva dos normalizadores.....	110
Figura 25	Percepção dos normalizadores sobre se a normalização técnica depende exclusivamente dos bibliotecários.....	111
Figura 26	Comentários e sugestões dos normalizadores.....	112
Figura 27	Propostas de melhorias aos periódicos do TRF2/CCJF.....	113
Figura 28	Análise SWOT dos periódicos do TRF2/CCJF.....	115

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Problema.....	16
1.2	Objetivos.....	17
1.3	Justificativa.....	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1	Documentos técnico-científicos.....	19
2.2	Comunicação científica.....	22
2.2.1	Canais de comunicação científica.....	24
2.3	Publicação periódica científica.....	26
2.3.1	Histórico.....	28
2.3.2	Conceito.....	30
2.3.3	Atores envolvidos.....	33
2.3.4	O processo de submissão.....	36
2.4	Artigo científico.....	41
2.5	Normas ABNT.....	46
2.5.1	O que são e como são criadas.....	47
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	51
3.1	Campo de pesquisa.....	51
3.2	Técnicas de coleta e análise de dados.....	52
3.3	População e amostra.....	53
4	DESCRIÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO.....	55
4.1	O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2).....	55
4.2	O Centro Cultural da Justiça Federal (CCJF).....	56
4.3	Periódicos do TRF2/CCJF.....	58
4.3.1	Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.....	59
4.3.2	Revista LexCult.....	61
4.3.3	Revista Juscontemporânea.....	62
4.3.4	Condições para submissão.....	64
4.4	Editoração científica das revistas do TRF2/CCJF.....	69
4.4.1	Fluxo de trabalho.....	69
4.4.2	Atividades.....	72
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	84

	ATRAVÉS DOS QUESTIONÁRIOS.....	
5.1	Dados dos autores.....	85
5.2	Dados dos revisores.....	96
5.3	Dados dos normalizadores.....	102
5.4	Propostas de melhorias para os periódicos do TRF2/CCJF.....	113
5.5	Análise SWOT.....	114
6	CONCLUSÃO.....	116
	REFERÊNCIAS.....	118
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO AOS AUTORES.....	132
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO AOS REVISORES.....	135
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO AOS NORMALIZADORES.....	138
	APÊNDICE D – GERENCIAMENTO DA REVISTA.....	141
	APÊNDICE E – PROCESSO DE SUBMISSÃO.....	142
	APÊNDICE F – PROCESSO DE PUBLICAÇÃO.....	143
	APÊNDICE G – PROCESSO DOS INDEXADORES.....	144

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é proposto pelo motivo do enorme interesse do autor acerca da normalização técnica de trabalhos e artigos científicos no uso dos instrumentos normativos, Norma Brasileira Registrada (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que, conforme o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO, 1992, p. 10), é a instituição a “qual compete coordenar, orientar e supervisionar o processo de elaboração de Normas Brasileiras, bem como elaborar e editar as referidas Normas”. Dito isso, como um futuro profissional que tem uma perspectiva de atuação nesse ramo da Biblioteconomia e da Editoração Científica, sentiu a necessidade de estudar e analisar a normalização técnica de artigos científicos, bem como a atuação do profissional bibliotecário nessa atividade.

O foco deste estudo é a normalização técnica de artigos científicos dos periódicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) em que o autor realiza seu estágio profissional e que são a: Revista LexCult (REVISTA LEXCULT, 2021a), a Revista Juscontemporânea (REVISTA JUSCONTEMPORÂNEA, 2021a) e a Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, 2021a), exemplificando como a organização da informação pode ser vista como uma forma de mediação da informação, assim como a importância do bibliotecário neste contexto. Apresenta um estudo de caso da normalização de artigos científicos com enfoque na atuação do bibliotecário. As revistas científicas contemplam assuntos das áreas temáticas de Direito, Cultura, Sociologia, Ciência Política, Administração Pública, Psicologia e Relações Internacionais.

Por meio deste expediente, através do exigente desenvolvimento tanto para produção, quanto para a inclusão dos artigos, o periódico científico é considerado o canal de informação para a comunicação científica. Mueller e Passos (2000a, p. 19) dizem que:

Por ser o veículo formal da ciência autorizada, o periódico é a fonte por excelência a ser consultada e citada nos trabalhos científicos. Percebe-se assim a importância do papel que os periódicos bem-conceituados desempenham na fabricação da ciência e na carreira dos cientistas.

Le Coadic (1996) salienta que a comunicação escrita é formada por publicações primárias, ou seja, os artigos de periódicos, onde o cientista, após o parecer dos pares, apresenta ao público e a comunidade científica o resultado de sua pesquisa.

Todavia, a evolução dos periódicos deu-se principalmente pela expansão da internet, modificando a forma de acesso à informação (MUELLER, 2000b). Assim, o periódico eletrônico consolidou-se como o principal veículo utilizado pela comunicação científica, com a existência de um expressivo número de periódicos científicos disponíveis, o que consequentemente aumenta a produção de artigos. Dessa forma, este trabalho visa servir de apoio aos estudos de produção de artigos científicos na perspectiva biblioteconômica, que também é um dos campos estudados pela Ciência da Informação (VASCONCELOS; FARIAS, G.; FARIAS, M., 2019, p. 247).

Portanto, a fim de melhorar a qualidade dos periódicos no que tange a suas estruturas normativas à luz das normas ABNT foi verificada uma oportunidade de promover a realização de um estudo de caso no ambiente de trabalho com base em literatura específica sobre periódicos científicos e normas da ABNT, a fim de atender conjuntamente com esta atividade, o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso (TCC). Complementando, segundo Russo e Mazui (2013, p. 5), é de suma importância a padronização das informações contidas nos artigos científicos dos periódicos, bem como nos próprios periódicos, a fim de atender a referenciação pelos formatos bibliográficos para apoio à pesquisa e ao desenvolvimento.

Nesse sentido, Serra Negra e Serra Negra (2004) indicam que os bons autores científicos divulgam seus textos e trabalhos contemplando aspectos formais de normalização e padronização com base em padrões já aprovados, ou seja, a normalização é um fator que afeta a eficiência na transferência da comunicação. A informação quando bem estruturada, facilita a sua recuperação, norteando a comunidade científica na disseminação e divulgação da ciência.

Sendo assim, o estudo irá demandar uma análise focada no contexto dos periódicos, das submissões e normalizações técnicas dos artigos e da estrutura da editoração científica nos periódicos analisados. Apresenta o papel do bibliotecário à frente das atividades desenvolvidas, conhecimentos utilizados da área de Biblioteconomia e do mercado para os futuros profissionais formados, bem como, expõe a importância e a função do periódico para a sociedade e a comunidade científica, na submissão de artigos que dispõem o conhecimento para as futuras gerações. Do mesmo modo, para o autor deste trabalho é significativo descrever uma atividade com a qual se identifica e que pode desempenhar o olhar à luz da normalização de artigos científicos para a área de Biblioteconomia.

1.1 Problema

Qual a importância da normalização técnica em publicações e artigos científicos, no sentido de mediação e recuperação da informação, no contexto da editoração científica? Qual a relevância do profissional bibliotecário nesse processo?

1.2 Objetivos

O objetivo geral é analisar o fluxo e a importância da normalização técnica em artigos de periódicos, tendo como casos de estudo os periódicos Revista LexCult, Revista Juscontemporânea e Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para a contribuição na efetiva comunicação científica.

Os objetivos específicos são:

- a) verificar os processos de submissão, avaliação e publicação de artigos nos periódicos, com ênfase na normalização;
- b) identificar os papéis e as percepções dos atores envolvidos no processo de normalização: autores, editores, avaliadores, revisores e normalizadores;
- c) verificar a importância da normalização e o papel do bibliotecário, desde a submissão até a publicação dos artigos.

1.3 Justificativa

A importância da normalização nas publicações científicas, desde a sua estrutura, e na organização da grande quantidade de informações, como a própria complexidade em si da produção de teorias e conceitos reunidos em um artigo científico, foi mais amplamente compreendida pelo autor deste trabalho por intermédio do estágio realizado no TRF2 e de seus periódicos científicos Revista LexCult, Revista Juscontemporânea e Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Observar e olhar com mais profundidade o real propósito de um periódico científico, bem como refletir no seu contexto internamente e externamente, motivou este trabalho que desde o seu início gerou dedicação, interesse e contribuição por parte do autor para o melhoramento dos serviços desses periódicos, similarmente, para que seja também uma ferramenta de contribuição aos bibliotecários que pretendem atuar com normalização de artigos científicos.

Acredita-se que as instituições que apresentam periódicos em sua estrutura corporativa, direcionem suas publicações à divulgação da sua história e das atividades de sua organização ao público em geral e não somente ao público acadêmico, entretanto, de fato em

sua maioria isso não ocorre. Por mais que existam políticas, critérios ou diretrizes institucionais que referenciam a organização como detentora de um periódico, em geral, as publicações científicas são feitas e direcionadas ao fomento do ensino e da pesquisa, que podem ou não referenciar a instituição detentora dos periódicos. Vale ressaltar obviamente que quaisquer trabalhos disponíveis nos periódicos científicos são para toda a sociedade, mas majoritariamente estes são voltados para um público específico de alunos de iniciação científica, mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos e pesquisadores em geral. Assim, é importante evidenciar que este estudo obteve estímulo para que a pesquisa pudesse atrair um panorama em todo o fluxo da editoração científica com maior enfoque na normalização técnica. Quando se fala em disseminação e recuperação da informação, tais conceitos devem ser relacionados à transferência da informação de forma bem estruturada e baseada em instrumentos normativos.

Bazi e Silveira (2007, p. 134) indicam que existe uma perspectiva social para a institucionalização da ciência, ou seja, nesse caso da produção científica, ao analisar a organização interna e externa dos instrumentos de divulgação das estruturas políticas e institucionais. Portanto, mesmo tendo um enfoque maior na normalização de artigos científicos à luz das normas da ABNT, em uma macrovisão do contexto da editoração científica. Conforme Garrido e Rodrigues (2010), os periódicos científicos devem conter, além de suas características com informações relevantes, padronização e segurança, se constituindo em uma organização institucional que registre a identidade desta produção científica com responsabilidades institucionais técnicas para a preservação dos dados e responsabilidades operacionais no suporte, serviços e padrões.

Sendo assim, a normalização de documentos, como resultado de pesquisas científicas, é consequência para a comunicação e aceitação no meio científico, cabendo ao bibliotecário ser o profissional responsável para o suporte na padronização técnica destas informações e verificando-se como elemento primordial em equipes de editoração científica, o que reforça, desse modo, a importância da realização desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão expostos os conceitos, baseados na literatura da área, para os elementos do estudo: a documentação técnico-científica e seu significado no universo da comunicação científica; os periódicos científicos, os artigos científicos e a editoração científica com seus respectivos autores; a normalização técnica em documentos científicos com base nas normas da ABNT.

2.1 Documentos técnico-científicos

As documentações técnico-científicas são fruto das realizações de pesquisas, investigações e redações que produzem produtos e conhecimentos capazes de conceder benefícios à comunicação científica, através dos resultados obtidos impulsionando o crescimento, por meio de descobertas científicas e tecnológicas que proporcionam o alcance tanto para a comunicação interna, ou seja, a comunidade científica, quanto à comunicação externa, destinada ao público leigo. O caráter técnico e científico dos trabalhos produzidos deve obedecer às exigências científicas e às normas oficiais (MOTTA; HESSELN; GIALDI, 2001, p. 1).

Em documentos técnico-científicos existem duas atividades: que são a produção e a publicação (PEREIRA, 2011). A primeira é a realização de uma determinada pesquisa que segue um critério metodológico com objetivo da produção do conhecimento; a segunda é a comunicação dos resultados da pesquisa para a comunidade científica, ou seja, mesmo que relacionadas exigem habilidades distintas. Este estudo não tem como foco os processos de investigação ou metodológicos das pesquisas nos trabalhos e estudos publicados, e sim, a comunicação dos resultados de artigos científicos para a comunidade científica que se dá por meio de artigos em periódicos científicos.

Segundo Dehmer, Emmert-Streib e Mehler (2011, p. 25), a informação científica está contida em documentos técnico-científicos e pode ser classificada como publicações que trazem a descrição de ideias, métodos, resultados e que apresentam o ponto de vista de um autor em específico ou de um grupo de autores. Teixeira (1969) há meio século atrás ressaltava a importância da documentação técnica e científica com base em estudos e bibliografia adequada; assim, citações, referências e discussão fundamentada dos resultados constituem indispensáveis meios para a comunicação científica, e é nesse sentido a existência e finalidade destes tipos de documentos.

A história, a redescoberta de conhecimentos e saberes, a necessidade de atualização constante e o desenvolvimento cada vez mais acelerado da ciência obrigam e exigem dos pesquisadores a contínua produção e disseminação da documentação científica. Um exemplo de documentação com base em atividades de organização e recuperação da informação bibliográfica para estudos futuros é o Tratado de Documentação, de 1934, do belga Paul Otlet (OTLET, 1934), indicando que a documentação técnica é um conjunto de técnicas para a conciliação entre informação bibliográfica e técnico-científica.

São alguns dos principais tipos de documentos técnico-científicos: livros, trabalhos acadêmicos, artigos, trabalhos publicados em anais de eventos, pôsteres (ABNT, 2018a).

Segundo a norma ABNT NBR 6023/2018 (ABNT, 2018a), uma monografia inclui livro e/ou folheto, tais como, manual, guia, catálogo, enciclopédia, dicionário, dentre outros, considerado um item não seriado, completo e constituído de uma só parte, ou que se pretende completar em um número preestabelecido de partes separadas. A norma indica também os trabalhos acadêmicos, como tese, dissertação e TCC como documentos científicos. Conforme a norma ABNT NBR 6029/2006 (ABNT, 2006a), as definições folhetos e livros técnico-científicos são:

[...] folheto: Publicação não periódica que contém no mínimo cinco e no máximo 49 páginas, excluídas as capas, e que é objeto de Número Internacional Normalizado para Livro (ISBN). [...] livro: Publicação não periódica que contém acima de 49 páginas, excluídas as capas, e que é objeto de Número Internacional Normalizado para Livro (ISBN) (ABNT, 2006a, p. 3).

Outro tipo de documento técnico-científico é o artigo em publicação periódica, que se enquadra na ABNT NBR 6023/2018 (ABNT, 2018a, p. 13) como partes de publicação periódica, que incluem: artigo, comunicação, editorial, entrevista, dentre outros tipos. O artigo em publicação periódica deverá apresentar a delimitação do assunto investigado, os objetivos, o referencial teórico, a metodologia, os resultados obtidos e as conclusões (ABNT, 2018b).

Sobre os cursos de formação e especialização acadêmica, em sua maioria, costumam exigir ao final da aplicação de seus conteúdos pedagógicos, trabalhos que indiquem o aprendizado e validem o conhecimento adquirido ao longo da formação. Tais estudos produzem trabalhos de conclusão de curso em cursos de graduação, dissertações (para a obtenção de títulos de mestrado) e teses (para a obtenção de títulos de doutorados). Até algumas décadas passadas alguns cursos não exigiam trabalhos ao final dos cursos de graduação, o que foi alterado graças a Portaria nº 1.081, de 29 de agosto de 2008 (BRASIL, 2008).

Segundo Curty, Cruz e Mendes (2002, p. 7), um trabalho de conclusão de curso é:

Um documento que representa o resultado de estudo devendo expressar o conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa e outros ministrados. Deve ser elaborado sob a coordenação de um orientador.

Conforme a norma ABNT NBR 14724/2011 (ABNT, 2011a), podemos verificar no Quadro 1 as definições sobre a tipologia dos trabalhos acadêmicos.

Quadro 1 - Definições sobre trabalhos acadêmicos

Tipo	Definição
TCC (graduação, especialização ou aperfeiçoamento)	Apresenta o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados, deve ser feito sob coordenação de um orientador.
Dissertação	Apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato, deve ser feito sob a coordenação de um orientador (doutor).
Tese	Apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado, deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão, deve ser feito sob a coordenação de um orientador (doutor).

Fonte: ABNT (2011a).

A norma ABNT NBR 14724/2011 (ABNT, 2011a) diz que a estrutura destes trabalhos é constituída de elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Elementos estruturais de um trabalho acadêmico

Elementos	Descrição
Pré-textuais	Folha de rosto (obrigatório) Errata (opcional) Folha de aprovação (obrigatório) Dedicatória e agradecimentos (opcional) Epígrafe (opcional) Resumos nas línguas vernácula e estrangeira (obrigatórios) Lista de ilustrações (opcional) Lista de tabelas (opcional) Lista de abreviaturas e siglas (opcional)

Quadro 2 - Elementos estruturais de um trabalho acadêmico

(continuação)

Elementos	Descrição
Pré-textuais	Lista de símbolos (opcional) Sumário (obrigatório)
Textuais	Introdução (obrigatório) Desenvolvimento (obrigatório) Conclusão (obrigatório)
Pós-textuais	Referências (obrigatório) Glossário (opcional) Apêndice (opcional) Anexo (opcional) Índice (opcional)

Fonte: ABNT (2011a).

Estes tipos de documentos caracterizados como documentos técnico-científicos, podem ou não ser mais amplamente comunicados e apresentados em formato de artigos ou em eventos técnico-científicos, para a disseminação de seus respectivos resultados. Este último formato inclui o conjunto dos documentos resultantes de eventos, como atas, anais, *proceedings*, dentre outros. Obviamente, todos estes trabalhos apresentados são considerados como trabalhos publicados, apresentados em eventos ou anais de evento (ABNT, 2018a, p. 16-17).

Segundo a norma ABNT NBR 10719/2015 (ABNT, 2015a) relatório técnico e/ou científico é um documento que descreve formalmente o progresso ou resultado de pesquisa científica e/ou técnica. O relatório é diferente do trabalho acadêmico, pois não possui o objetivo de obtenção de um título, se constituindo na realização de uma pesquisa por um pesquisador já doutor. E a norma ABNT NBR 15437/2006 (ABNT, 2006b) indica que o pôster é um instrumento de comunicação, exibido em diversos suportes, que sintetiza e divulga o conteúdo a ser apresentado.

2.2 Comunicação científica

Christovão e Braga (1997, p. 40) indicam que o termo “comunicação científica” foi cunhado pelo físico e historiador John Bernal na década de 1940. Segundo Caribé (2015), o autor John Bernal em seu livro *The social function of science*, incorpora que atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde a concepção da ideia pelo

No modelo apresentado na Figura 2, a linha do tempo (*time*) segue no sentido da esquerda para a direita e é possível identificar que após o início do trabalho (*workinitiated*) a comunicação ocorre por dois meios, oral (*oral reports*) e escrito (*writtenreports*) com a publicação em formato de artigo em periódico sendo o passo mais significativo deste ciclo. Um ponto importante a ressaltar é que neste trabalho não será desenvolvido nenhum estudo aprofundado para trabalhos com o viés da oralidade.

2.2.1 Canais de comunicação científica

Em estudos relacionados a comunicação científica, existem dois sentidos demarcados, que são a comunicação formal e a informal. A formal são os periódicos e outros meios de comunicação de modo planejado que assimilam a representação do conhecimento aos mecanismos confiáveis e delegados ao crivo de pares da área. A informal tem em pauta o contato interpessoal entre cientistas, com o compartilhamento de conhecimento propiciando a comunicação entre os indivíduos envolvidos no processo (LEITE, 2007; MACIEL; PIMENTEL; MARCHIORI, 2013).

No momento em que o pesquisador busca informações para a construção de seu trabalho, utiliza diferenciadas formas de comunicação. Elas podem se caracterizar como formais e informais, pois o comportamento do pesquisador pode ter uma comunicação estruturada e planejada ou uma comunicação não estruturada e não planejada. Le Coadic (1996) denomina como comunicação escrita a comunicação científica formal, que se dá por intermédio de livros, periódicos, obras de referência, bibliografias, revisões de literatura, dentre outros; e denomina como comunicação oral, a comunicação científica informal, que representa formas públicas de comunicação, como colóquios, seminários, congressos, conferências, e meios particulares, como os chamados colégios invisíveis, conversas, visitas, cartas, telefonemas, dentre outros.

No que diz respeito aos colégios invisíveis, Kneller (1980, p. 183) descreve como um grupo ou escola de cerca de dez a uma centena de cientistas trabalhando numa tradição de pesquisa. Os seus membros mantêm-se em contato assíduo, usualmente verbal e evitam os canais mais lentos de comunicação formal. Meadows (1999) descreve que a comunicação informal é no sentido da oralidade, incluindo recursos orais, tais como conversas e telefonemas, dentre outros, e recursos escritos, tais como mensagens eletrônicas, cartas, entre outros; e diz que “a comunicação formal, encontra-se disponível por longos períodos para um

público amplo” (MEADOWS, 1999, p. 7). Mueller (2000c, p. 27) diz que o canal informal é como “uma série de característica comum: geralmente é o próprio pesquisador que o escolhe; a informação vinculada é recente e destina-se a públicos restritos e o acesso é limitado”.

Uma documentação científica tem como finalidade convencer a comunidade científica e a sociedade de que os resultados obtidos e publicados devem ser aceitos e válidos. Assim, os pesquisadores, cientistas e especialistas necessitam dominar técnicas e métodos para a transmissão de mensagens e conhecimento científico. Segundo Meadows (1999 *apud* TARGINO, 2000, p. 19), no Quadro 4 são descritas as distinções básicas entre os canais formais e informais de comunicação científica.

Quadro 4 - Distinções entre canais formais e informais de comunicação científica

Canais formais	Canais informais
Público potencialmente grande	Público restrito
Informação armazenada e recuperável	Informação não armazenada e não recuperável
Informação relativamente antiga	Informação recente
Direção do fluxo selecionada pelo usuário	Direção do fluxo selecionada pelo produtor
Redundância moderada	Redundância, às vezes, significativa
Avaliação prévia	Sem avaliação prévia
Feedback irrisório para o autor	Feedback significativo para o autor

Fonte: Meadows (1999 *apud* Targino, 2000, p. 19).

Neste sentido, a comunicação científica utiliza como ferramenta principal, o periódico científico seja ele por meio físico ou no formato digital, que é maioria nos dias atuais, como um canal de interlocução para toda a comunidade científica. Esta é a organização de indivíduos que comungam de interesses relacionados a alguma área do saber, que se encontram circunscritos em um mesmo espaço social e temporal, para a produção das atividades realizadas por pesquisadores e cientistas que expõem aos seus pares os resultados de suas pesquisas (GALLOTTI, 2017, p. 30).

Kuhn (1989) diz que a respeito da definição de comunidade científica, esta seria a cultura na qual a concepção do objeto elucidado, observado e estudado esteja acessível, ou seja, difundido de uma geração para outra.

A comunidade científica se desenvolve e estabelece cientificamente os padrões apropriados para definição e resolução de problemas, onde “os membros do grupo, enquanto indivíduos em virtude de seu treino e experiência comuns, devem ser vistos como os únicos

conhecedores das regras do jogo ou de algum critério equivalente para julgamentos inequívocos” (KUHN, 1989, p. 211).

Mattedi e Spiess (2010, p. 77-78) dizem que a comunidade científica constitui uma atividade coletiva que se profissionalizou por meio de um processo de aprendizagem, socialização e interiorização de normas, regras, saber-fazer, práticas comuns de trabalho e pela transmissão dos resultados obtidos. Assim, onde as normas morais da ciência norteiam a atividade científica, delimitando fronteiras, Merton (1970, p. 637 *apud* MATTEDI; SPIESS, 2010, p. 78) diz que “o desenvolvimento científico da ciência somente ocorre em sociedades de certa ordem, submetidas a um complexo peculiar de pressupostos tácitos e de coações institucionais”.

2.3 Publicação periódica científica

Curty e Boccato (2005, p. 95) dizem que a publicação científica é essencial para a pesquisa, que só passará a existir a partir do momento em que é publicada. Dessa maneira, o papel do periódico científico e, conseqüentemente, do artigo científico, torna-se fundamental para alcançar os objetivos propostos. Um artigo científico de qualidade será publicado em uma revista como tal, e esta, por sua vez, poderá ser indexada nas consideradas melhores bases de dados de sua respectiva área, atendendo, assim, às necessidades informacionais de outros pesquisadores que, num momento anterior, também estiveram na condição de autor. A atividade de pesquisa é consumidora e produtora de informação.

A norma ABNT NBR 6021/2015 (ABNT, 2015b) estabelece os princípios gerais para apresentação dos elementos que constituem a publicação periódica técnica e/ou científica, impressa e/ou eletrônica, no que couber, e é destinada a editores. No que diz respeito aos termos e definições descritos e definidos na norma, a publicação periódica deve conter: capa, que (quando impresso) é a proteção externa do documento, onde constam as informações indispensáveis à sua identificação; catalogação na publicação, com o registro das informações que identificam a publicação na sua situação atual; comissão editorial, técnica ou científica, que é o grupo de pessoas responsáveis pela seleção de textos a serem publicados, que se enquadrem na política editorial estabelecida pelo conselho editorial; conselho editorial, que é o grupo de pessoas encarregadas de elaborar as diretrizes, estabelecendo o perfil político-filosófico editorial da publicação; créditos com a indicação dos nomes pessoais ou institucionais e da natureza da participação intelectual, artística, técnica ou administrativa na elaboração da publicação; data com a indicação do ano, mês e dia, quando houver, da

publicação; direito autoral e copirraite como proteção legal que o autor ou responsável – pessoa física ou jurídica – tem sobre a sua produção intelectual, científica, técnica, cultural ou artística; *Digital Object Identifier* (DOI) que é o código-padrão atribuído para identificar objetos digitais. Ferreira *et al.* (2015) apresenta o significado de DOI como:

DOI significa Digital Object Identifier, ou seja, Identificador de Objeto Digital. É um padrão para identificação de documentos em redes digitais. Composto por números e letras, é atribuído a um objeto digital para que este seja identificado de forma única e persistente no ambiente Web.

Ainda conforme os termos e definições da ABNT NBR 6021/2015 (ABNT, 2015b), a publicação periódica deverá conter: editor, que é o responsável pela direção da publicação; editora, que é a casa publicadora, pessoa ou instituição responsável pela produção editorial de uma publicação; editorial, sendo o texto onde o editor ou redator apresenta o conteúdo do fascículo, alterações nos objetivos e na forma da publicação, mudanças no corpo editorial e outras que se tornarem necessárias; encarte, folha ou caderno, quando for o caso, em geral de papel ou formato diferente, contendo ou não ilustrações, intercalado no miolo, sem ser incluído na numeração; errata, quando for o caso, que é a lista dos erros ocorridos no texto, seguidos das devidas correções; fascículo, que é a parte, número ou caderno de uma publicação periódica; ficha catalográfica; índice; instruções editoriais para os autores; número padrão internacional para publicações seriadas (ISSN); legenda bibliográfica; local; lombada; página ou folha de rosto; periodicidade da publicação sucessiva dos fascículos; projeto gráfico, que são o formato e a definição das características gráfico-visuais da publicação; sumário; suplemento, se for o caso. A seguir, no Quadro 5, seguem os elementos estruturais de um periódico, que pode ser dividido em elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Quadro 5 - Elementos estruturais de um periódico

Elementos	Descrição
Pré-textuais	Folha de rosto Anverso e Verso Direito autoral Autorização de reprodução de artigos ou parte deles Outros suportes disponíveis Dados internacionais de catalogação na publicação Créditos e Errata Sumário Editorial
Textuais	Artigos, revisões, estudos de casos, entre outros que podem ser agrupados em seções, conforme assunto ou gênero do trabalho

Quadro 5 - Elementos estruturais de um periódico

(continuação)

Elementos	Descrição
Pós-textuais	Índice Instruções editoriais para os autores

Fonte: ABNT (2015b).

Sobre as regras gerais de apresentação, a ABNT NBR 6021/2015 (ABNT, 2015b) indica que o projeto gráfico é de responsabilidade do editor e/ou editora da publicação. O volume com a numeração dos volumes deve ser em algarismo arábico, precedido da abreviatura v., contínua, e correspondente a cada ano civil. O fascículo com a numeração em algarismo arábico, precedido da abreviatura n., por exemplo, v. 1, n. 1, 2012. Sendo sequencial e dentro do mesmo volume, por exemplo, v. 37, n. 1/3, 2008. E no caso de ter continuidade no volume seguinte, por exemplo, v. 1, n.1/12, 2009. Suplemento. Data que indica o ano civil em algarismos arábicos, por exemplo, v. 2, n. 1, jan./mar. 2014. Páginas com suas respectivas numerações, legendas bibliográficas, localização e local de publicação. Orienta e indica elementos que devem estar presentes em publicação periódica online, sendo os de caráter obrigatório; conter título e subtítulo por extenso da publicação; ISSN, conforme ABNT NBR 10525 (ABNT, 2005); DOI; nome da instituição responsável pelo periódico; título imediatamente anterior; recursos de acesso ao conteúdo do periódico, abas, guias, menus, hiperlinks, caixas de busca, entre outros; sumário conforme ABNT NBR 6027 (ABNT, 2013); editorial; créditos; instruções editoriais para os autores e como elementos opcionais o histórico da publicação e índice conforme a ABNT NBR 6034 (ABNT, 2004).

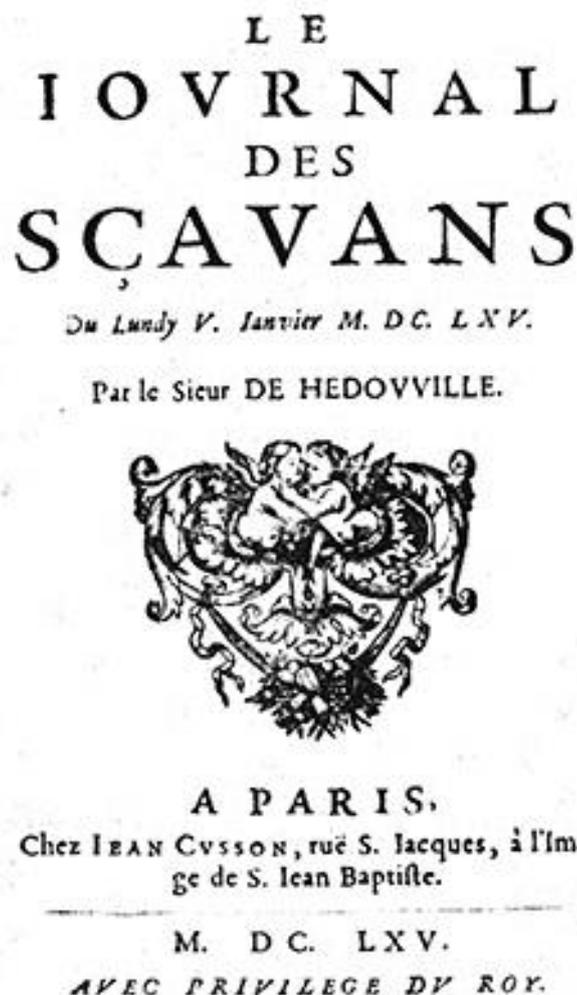
2.3.1 Histórico

Sendo assim, além da necessidade da produção de conhecimento e da transmissão dos resultados, quais foram as razões para o aparecimento das revistas científicas? Elas são múltiplas e complexas, como o hábito da leitura, lazer, um maior crescimento na instrução dos indivíduos, o desenvolvimento de tecnologias para distribuição e fabricação do material produzido e impresso, do mesmo modo que, o progresso científico (MEADOWS, 1999).

A revolução científica do século XVII exigiu uma melhor comunicação entre os indivíduos interessados em novas realizações. O estímulo a novas descobertas, fez com que fosse preciso um debate mais ativo e os periódicos científicos preenchem essa lacuna sistematizando a comunicação entre os cientistas (PEREIRA, 2011).

Com a criação da *Académie Royale des Sciences* de Paris, em 1662, gerou interesse maior na divulgação de assuntos científicos. Sua similar na Inglaterra, a *Royal Society of London*, veio a reforçar a necessidade da criação de meios para comunicação mais rápida entre os cientistas (COSTA, 1989). Mas foi na França que surgiu o primeiro periódico científico, o *Journal des Sçavants*, conforme a Figura 2, e que serviu de modelo para outros periódicos editados por sociedades, associações e academias científicas europeias (OHIRA; SOMBRIO; PRADO, 2000, p. 27).

Figura 2 – *Journal des Sçavants*



Fonte: Fioravanti (2015).

Com a evolução das tecnologias de informação e comunicação (TIC) ao longo dos anos, muitos dos periódicos físicos foram transferidos ou passaram a divulgar suas publicações por meio do periódico científico eletrônico, sendo que muitos periódicos passaram a ser criados somente eletronicamente, sem possuir versão em papel. A partir do ano de 1980, com abordagens envolvendo a comunicação científica em meio eletrônico surgiram

autores como Philip James Hills e Charles W. Steinfield que publicaram estudos sobre o tema na *Annual Review for Information Science and Technology – ARIST* (ROSA; GOMES, 2010).

O avanço do formato impresso para o digital foi um fator que facilitou o desenvolvimento no processo de publicação. Este fator favoreceu e cooperou para a internacionalização das ciências e de recursos digitais em publicações periódicas (FERREIRA; CAREGNATO, 2008).

2.3.2 Conceito

Um periódico científico fundamentalmente concerne em uma publicação periódica que reúne artigos técnico-científicos fruto de estudos e pesquisas elaborados em determinada área do conhecimento ou atuação. Conforme a norma ABNT NBR 6021/2015 (ABNT, 2015b), uma publicação periódica científica é a que se apresenta sob a forma de revista, boletim, anuário etc., editada em fascículos com designação numérica e/ou cronológica, em intervalos pré-fixados (periodicidade), por tempo indeterminado, com a colaboração, em geral, de diversas pessoas, tratando de assuntos diversos, dentro de uma política editorial definida e que é objeto de Número Internacional Normalizado (ISSN). Segundo Souza (1992) o conceito de publicação periódica é:

Periódicos são publicações editadas em fascículos, com encadeamento numérico e cronológico, aparecendo a intervalos regulares ou irregulares, por um tempo indeterminado, trazendo a colaboração de vários autores, sob a direção de uma ou mais pessoas, mas geralmente de uma entidade responsável, tratando de assuntos diversos, porém dentro dos limites de um esquema mais ou menos definido. (SOUZA, 1992, p. 18).

Segundo Mueller (2000b, p. 75), as funções do periódico científico não são somente comunicar resultados de pesquisas e, conforme a Royal Society, eles possuem quatro funções: a) a comunicação formal dos resultados da pesquisa original para a comunidade científica e interessados; b) a manutenção da qualidade na ciência devido às publicações deliberar em pares e um corpo de avaliadores que possuem capacidade transmitem confiança e autoridade para a aprovação da comunidade científica, ou seja, o reconhecimento do trabalho do pesquisador, o que sem um periódico científico isso não seria possível; c) a propriedade intelectual que torna público os resultados de pesquisas enaltecendo a autoria, e assim, reivindicar a si a descoberta científica; d) e por último, a preservação do conhecimento que, ao ser registrado, fornece em diversos locais o acesso às descobertas que ao longo do tempo tem sido de responsabilidade em grande parte importante dos bibliotecários.

O periódico científico é o canal primordial para a apresentação de resultados de estudos, trabalhos e pesquisas. A aceitação de um trabalho obrigatoriamente necessita dos pareceres anônimos de especialistas da área, estes tidos como avaliadores capazes de julgar o trabalho científico, sob o conjunto de elementos do campo da publicação científica a fim de validar o conteúdo, a chamada *blind peer review*, ou seja, revisão cega por pares (GUÉDON, 2001, 2010).

Atualmente, a internet e facilitou o acesso às publicações científicas, a partir das bases de dados, bem como o acesso aos exorbitantes volumes de informações. Exemplifico a seguir algumas bases amplamente utilizadas. Segundo Pereira (2011, p. 4), a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) apareceu em 1982 e tornou-se o mais abrangente índice bibliográfico da produção científica e técnica da região. Em 1997, foi implantada a Scientific Electronic Library Online (SciELO), que não é uma base de dados como a LILACS, mas uma biblioteca de revistas científicas em formato eletrônico. Ambas apresentam contribuição relevante para a divulgação e o uso de resultados de pesquisa da América Latina.

Conforme Santos (2016, p. 92), a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) teve início no ano de 2000 a partir da ideia da criação de um repositório da produção científica em Ciência da Informação no Brasil, e parte do projeto da Base Brasil/Espanha de Artigos de Periódicos da área de Ciência da Informação (BRES), que se constituiu como objeto de estudo introdutório dos grupos de pesquisa coordenados pelos pesquisadores Elías Sanz Casado e Leilah Santiago Bufrem com a mobilização constante de esforços individuais e coletivos do grupo de pesquisa Educação, Pesquisa e Perfil Profissional em Informação (E3PI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A BRAPCI é considerada uma das principais bases de informação científica na área de Ciência da Informação.

Assim, com o aumento da produção científica e a necessidade de se avaliar a qualidade dos estudos produzidos, os critérios avaliativos seguiram o que hoje é denominado de Qualis Periódicos, um sistema de avaliação dos periódicos que, segundo Barata (2016), avaliava os programas de pós-graduação no Brasil e foi fundado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) no ano de 1977 e constituída de comissões por áreas do conhecimento para a avaliação e supervisão dos cursos. No primeiro momento, as avaliações realizadas não tinham a sua divulgação de forma pública, sendo apenas para as instituições. A avaliação se constituía nos seguintes conceitos: A (muito bom), B (bom), C (regular), D (fraco) e E (insuficiente). No ano de 1990, os conceitos foram

alterados para notas de 1 a 5 com a inclusão do processo de avaliação com indicadores quantitativos em relação aos artigos publicados nos programas (FERREIRA; MOREIRA, 2002; CAPES, 2011).

No ano de 1998, uma nova mudança no processo ocasionou uma padronização da ficha de avaliação, incluindo quesitos como: proposta do programa, corpo docente, atividades de pesquisa, atividades de formação, corpo discente, teses e dissertações e produção intelectual, quando as áreas de avaliação passaram a analisar os quesitos, embora podendo utilizar diferentes tipos de indicadores (BARATA, 2015).

Novamente, devido ao acréscimo expressivo nas publicações de artigos e a necessidade de qualificar os programas, Barata (2016) descreve que isso fez com que fosse adotada a classificação da comunicação científica por meio dos periódicos, partindo do princípio de que o sistema de revisão por pares garantia qualidade. Mas somente no triênio de 2007 ocorreu uma reformulação no Qualis com base em uma avaliação quantitativa. Esta apresentou o uso inadequado da classificação e a perda progressiva do poder discriminatório ao longo dos anos, sendo que diversas áreas utilizavam até quatro estratos na avaliação e poucas aplicavam os nove estratos previstos (BARATA, 2015). Assim, conforme Barata (2016), no ano seguinte foi aprovada uma nova classificação contendo sete estratos: A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, além do C, destinado a publicações que não constituem periódicos científicos ou que não atendem aos critérios mínimos.

A conclusão, de acordo com Barata (2016, p. 16, grifo nosso), sobre Qualis é:

O Qualis Periódicos, portanto, é uma das ferramentas utilizadas para a avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. Sua função é auxiliar os comitês de avaliação no processo de análise e de qualificação da produção bibliográfica dos docentes e discentes dos programas de pós-graduação credenciados pela CAPES. Ao lado do sistema de classificação de capítulos e livros, **o Qualis Periódicos é um dos instrumentos fundamentais para a avaliação do quesito produção intelectual, agregando o aspecto quantitativo ao qualitativo.**

Segundo Packer (2011, p. 30), os “periódicos de referência nas diferentes disciplinas operam normalmente com um índice de rejeição de mais de 50% dos manuscritos submetidos”. Ou seja, essa afirmação é um exemplo que explica a qualidade dos periódicos no que diz respeito à avaliação por pares e no sentido de que quanto maior for o nível Qualis do periódico, os que são denominados como periódicos de referência ou mais renomados, conseqüentemente, serão mais exigidos por parte dos autores em suas pesquisas e em seus resultados obtidos.

2.3.3 Atores envolvidos

Os atores envolvidos no processo de um periódico possuem perfis interdisciplinares e multidisciplinares, e estes perfis dos profissionais que atuam, bem como suas respectivas tarefas na editoração científica são exemplificadas no Quadro 6.

Quadro 6 - Equipe de editoração com cargos e funções

Cargo/ Descrição	Funções/ Atividades
Comissão científica/editorial	Especialistas responsáveis pela definição da política editorial do periódico, indicação de editores, elaboração e acompanhamento de projetos, aperfeiçoamento na política editorial, zela pela qualidade técnica científica.
Editor assistente Editor chefe Editor área/seção	Um editor executivo ou técnico, encarregado do dia a dia do periódico que coordena todo o processo editorial. Responsável pela publicação e acompanha o <i>desk review</i> e as decisões do processo editorial.
Editor associado Editor adjunto Editor executivo	Responsável por área temática, por exemplo, em um periódico pode existir um editor associado para cada área e fazendo o papel descrito anteriormente para o editor, ficando subordinados ao seu campo de atuação. Restrito ao acompanhamento de artigos sobre um tema ou grupo de temas afins. Participa da preparação científica em suas áreas de especialidade. Suporte aos editores, avaliadores e autores na produção e prazos, como promover a divulgação.
Revisor	Revisão de redação, português ou idioma estrangeiro. Periódicos de grande porte contam com pessoal para adaptar textos e ilustrações. Promove melhorias recomendando alterações e correções.
Avaliador Parecerista	Um especialista que averigua a qualidade do artigo produzido se está de acordo e possuindo características que o permitam ser publicado. Emitem pareceres aos editores, este, que toma a decisão final, comunicando ao autor a transcrição ou síntese dos pareceres que constam a decisão, as observações e as recomendações.
Normalizador	Responsável por padronizar as informações. Dispor o artigo em acordo com as normas, regras do periódico e com o estilo científico. Representa o controle da qualidade das informações, onde o autor deve providenciar que seu texto submetido esteja em conformidade com o estabelecido.

Fonte: Adaptado de Pereira (2011, p. 237) e Valério (1994).

Uma equipe editorial contém a comissão científica, com o editor responsável que pode ter a denominação de assistente, chefe ou de área/seção, e gerencia todo o fluxo do processo editorial; eles podem ter o apoio dos editores científicos, também denominados de associados, adjuntos ou executivos que fornecem suporte em determinadas áreas temáticas. O conselho editorial, também denominado de comissão científica/ editorial, cuida da qualidade

técnico-científica. Os avaliadores ou pareceristas são os especialistas responsáveis pela aprovação ou reprovação dos artigos submetidos para publicação. Os revisores promovem melhorias, correções ortográfico-escrita e de idiomas. Por fim, os normalizadores garantem a conformidade entre normas, periódico e qualidade das informações referenciadas. Porém, Santana e Francelin (2016) ressaltam que a literatura a respeito da terminologia acerca das funções e papéis editoriais não é padronizada, existindo diversos termos para papéis, tais como, comissão científica ou comissão editorial, editores de áreas e seção ou editores associados e executivos, entre outras denominações.

Dessa forma, é possível perceber processos e atividades de caráter multidisciplinar que demandam profissionais de diferentes áreas de atuação. Quando se pensa no profissional bibliotecário no campo da área de Editoração Científica, tende-se a inicialmente supor que suas tarefas sejam somente no âmbito da normalização técnica documentária. Porém, com o avanço das tecnologias se amplificam as atividades e, conseqüentemente, suas habilidades precisam seguir este desenvolvimento, e vão muito além dos conhecimentos específicos, exigindo diversificadas competências. É preciso profissionalização em equipes editoriais e diversos estudos analisam a questão da dificuldade de se profissionalizar equipes (SHINKAI, 2011; PACKER, 2014; BAUMGARTEN, 2015; KIMURA, 2015).

Segundo Packer (2014), no que diz respeito à produção dos periódicos, de acordo com o estado da arte, compreendem:

Um conjunto de características e condições de gestão e operação, informadas, que contribuem para minimizar o tempo e maximizar a transparência no processo de avaliação dos manuscritos, a edição dos textos que elimine erros, facilite a leitura e siga os padrões internacionais de comunicação nas diferentes áreas temáticas e nos diferentes idiomas, a formatação dos textos completos em XML como fonte de referência para a geração das versões em PDF, ePUB e HTML, a exploração dos mecanismos e serviços de interoperabilidade dos periódicos e artigos na Web e a disseminação das novas pesquisas nas redes sociais (PACKER, 2014).

Assim, diversos periódicos nacionais possuem problemas em sua manutenção de equipe ou mesmo pela falta de visibilidade para atrair novas submissões, atender aos novos requisitos das demandas tecnológicas, dentre outras, mas continuam, mesmo com dificuldades, avançando em suas gestões e operações do processo editorial. Maimone e Tálamo (2008, p. 309) indicam que o bibliotecário é o profissional apto para atuar em equipes editoriais, devido à sua competência em tecnologias e conhecimentos adquiridos na sua formação acadêmica:

Ao considerarmos os profissionais, em âmbito geral, ligados a este processo, traçamos um pouco do perfil do bibliotecário relacionando-o às atividades que

estaria apto a exercer considerando o domínio das tecnologias e os conhecimentos advindos da profissão, integrando-se assim aos afazeres editoriais científicos.

Em estudo realizado por Funaro, Ramos e Hespanha (2012), foram listadas as possibilidades de atuação do profissional bibliotecário, conforme o Quadro 7.

Quadro 7 - Possibilidades de atuação do bibliotecário na Editoração Científica

Categorias	Atividades
1	Análise de provas editoriais (fluxo editorial)
2	Assessoria aos autores e pareceristas
3	Avaliação técnica de revista para inclusão em bases de dados
4	Catálogo na fonte
5	Conferência da terminologia (palavras-chave)
6	Controle de assinaturas, permuta e doação (distribuição)
7	Diagramação
8	Divulgação
9	Elaboração de projetos
10	Elaboração de relatórios
11	Expedição
12	Formatação dos manuscritos
13	Gestão de processos (da pré-avaliação à publicação)
14	Indexação
15	Manutenção do site da revista
16	Normalização
17	Prestação de contas
18	Secretaria
19	Supervisão de marcação em XML

Fonte: Funaro, Ramos e Hespanha (2012).

Da mesma forma, no estudo realizado por Santana e Francelin (2016), a grande parte dos editores consultados na pesquisa possui interesse que suas equipes editoriais tenham um profissional bibliotecário, principalmente, pelo perfil de sua formação interdisciplinar que agrega uma gama de conhecimentos ao universo da comunicação científica, ou seja, um campo de atuação profissional que favorece a atividade do bibliotecário. Mais uma vez Funaro, Ramos e Hespanha (2012) reforçam a gama de atividades realizadas:

Essas tarefas, além de contribuir para o aumento do valor da revista, podem ser realizadas pelos bibliotecários que, com seus conhecimentos especializados, estão cada vez mais inseridos no contexto da organização, editoração, normalização e, também na promoção destas revistas (FUNARO; RAMOS; HESPANHA, 2012, p. 9).

A conclusão é que, mesmo com o avanço das tecnologias e devido aos conhecimentos biblioteconômicos favorecerem a inserção do bibliotecário no ramo da Editoração Científica, cabe ressaltar que a demanda interdisciplinar deve seguir em paralelo aos avanços do campo da editoração. A combinação entre os conhecimentos e competências se dá com o esforço e interesse do profissional no desenvolvimento da sua carreira, o que reforça sua responsabilidade como bibliotecário em facilitar o processo de comunicação científica através da normalização técnica, ou seja, desenvolver na prática a normalização como mediação de informação.

2.3.4 O processo de submissão

Conforme a norma ABNT NBR 6021/2015 (ABNT, 2015b), as instruções editoriais para os autores, no que diz respeito às submissões, devem ser impressas na última página numerada do fascículo ou na terceira capa, e é recomendada a utilização da ABNT NBR 6022/2018 (ABNT, 2018b) para elaboração dos artigos. Nos periódicos científicos em formato eletrônico, as instruções editoriais devem constar nas partes de regras ou condições de submissões.

No momento em que o autor submete um artigo para publicação em um periódico, ele implicitamente ou explicitamente deverá “aceitar as regras do jogo”, porque caso aceite ou não, será obrigado a seguir as normas indicadas no periódico selecionado. Tais regras são denominadas “regras de submissão” e, no Brasil, geralmente são baseadas nas normas ABNT. A submissão de artigos, de forma categórica, proíbe o envio de um mesmo artigo ao mesmo tempo para periódicos diferentes, porque afetam em grande parte a credibilidade das avaliações e tendo em vista que os artigos submetidos devem ser inéditos. Diversos conceitos relacionados a originalidade e ineditismo são discutidos nas literaturas que varia em relação aos periódicos e áreas (STIGLER, 1955; GUETZKOW; LAMONT; MALLARD, 2004; MIGLIOLI, 2012).

Segundo Costa (2011, p. 648), o processo de submissão tem por objetivo que os próprios autores, no momento de submeterem seus trabalhos, forneçam informações sobre os resultados de sua pesquisa e assume-se que o autor é o mais capaz de identificar os pontos importantes e as contribuições do seu trabalho. Pereira (2011, p. 230) diz que os editores solicitam aos autores que assinem declaração de responsabilidade e que nestas declarações, dentre os pontos a mencionar, estão os de certificar que o artigo representa trabalho original, não ser considerado para publicação em outra revista científica, que o autor deve se

comprometer a, se solicitado, fornecer dados adicionais sobre os quais o artigo está fundamentado, e haver menção ao teor de participação dos autores na pesquisa e no relato dos resultados. Pereira (2011, p. 231) recomenda uma lista de itens essenciais, ao realizar uma submissão de artigo, e que costuma ser um roteiro solicitado por editores para que os autores se certifiquem de que seus artigos estejam de acordo com o formato requisitado, conforme o Quadro 8.

Quadro 8 - Checklist para submissão de artigos

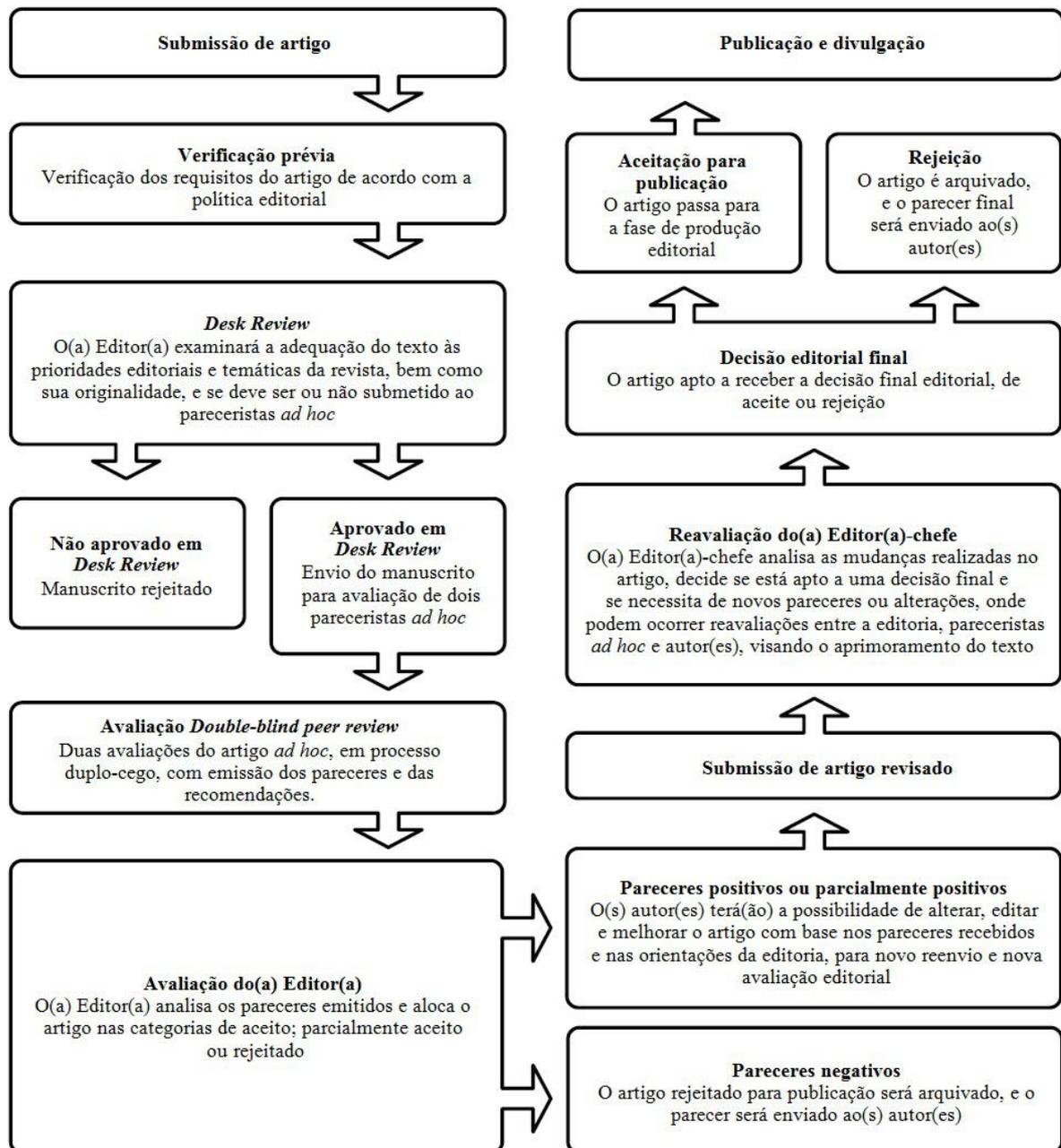
Item	Descrição
Aspectos Gerais	Texto preparado como requerido nos termos de acordo com as regras de submissão, fonte, letra, espaçamento, margens, tamanho de papel? Está no idioma requerido?
Título, resumo e palavras-chave	O texto acompanhado de título, resumo e palavras-chave? O título abreviado foi incluído? Resumo no formato aceito? Número expressivo de editores?
Referências bibliográficas, tabelas e figuras	Texto acompanhado de referências, tabelas e figuras? Referências estão normalizadas segundo estilo requerido? Todas as referências estão citadas no texto? Limite de número de referências, ilustrações (tabelas e figuras) foi obedecido? As tabelas e figuras de acordo com o solicitado com legendas em folha separada?
Acerto final	Endereço e contatos corretos?

Fonte: Adaptado de Pereira (2011, p. 231).

Editoras científicas recebem artigos, contudo, em sua grande maioria, sem a obtenção de lucro, e os entregam ao mercado consumidor tanto de forma impressa ou majoritariamente no formato eletrônico. Os autores são os responsáveis pelos custos da preparação e envio dos originais, porém, os custos da editora são repassados via comercialização, venda de anúncios ou exemplares e assinaturas. No exterior e em países industrializados com forte lucro no setor editorial, o exemplo seria a editora Elsevier (ELSEVIER, 2021). Dessa forma, este desequilíbrio entre receita e despesa acaba propiciando tanto a necessidade da cobrança por artigo ou página publicada, como a qualidade dos produtos, e é um fator que pode ofuscar autores na questão financeira, como também atrair a publicar em periódicos com mais relevância, qualidade e critérios (PEREIRA, 2011, p. 233).

No que se refere ao fluxo da submissão, a atuação dos respectivos atores no processo de publicação de um artigo, segue na Figura 3, uma adaptação ao fluxograma de Barbieri e Pasqua (2018), que reflete todas as etapas em relação ao processo editorial da uma submissão e publicação de artigo em periódico.

Figura 3 - Processo de submissão, avaliação e publicação de um artigo



Fonte: Adaptado de Barbieri e Pasqua (2018, p. 810).

A avaliação por pares do artigo no periódico, após a submissão realizada pelo autor, leva a uma inspeção por parte do editor que verifica se o estudo está adequado ao perfil editorial do periódico. É importante nesta conferência a verificação da estrutura: os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, o alinhamento e se está de acordo com o *checklist* elaborado. No caso de estar incompleto ou fora das normas da submissão, o editor pode arquivar e recusar, ou solicitar ao autor que o artigo seja completado/corrigido. Com isso, em

uma avaliação inadequada ou de pouca prioridade, este imediatamente pode ser recusado; mas, caso este primeiro parecer seja favorável, procede-se a avaliação de fato, que também poderá indicar recusa. Conforme Pereira (2011, p. 237), quando os artigos ultrapassam a triagem inicial e tornam-se potenciais candidatos à publicação, estes são enviados para parecer de especialistas, isto é, a avaliação por pares ou revisão por pares, em inglês, *peer review*. Os avaliadores são denominados de especialistas, revisores, pareceristas, consultores ou examinadores, e averiguam a qualidade do material que lhes cabe analisar e avaliar. O propósito é subsidiar o editor na decisão sobre a conveniência ou não da publicação do artigo.

Segundo Crane (1967), a avaliação por pares, denominada revisão ou arbitragem por pares, é o veredicto dos especialistas em relação ao mérito científico dos artigos submetidos à publicação. São realizadas conferências e contribuições à luz das normas, com ética e verificação de plágio ou publicação em duplicidade. A maior contribuição é agregar se o texto provê de boa argumentação, se o conteúdo é relevante, a originalidade e se consiste no embasamento para as suas conclusões, trazendo benefícios a comunidade científica. Essa avaliação, de acordo com Goldbeck-Wood (1998), existe para auxiliar editores de periódicos científicos no controle de qualidade e na seleção dos melhores artigos; proteger o usuário final que consome ou aplica a informação, assim, evitando efeitos prejudiciais da aplicação dos resultados de maléfica pesquisa; proteger o leitor evitando que este perca o seu tempo na leitura dos artigos ruins e, como bem dito por Ranganathan (2009) nas cinco leis da Biblioteconomia, poupe o tempo do leitor.

No apoio aos avaliadores existe o revisor, que é o especialista que dispõe de seu tempo para leitura do texto, julgamento e fornecimento de parecer, apontando eventuais itens que precisem de revisão. Editores de periódicos costumam possuir diversos revisores cadastrados em seus periódicos, visto que na maioria dos casos estes não são remunerados, ou quando são, frequentemente estão em periódicos de grande envergadura em instituições privadas, públicas com grande poder financeiro de pesquisa. Um exemplo é a Revista da Associação Médica Britânica, que até os anos 2000, pagava em média quarenta dólares por cada revisão (GOLDBECK-WOOD, 1998). Conforme Goldbeck-Wood (1998) e Salasche (1997), para o processo de revisão de um artigo científico, cabe examinar se existem condições para o texto ser publicado no periódico científico, e as questões principais são indicadas no Quadro 9.

Quadro 9 - Roteiro para uma revisão

Item	Descrição
Apresentação	O artigo está adequado?

Quadro 9 - Roteiro para uma revisão

(continuação)

Item	Descrição
Apresentação	É a melhor forma de divulgar os resultados da pesquisa?
Relevância	O tema do artigo é importante aos leitores do periódico?
Originalidade	O periódico é o local certo para sua publicação?
Validade	É um assunto pouco pesquisado?
Legibilidade	Acrescenta algo ao conhecimento existente?
	Está de acordo com os princípios da metodologia científica?
	O autor produz uma boa parte metodológica?
	Material de qualidade?
	O texto é legível e claro?

Fonte: Adaptado de Goldbeck-Wood (1998) e Salasche (1997).

Dessa forma, ao ser repassada a informação por intermédio de periódicos científicos, é possível identificar a relação com a comunicação científica no sentido da afirmação feita por Ziman (1979, p. 83) de que como uma grande descoberta científica não passa a existir, apenas, por força da autoridade moral ou do talento literário do seu criador, e sim pelo seu reconhecimento e sua apropriação por toda a comunidade científica.

De acordo com Pereira (2011, p. 242), as três condições após a avaliação por pares são: a aceitação, eventualmente com alterações mínimas, em que o próprio editor faz ajustes; aceitação sujeita a alterações por parte dos autores, que faz com que a comunicação entre editor e autor(es) seja necessária para realizar as correções e recomendações dos pontos controversos; por fim, a rejeição, quando os trabalhos são julgados inaceitáveis ou questionáveis para publicação e tais razões são informadas ao autor.

Na revisão por pares, é feito um mascaramento no intuito de evitar vieses de julgamento como, por exemplo, possuir conhecimento sobre o autor, o artigo, a investigação ou pesquisa, que possam vir a prejudicar a qualidade da avaliação (BLOCK, 1998). Assim, ter compreensão da procedência beneficia autores e prejudica desconhecidos, logo, na prática de revisões por pares são omitidas aos avaliadores as autorias das pesquisas para evitar problemas de interesses (RENNIE, 2003).

Como mais um ator que faz parte deste processo existe o normalizador, que é quem organiza e normaliza as informações, estrutura o artigo de acordo com as normas, da ABNT ou de outro organismo de normalização documentária, e do periódico em questão. Tal função exercida é como um controle da qualidade, em que o autor é obrigado a ordenar seu artigo em conformidade com as normas determinadas do periódico científico.

2.4 O artigo científico

Conforme Azevedo (2001, p. 82), a definição de artigo científico é "um texto escrito para ser publicado em um periódico especializado e tem como o objetivo comunicar os dados de uma pesquisa, seja ela experimental, quase experimental ou documental". A norma ABNT NBR 6022/2018 especifica que o artigo é uma publicação com autoria declarada e pode ser definido em três tipos: artigo de revisão, que parte de uma publicação que resume, analisa e discute informações já publicadas; artigo original, que parte de uma publicação que apresenta temas ou abordagens originais; artigo técnico e/ou científico, que parte de uma publicação, com autoria declarada, de natureza técnica e/ou científica (ABNT, 2018b, p. 1-2).

Artigos científicos costumam apresentar resultados de pesquisa que discute ideias, métodos, técnicas relatos de experiência, estudos de caso etc. Os artigos originais relatam os trabalhos originais, que envolvem abordagens teórico-práticas nas pesquisas, indicam resultados conclusivos e significativos que contêm temas e abordagens próprias. Os artigos de revisão constituem em um relato sobre um conhecimento explícito a respeito de determinado tema, através de análise e interpretação da produção científica existente de informações publicadas, sendo comumente resultado de pesquisa com objetivo de constituir uma revisão de literatura que analisa e discute informações publicadas (CURTY; BOCCATO, 2005).

Meadows (1999, p. 174) afirma que, para que as informações sejam absorvidas rapidamente, o texto não deve conter surpresas em termos de vocabulário e organização. Pode-se assim dizer que o não cumprimento da normalização pode interferir no entendimento do texto. Segundo Mueller (1994) as contribuições e a função de um artigo científico seriam:

Os artigos científicos, publicados nos periódicos científicos, além de oferecerem um meio para a preservação do conhecimento neles registrado, servem a pelo menos mais três propósitos: a comunicação entre cientistas, a divulgação de resultados de pesquisa e dos estudos acadêmicos, e o estabelecimento da prioridade científica (MUELLER, 1994, p. 309).

A norma ABNT NBR 6022/2018 (ABNT, 2018b) indica que a estrutura de um artigo é constituída de elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, conforme o Quadro 10.

Quadro 10 - Elementos estruturais de um artigo

Elementos	Descrição
Pré-textuais	Título no idioma do documento (obrigatório) Título em outro idioma (opcional) Autor (obrigatório) Resumo no idioma do documento (obrigatório)

Quadro 10 - Elementos estruturais de um artigo

(continuação)

Elementos	Descrição
Pré-textuais	Resumo em outro idioma (opcional) Datas de submissão e aprovação do artigo (obrigatório) Identificação e disponibilidade (opcional)
Textuais	Introdução (obrigatório) Desenvolvimento (obrigatório) Considerações finais (obrigatório)
Pós-textuais	Referências (obrigatório) Glossário (opcional) Apêndice (opcional) Anexo (opcional) Agradecimentos (opcional)

Fonte: ABNT (2018b).

Em um artigo científico, conforme a norma ABNT NBR 6022/2018 (ABNT, 2018b), os elementos pré-textuais são os que compreendem e identificam o artigo, como: o título e subtítulo (se houver) na página inicial; opcionalmente, pode-se incluir o título em outro idioma: a autoria, com o nome do autor inserido de forma direta e, em caso de mais de um autor, os nomes podem ser grafados na mesma linha; são necessários que os currículos estejam descritos de forma sucinta para cada autor, vinculação corporativa e endereço de contato; datas de submissão e aprovação, inseridas e indicadas com dia, mês e ano de submissão e aprovação do artigo para publicação; a identificação e disponibilidade poderão ser indicadas, o endereço eletrônico, DOI, suportes e outras informações relativas ao acesso do documento. Segundo ABNT NBR 6022/2018 (ABNT, 2018b), os elementos textuais devem se constituir em: introdução, desenvolvimento e conclusão. A introdução é um elemento obrigatório, como parte inicial do artigo, na qual devem constar a delimitação do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do artigo; segundo Pereira (2011), a introdução:

Informa **o que** foi pesquisado e o **porquê** da investigação. É a parte do artigo que prepara o leitor para entender a investigação e a justificativa de sua realização. Deve ser organizada com o propósito de despertar o interesse do leitor e fazê-lo prosseguir na leitura (PEREIRA, 2011, p. 42, grifo do autor).

A norma ABNT NBR 6022/2018 (ABNT, 2018b) informa o desenvolvimento como elemento obrigatório e sendo a parte principal do artigo; deve conter a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado; a literatura indica que também na parte de desenvolvimento do artigo deve conter o método, que esclarece como, onde e quando o

estudo foi realizado; nesta parte, o autor fornece as informações necessárias e suficientes para o leitor entender a investigação, seus aspectos positivos e limitações, bem como, os detalhes da pesquisa, a qualidade, a aplicabilidade e a reaplicabilidade dos resultados (PEREIRA, 2011, p. 58). Nas considerações finais, também sendo um elemento obrigatório e a parte final do artigo, se apresentam as considerações correspondentes aos objetivos e/ou hipóteses. Conforme ABNT NBR 6022/2018 (ABNT, 2018b) os elementos pós-textuais que são os elementos que complementam o artigo, tais como: glossário, apêndice, anexo, agradecimentos e referências. Gonçalves (2003, p. 54) diz que anexos compreendem os materiais de terceiros e apêndices os materiais elaborados pelo autor; o glossário, em termos técnicos, apresenta os conceitos e as palavras-chave definidas de acordo com o referencial teórico utilizado durante a elaboração do projeto.

No que se trata das regras gerais de apresentação do artigo, a ABNT NBR 6022/2018 (ABNT, 2018b) recomenda a utilização de fonte em tamanho 12 e espaçamento simples, padronizados para todo o artigo; as siglas, quando mencionadas pela primeira vez no texto, devem ser indicadas entre parênteses; as equações e fórmulas devem ser destacadas no texto; e as ilustrações devem ser precedidas de sua palavra designativa, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto e apresentar fonte.

A norma ABNT NBR 6022/2018 (ABNT, 2018b) indica que para a normalização de um artigo é necessária a utilização concomitante das seguintes normas, conforme o Quadro 11:

Quadro 11 - Normas necessárias para um artigo

Normas	Descrição
ABNT NBR 6023	Referências
ABNT NBR 10520	Citações
ABNT NBR 6024	Numeração progressiva das seções de um documento
ABNT NBR 6028	Resumos
IBGE	Norma de apresentação tabular

Fonte: ABNT (2018b).

A norma ABNT NBR 6023/2018 (ABNT, 2018a) pode ser vista como um padrão para a descrição bibliográfica, pois permite a identificação visual e informativa de todos os elementos descritivos de um documento. Ao ordenar as informações que identificam um documento de forma clara e organizada, bem como suas informações complementares, ajuda

não só na detecção da característica do documento como permite facilitar a sua recuperação. Seu objetivo é:

Esta norma fixa a ordem dos elementos das referências e estabelecem convenções para transcrição e apresentação da informação originada do documento e/ou outras fontes de informação. Esta norma destina-se a orientar a preparação e compilação de referências de material utilizado para a produção de documentos e para inclusão em bibliografias, resumos, resenhas, resenhas, resenhas e outros. (ABNT, 2018a, p. 1).

Nesta norma ABNT NBR 6023/2018 (ABNT, 2018a) são apresentados diversos tipos de documentos, com seus respectivos exemplos de como elaborar a referência: trabalhos acadêmicos, jurisprudência, imagens, eventos, *websites*, e-mails, documentos sonoros, trabalhos apresentados em eventos, partituras, monografias e suas partes, periódicos e suas partes, artigos, além de prever todos os citados em formato eletrônico. Segundo Loureiro e Campos (1999) e Souza (1997), através da norma ABNT NBR 6023/2018 (ABNT, 2018a), é possível verificar a veracidade e obter uma recuperação da informação e localização do conhecimento mencionado em trabalhos utilizados por diversos autores. A norma ABNT NBR 6023/2018 possui relação direta com a norma ABNT NBR 10520/2002 (ABNT, 2002) no que diz respeito às citações, e a avaliação deste trabalho se dá em grande parte a essas duas normas.

A norma ABNT NBR 10520/2002 (ABNT, 2002) especifica as características exigíveis para a apresentação de citações em documentos. As citações são fragmentos transcritos ou informações extraídas de outras fontes com o intuito de afirmar as ideias que foram consultadas para a realização de determinado estudo, pesquisa ou trabalho. Quando algum trabalho é realizado com a ausência das citações é considerado plágio e, para evitar isso, é recomendada a utilização de ferramentas anti plágio. Existem diversas ferramentas gratuitas para esse tipo de verificação com propósito de garantir a originalidade de um texto, como as seguintes: Plagium (PLAGIUM, 2021), Dupli Checker (DUPLI CHECKER, 2021) e uma ferramenta *desktop* denominada CopySpider (COPYSPIDER, 2013a).

A norma ABNT NBR 10520/2002 (ABNT, 2002) apresenta definições a respeito de citações: a) citação de citação, que é uma citação direta ou indireta de um texto em que não se teve acesso ao original; b) citação direta, que é a transcrição textual de parte da obra do autor consultado; c) citação indireta, que é o texto baseado na obra do autor consultado; estas podem aparecer tanto no texto, quanto em notas de rodapé. A norma indica que pode ser utilizado o sistema numérico, com a indicação da fonte sendo feita por numeração única e consecutiva, em algarismos arábicos, que remete à uma lista de referências ao final do

trabalho, do capítulo ou da parte, na mesma ordem em que aparecem no texto; ou o sistema autor data, em que a indicação da fonte é feita pelo sobrenome de cada autor ou pelo nome de cada entidade responsável, seguido(s) da data de publicação do documento e da(s) página(s) da citação, no caso de citação direta, separados por vírgula e entre parênteses.

Assim, para que seja possível a criação de um artigo, pode-se perceber o quão elementar são alguns fundamentos normativos por parte das normas ABNT, que orientam a construção de toda a estrutura de um artigo e que, em grande parte, dependem das habilidades dos autores para a sua elaboração. Dessa forma, para a construção das referências, existem programas de gerenciamento bibliográfico no formato eletrônico que permitem o manuseio das referências e citações no texto. Quando se adotam estes programas, é possível gerar um banco eletrônico de referências utilizadas.

As vantagens em se utilizar estes programas, segundo Pereira (2011, p. 143), é a confiabilidade dos resultados e a facilidade de uso. A conferência dos dados é feita uma única vez e em lugar de serem digitados, os dados podem ser capturados e importados, automaticamente, de outra base de dados. As referências são recuperadas com seus respectivos números de identificação, autor, palavras-chave, nome do periódico dentre outras características. Outra vantagem é que, ao realizar a inserção da chamada de citação no texto, ocorre uma elaboração simultânea da respectiva lista de referências.

As desvantagens são em novas versões dos programas que, por vezes, trazem incompatibilidades, um número de armazenagem finito e principalmente o custo, já que algumas ferramentas são pagas e de uso restrito. Outra dificuldade encontrada é que geralmente esses softwares vêm com um formato de normalização pré definido e que costuma ser diferente do que é indicado nas normas, assim, se faz necessário configurá-lo para corrigir erros nas referências. Dentre algumas outras dificuldades que ocorrem são que os softwares, periodicamente, executam atualizações em suas versões, sejam por motivos de funcionamento ou quando há uma nova versão da(s) norma(s). Isto impõe aos seus utilizadores, fazer novamente uma configuração do software ou mesmo ser obrigado a pagar pela nova versão da ferramenta. Assim, existem diversas ferramentas gratuitas e pagas para o gerenciamento bibliográfico, como: EndNote (ENDNOTE, 2021), Mendeley (MENDELEY, 2020) e Zotero (ZOTERO, 2021).

Sobre as seções do artigo, deverá ser seguindo o sistema de numeração progressiva, conforme apresentado na norma ABNT NBR 6024/2012 (ABNT, 2012), além de conter alíneas para enumerações no texto. Esta norma diz que o texto deve ser organizado em seções,

utilizadas para a divisão do conteúdo do texto de um documento, podendo haver seções primárias, secundárias, terciárias, quaternárias e quinárias.

No que diz respeito aos resumos, a norma ABNT NBR 6028/2021 (ABNT, 2021a) estabelece os requisitos para redação e apresentação de resumos, resenhas e resenhas. Em suas definições são indicados que a palavra-chave informa a palavra representativa do conteúdo do documento, escolhida, preferentemente, em vocabulário controlado; a resenha, uma análise crítica, descritiva e/ou comparativa elaborada geralmente por especialista; resenha, uma análise do conteúdo do documento, objeto, fato ou evento; resumo, uma apresentação concisa dos pontos relevantes de um documento em parágrafo único. Os resumos são definidos como: indicativo que indica os pontos principais de um documento sem apresentar detalhamentos e que de modo geral, não dispensa a consulta ao original; informativo que informa finalidades, metodologia, resultados e conclusões do documento de forma que possa, inclusive, dispensar a consulta ao original. O adequado a ser utilizado em documento técnico ou científico é o resumo informativo, com verbo na terceira pessoa e sua extensão, convém que tenham:

- a) 150 a 500 palavras nos trabalhos acadêmicos e relatórios técnicos e/ou científicos;
- b) 100 a 200 palavras nos artigos de periódicos;
- c) 50 a 100 palavras nos documentos não contemplados nas alíneas anteriores.

Roland (1968) diz quais são as cinco características, pressupostas há décadas e que até hoje em dia seguem bastante, para a composição de um bom resumo em artigo científico: a) deve ser entendido sem necessidade de recorrer ao resto do texto; b) abordar, em termos específicos, os pontos principais do artigo; c) raramente exceder 250 palavras; d) preservar o formato do artigo, constituindo sua miniatura; e) conter somente material coberto no artigo. As tabelas apresentadas em um artigo, assim como as ilustrações, devem ser citadas no texto, inseridas o mais próximo possível do trecho a que se referem, e padronizadas conforme as Normas de apresentação tabular do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tem por objetivo normativo fixar conceitos e procedimentos aplicáveis à elaboração de tabelas de dados numéricos, de modo a garantir a clareza das informações apresentadas (IBGE, 1993).

2.5 As normas ABNT

Como se dão ou nascem os produtos (e os documentos técnico-científicos)? Para nós, seres humanos, não cabe produzirmos uma única vez, os produtos do trabalho humano são os

produtos da sociedade humana. Dessa forma, o conhecimento teórico e prático, com a preservação e transmissão da produção e do desenvolvimento, faz com que o trabalho humano se torne material por meio de procedimentos, regras, instruções e modelos, que podem ser repetidos, ensinados e aprendidos. Quaisquer conhecimentos, sejam eles teóricos ou práticos, mas carentes de expedientes para sua conservação e transmissão tendem a ter pouco significado ou até mesmo serem esquecidos. Assim, para que os bens materiais tenham condições de evoluir, se faz necessário ensinar e aprender a desenvolver por intermédio de uma linguagem universal. A normalização técnica, posta aos fornecedores, prossegue ao longo dos séculos, criando novas exigências, protegendo consumidores, a saúde humana e o meio ambiente (ABNT, 2011b, p. 4-5). A necessidade que surgiu ao longo dos anos em se padronizar na indústria proporcionou um avanço e desenvolvimento no setor, assim, a normalização técnica permitiu agilizar a produção e a conformidade dos produtos produzidos (DIAS, 2003).

2.5.1 O que são e como são criadas

A definição sobre o que são as normas técnicas, segundo o *website* da ABNT (DEFINIÇÃO..., 2021, grifo do autor), é:

Atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem em um dado contexto. Consiste, em particular, na elaboração, difusão e implementação das Normas.

A normalização é, assim, o processo de formulação e aplicação de regras para a solução ou prevenção de problemas, com a cooperação de todos os interessados, e, em particular, para a promoção da economia global. No estabelecimento dessas regras recorre-se à tecnologia como o instrumento para estabelecer, de forma objetiva e neutra, as condições que possibilitem que o produto, projeto, processo, sistema, pessoa, bem ou serviço atendam às finalidades a que se destinam, sem se esquecer dos aspectos de segurança.

Norma é o documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido, que fornece regras, diretrizes ou características mínimas para atividades ou para seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto.

A norma é, por princípio, de uso voluntário, mas quase sempre é usada por representar o consenso sobre o estado da arte de determinado assunto, obtido entre especialistas das partes interessadas.

[...] As normas tornam o desenvolvimento, a fabricação e o fornecimento de produtos e serviços **mais eficientes, mais seguros e mais limpos;**

Facilitam o comércio entre países tornando-o **mais justo;**

Fornecem aos governos uma base técnica para **saúde, segurança e legislação ambiental,** e avaliação da conformidade;

Compartilham os avanços tecnológicos e a boa prática de gestão;

Disseminam a **inovação;**

Protegem os consumidores e usuários em geral, de produtos e serviços;

Tornam a vida mais simples provendo **soluções** para problemas comuns.

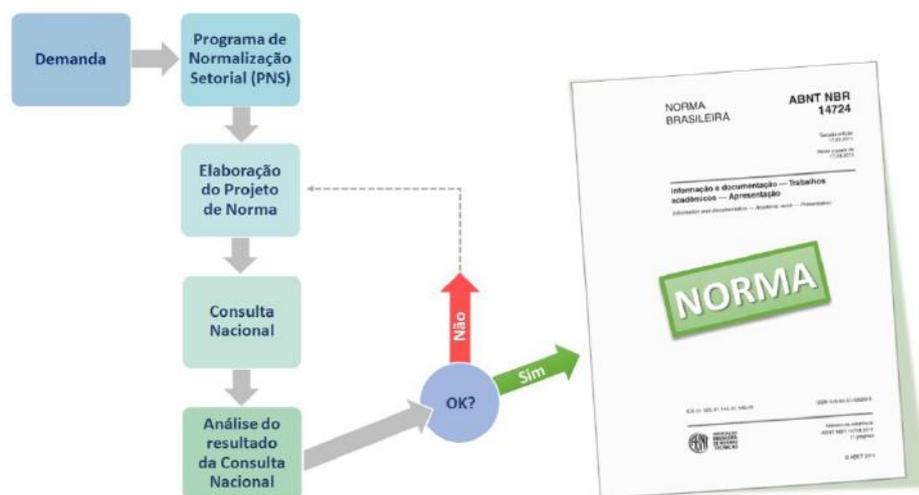
As normas asseguram as características desejáveis de produtos e serviços, como qualidade, segurança, confiabilidade, eficiência, intercambialidade, bem como respeito ambiental – e tudo isto a um custo econômico.

Quando os produtos e serviços atendem às nossas expectativas, tendemos a tomar isso como certo e a não ter consciência do papel das normas. Rapidamente, nos preocupamos quando produtos se mostram de má qualidade, não se encaixam, são incompatíveis com equipamentos que já temos, não são confiáveis ou são perigosos. Quando os produtos, sistemas, máquinas e dispositivos trabalham bem e com segurança, quase sempre é porque eles atendem às normas.

A ABNT foi fundada em 1940 e faz parte da International Organization for Standardization (ISO), da Comissão Pan-americana de Normas Técnicas (COPANT) e da Associação Mercosul de Normalização (AMN), sendo hoje a representante do Brasil nestas organizações. Desde a sua fundação, é membro da International Electrotechnical Commission (IEC). Possui 117 comitês, que são responsáveis pela elaboração das normas em diferentes áreas de atuação (ABNT, 2011b). Sendo assim, no contexto da produção de documentos técnico-científicos, percebe-se que as normas da ABNT utilizadas para este estudo são somente as específicas e da área de Documentação. O Comitê Brasileiro de Informação e Documentação (ABNT/CB - 14), sediado na cidade de São Paulo, é responsável pela elaboração destas normas, e seu âmbito de atuação é “normalização no campo da informação e documentação compreendendo as práticas relativas a bibliotecas, centro de documentação e informação, serviços de indexação, resumos, arquivos, ciência da informação e publicação” (ABNT, 2021b).

No que diz respeito a como as normas são criadas, na Figura 4 são ilustradas as etapas do processo.

Figura 4 - Etapas do processo de criação de norma



Fonte: (COMO..., 2021).

Segundo a ABNT (COMO..., 2021) o processo de elaboração de um documento técnico da ABNT é iniciado por uma demanda, seja por pessoa física, empresa, entidade ou organismo regulamentador que estejam envolvidos com o assunto a ser normalizado. Esta demanda é analisada pela ABNT, que julga ser viável, o assunto é levado ao comitê técnico responsável para a inserção no Programa de Normalização Setorial (PNS). No caso de não existir um comitê técnico, a ABNT propõe a criação de um novo. Tal assunto é debatido amplamente pela comissão de estudo, com participação aberta a quaisquer interessados, independentemente de ser ou não associado à ABNT até atingir consenso e gerar o projeto da norma.

É importante salientar que os três tipos de comitês técnicos existentes na ABNT são: Comitê Brasileiro (ABNT/CB), Organismo de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e Comissão de Estudo Especial (ABNT/CEE), onde a comissão de estudo especial é criada quando não há comitê sobre a temática, assim, nasce à demanda para o comitê técnico elaborar um projeto de norma. Sendo criada uma comissão de estudo, dentro do comitê, para trabalhar com aquele projeto de norma. Após serem produzidas e finalizadas, as normas são disponibilizadas, quando não gratuitas, por meios dos catálogos de vendas e geralmente os catálogos mais utilizados são o da própria associação (ABNT, 2021c) para consulta e aquisição, e exclusivamente para aquisição, o sistema Target GEDweb (TARGET, 2021).

Ao analisarmos o contexto descrito neste referencial teórico em relação à aplicação das normas, elas tornam a produção de documentos técnico-científicos mais eficiente e a comunicação científica mais eficaz, com embasamento técnico, conformidade, boas práticas e permitem a disseminação da inovação. No estudo de Hayashi *et al.* (2006) é indicado que a utilização das normas para a padronização de artigos acrescenta conteúdo informacional e facilita a recuperação de estudos e trabalhos, por intermédio de resumos, citações e referências bibliográficas.

O aumento da comunicação científica e, conseqüentemente, da informação produzida, torna imprescindível a normalização técnica, em razão de facilitar a transferência, identificação e recuperação do conteúdo produzido nos artigos científicos (RODRIGUES; LIMA; GARCIA, 1998). Barbalho (2005) afirma que, em periódicos científicos, todos os artigos têm obrigação de atender uma padronização mínima de normalização. No estudo de Fernandes e Santos (2006) é indicada a importância das normas da ABNT para o processo de comunicação do conhecimento científico, devido à comunicação na comunidade científica compreender e abranger a troca de informações entre os indivíduos, seja para o contato ou

acerca dos estudos de pesquisa em desenvolvimento ou finalizados. Percebem-se características elementares em quaisquer literaturas científicas e que são denominadas como fragmentária, derivativa e editada:

Fragmentária, devido à veiculação de artigos em periódicos que são, na maioria das vezes, fragmentos de trabalhos científicos ainda em andamento; Derivativa, por se apoiar em trabalhos realizados anteriormente, o que é evidenciado pela utilização de referências e citações; Editada, ou seja, avaliada, desde a fase de publicação pelos editores e avaliadores (referees), até a sua circulação em larga escala entre os pares (ZIMAN 1979 *apud* RAMOS, 1994, p. 341).

Sendo assim, a normalização deverá estar presente em todos os momentos da produção dos artigos científicos, seja com o trabalho em andamento, que seria o desenvolvimento em si do estudo, seja apoiado em trabalhos anteriores, que reflete ainda mais a necessidade de normalização na utilização de referências e citações, seja no momento de publicação, quando os especialistas verificam o embasamento do estudo e os editores validam a circulação e disseminação para a comunidade científica. A normalização de documentos visa “a padronização e simplificação no processo de elaboração de qualquer trabalho científico” (CURTY; BOCCATO, 2005, p. 95).

Russo e Mazui (2013) descrevem que a importância que os periódicos exercem na comunidade científica torna clara a necessidade de recuperação e disseminação das informações neles contidas. E, somente com os trabalhos publicados em acordo com as normas padronizadas, é facilitada a difusão das pesquisas, bem como, a discussão entre pares e dos pares com a sociedade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Gil (2002, p. 41-42), esta pesquisa têm o caráter exploratório e o objetivo de proporcionar uma maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, bem como, este estudo é considerado de caráter descritivo, pois descreve todas as características normativas de periódicos e artigos científicos. Dessa forma, para a realização, produção e execução deste trabalho, foi utilizado um estudo de caso com o objetivo de verificar características e experiências nos periódicos científicos do TRF2, que são: Revista LexCult (REVISTA LEXCULT, 2021a), a Revista Juscontemporânea (REVISTA JUSCONTEMPORÂNEA, 2021a) e a Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, 2021a).

Conforme Yin (2001), o estudo de caso é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno dentro do seu contexto real, onde os limites entre fenômeno e contexto não são claramente percebidos. Gil (2002) descreve os estudos de caso com diferentes propósitos:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;**
- d) formular hipóteses ou desenvolver teorias;
- e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 2002, p. 54, grifo do autor).

Desse modo, o nível da pesquisa busca descrever a situação do contexto dos periódicos e a investigação à luz do caráter normativo das normas ABNT.

3.1 Campo da pesquisa

O campo de pesquisa, bem como as informações necessárias e coletadas para a realização deste trabalho, se constitui no contexto dos periódicos científicos, Revista LexCult, Revista Juscontemporânea e Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, por intermédio de seus respectivos domínios *web*, formato digital, com o autor tendo acesso externo e interno aos sistemas dos periódicos, como também no formato físico das edições publicadas nas revistas. O motivo pelo qual estes três periódicos foram selecionados se dá, por parte do autor deste trabalho, na experiência enquanto estagiário e no enorme interesse em poder contribuir no melhoramento dos seus serviços, bem como poder observar e olhar com mais profundidade

o real propósito de um periódico científico, seus contextos interno e externo. Os periódicos do TRF2, bem como dos seus órgãos subordinados são:

- a) Revista LexCult (REVISTA LEXCULT, 2021a);
- b) Revista Juscontemporânea (REVISTA JUSCONTEMPORÂNEA, 2021a);
- c) Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, 2021a);
- d) Revista da EMARF (EMARF, 2021);
- e) Caderno de Fenomenologia e Direito (EMARF, 2021).

3.2 Técnicas de coleta e análise de dados

A coleta de dados foi proveniente da convergência de fontes de evidências e observação, que foram reunidas e ampararam a elaboração de questionários que recolheram informações qualitativas e quantitativas em relação à estrutura normativa dos periódicos, dos artigos e dos usuários reais representados por todos os atores envolvidos: editores, autores, avaliadores, revisores e normalizadores (GIL, 2002, p. 140).

Segundo Gil (2002, p. 141), em termos de coleta de dados, o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, pois, vale-se de “dados de gente” e de “dados de papel”, e que pode ser realizado mediante análise de documentos, ou seja, os objetos de estudo deste trabalho são os periódicos e seus artigos científicos. Foram produzidos questionários contendo perguntas abertas e fechadas na plataforma *Google Forms* (FORMULÁRIOS..., 2021), que foram enviados por e-mail e aplicados aos autores, revisores e normalizadores no período entre 09 ago. 2021 até 22 ago. 2021.

Sendo assim, no intuito de buscar maior validação nesta pesquisa, foi utilizada a triangulação, que é um fundamento lógico para se utilizar várias fontes de evidências (YIN, 2001, p. 120). As fontes de evidências definidas, coletadas e utilizadas para a técnica de coleta de dados foram os registros em arquivo nas bases de dados e informações contidas nos sites dos periódicos. Os documentos técnico-científicos, neste caso, são os artigos submetidos e publicados nos periódicos. Ocorreu observação direta do autor em relação aos demais atores envolvidos no processo (tendo em vista sua atuação como estagiário), ou seja, as divergentes perspectivas dos autores, avaliadores, revisores, editores e normalizadores.

Deste modo, será possível realizar a triangulação dos dados por meio das fontes de dados obtidas que possibilita fazer a avaliação e análise dos dados, com uma apuração seguindo verificações de toda a estrutura e questionamentos enviados à equipe editorial e aos

autores, em acordo com as normas ABNT, bem como do referencial teórico no que diz respeito às publicações científicas e seus indivíduos. Foi utilizada como complemento uma técnica de gestão denominada análise ou matriz *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats* (SWOT) que, em português, consiste em Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (FOFA) que, conforme Chiavenato e Sapiro (2003) têm como função cruzar as oportunidades e as ameaças externas à organização com seus pontos fortes e fracos. Essa avaliação estratégica realizada por meio de matriz é uma das ferramentas mais utilizadas na gestão estratégica competitiva, ou seja, relaciona as oportunidades e ameaças presentes no ambiente externo com as forças e fraquezas mapeadas no ambiente interno da organização.

3.3 População e amostra

A população desta pesquisa se constitui nos agentes envolvidos que compõem o universo da equipe editorial abrangendo os três periódicos científicos: Revista LexCult, Revista Juscontemporânea e Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Estes são os autores, editores, revisores, avaliadores e normalizadores. O método de amostragem utilizado é o de amostragem não probabilística intencional como suporte adotado para o desenvolvimento do questionário. “A seleção de amostras intencionais ou por julgamento são realizadas de acordo com o julgamento do pesquisador. Se for adotado um critério razoável de julgamento, pode se chegar a resultados favoráveis” (OLIVEIRA, 2001, p. 6).

Como opções e para afinamento do conteúdo informacional a ser estudado na amostra, foram definidas as edições publicadas contemplando todas as submissões realizadas, aprovadas e publicadas em um recorte temporal entre os anos de 2019 e 2020. A justificativa para este recorte é que neste período foi o momento em que o autor deste trabalho iniciou sua colaboração e vínculo empregatício na instituição do TRF2. Assim, o quantitativo totaliza os seguintes valores, conforme o Quadro 12.

Quadro 12 – Quantitativo de edições e artigos selecionados

Revista	Edições	Artigos
Juscontemporânea	1	9
LexCult	7	72
Seção Judiciária do Rio de Janeiro	5	49
Total	13	130

Fonte: Autor (2021).

Dessa forma, após a definição da amostra e para a elaboração do questionário, foi realizado um novo levantamento da população que consiste no recorte temporal e demonstrativo a seguir no Quadro 13.

Quadro 13 – Quantitativo dos agentes envolvidos na pesquisa

Perfil	Quantidade
Autores	163
Revisores	4
Normalizadores	4
Total	171

Fonte: Autor (2021).

Assim, foram obtidos 171 contatos de correio eletrônico para autores, revisores e normalizadores, para os quais foram enviados e-mails.

Dentre os artigos científicos selecionados, o critério de inclusão foi: somente os artigos submetidos nos periódicos, aprovados e publicados. E os critérios de exclusão foram: não foram incluídas no estudo as publicações das edições que contemplam os editoriais, apresentação, mensagens dos dirigentes, poesias e resenhas, mesmo que de autoria dos atores envolvidos no processo; a decisão pela não inclusão é que nestas publicações não são utilizados critérios normativos para a sua divulgação e somente seguem o *layout* dos periódicos.

4 DESCRIÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO

Condizente com a definição da norma ABNT NBR 6021/2015 (ABNT, 2015b) de que uma instituição, como casa publicadora, é a responsável pela produção editorial de uma publicação, neste trabalho é o CCJF, por intermédio da produção de sua equipe editorial, que pertence ao TRF2.

4.1 O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)

No ano de 1891, foi promulgada a primeira Carta Magna da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1891), que instituiu o Poder Judiciário da União criando o Supremo Tribunal Federal (STF) e tantos juízes federais e Tribunais Regionais que até o ano de 1946, ficou à Suprema Corte o papel de segundo grau da Justiça Federal. Assim, com a Constituição da República de 1946 (BRASIL, 1946) e a necessidade de criação de mais Tribunais Regionais, ocorreu a instalação no município do Rio de Janeiro do Tribunal Federal de Recursos (TRF), que tinha como finalidade minorar a sobrecarga de processos que afetavam o Supremo Tribunal, o que permitiu à nova Corte de Justiça exercer a função de órgão julgador de segundo grau e em grau de recurso (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, 2021a).

No ano de 1965, foi restaurada a Justiça Federal de primeira instância, que estabeleceu a competência do TRF para julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais. Esta ampliação da competência da Justiça Federal, aliada ao crescente volume de causas, acarretou um quadro de asoamento do TRF, de tal forma que, a cada ano, cresciam os feitos de forma acelerada, apesar do aumento do número de ministros. Assim, embora a Constituição previsse lei complementar para a criação de mais dois Tribunais Federais de Recursos, tal medida só veio a se tornar realidade com a elaboração da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), quando foi reorganizada a estrutura do Poder Judiciário, visando à sua descentralização e conseqüente aceleração da prestação jurisdicional. Com a nova Carta Magna, coube ao STF o exame de matéria constitucional, sendo transferidas ao Superior Tribunal de Justiça as demais atribuições da Corte Máxima. Com a extinção do TRF, em seu lugar foram criados os cinco Tribunais Regionais Federais, com sede nas seguintes cinco regiões político-administrativas do país: Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, 2021a). Dessa forma, criado pela Constituição de 1988 e instalado em 1989, tem a sua importância no

cenário jurídico sendo destacado pelas inúmeras e relevantes matérias de interesse coletivo que tramitam nesta Corte, destacando-se as de natureza previdenciária, tributária e pelos debates jurídicos fomentados por seus juízes nas sessões de julgamento (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, 2021a).

O TRF2 tem competência sobre os territórios dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo e é responsável por 20% do volume processual nacional. Não só se instalou fisicamente, mas também se afirmou no cenário político-social desses Estados, exercendo, com proficiência, sua função de aplicar o Direito, utilizando, para isso, todos os recursos técnicos disponíveis e investindo no aperfeiçoamento funcional de seus servidores. Tem como missão, prestar uma jurisdição acessível, rápida e efetiva. Tem como visão, consolidar-se perante a sociedade como uma justiça efetiva e transparente (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, 2021b).

4.2 O Centro Cultural da Justiça Federal (CCJF)

O CCJF foi criado através da Resolução nº 16 de 14 de dezembro de 2000, tendo por finalidade a aproximação e a integração da Justiça Federal com a sociedade, por meio do desenvolvimento de atividades artísticas e culturais voltadas ao público em geral (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, 2000). É um espaço reconhecido por incentivar e garantir o acesso da população às diversas formas de expressão cultural, abrigando exposições, peças teatrais, espetáculos de dança e de música, mostras de cinema, cursos, seminários, palestras, dentre outras. Vinculado à presidência do TRF2 e ocupando a antiga sede do STF na cidade do Rio de Janeiro, a construção do prédio teve início em 1905, como parte integrante do projeto de reformulação urbanística da cidade, então Capital Federal (JUSTIÇA FEDERAL, 2014a).

O prédio foi adquirido pelo Governo Federal para a instalação do STF, que ainda não possuía sede definitiva, e foi inaugurado em 03 de abril de 1909. Projetado pelo arquiteto Adolpho Morales de Los Rios, o edifício é um dos mais importantes testemunhos da arquitetura eclética do país. O STF ocupou o prédio até 1960, quando da transferência da Capital Federal para Brasília. Desde então, a edificação abrigou o Superior Tribunal Eleitoral, o Tribunal de Alçada e as varas da Justiça Federal de 1ª Instância. Após sete anos de obras de restauração, o prédio foi aberto ao público em 04 de abril de 2001, já como CCJF (JUSTIÇA FEDERAL, 2014a).

Conforme divulgação em seu portal, Justiça Federal (2014b), a sua missão é apoiar, incentivar e garantir o acesso às diversas formas de expressão cultural, com ênfase em temas associados à Justiça, respeitando valores tais como a igualdade, a oportunidade, a ética e a diversidade. Sua visão é garantir e ampliar a presença de expressões criativas de todas as naturezas em seus espaços, de forma a oferecer à sociedade uma programação diversificada e de alta qualidade. Com ênfase na temática, os seguintes quesitos afetam a Justiça e seus valores:

- a) respeito à livre expressão e à diversidade cultural, ressalvadas manifestações de preconceito ou de intolerância de qualquer natureza que, de alguma forma, atinja os valores da dignidade humana;
- b) oferta de programação de excelente qualidade;
- c) excelência no acolhimento ao público;
- d) garantia de diálogo permanente com a sociedade;
- e) promoção dos princípios da Justiça Federal.

A seguir o prédio histórico do CCJF, conforme a Figura 5.

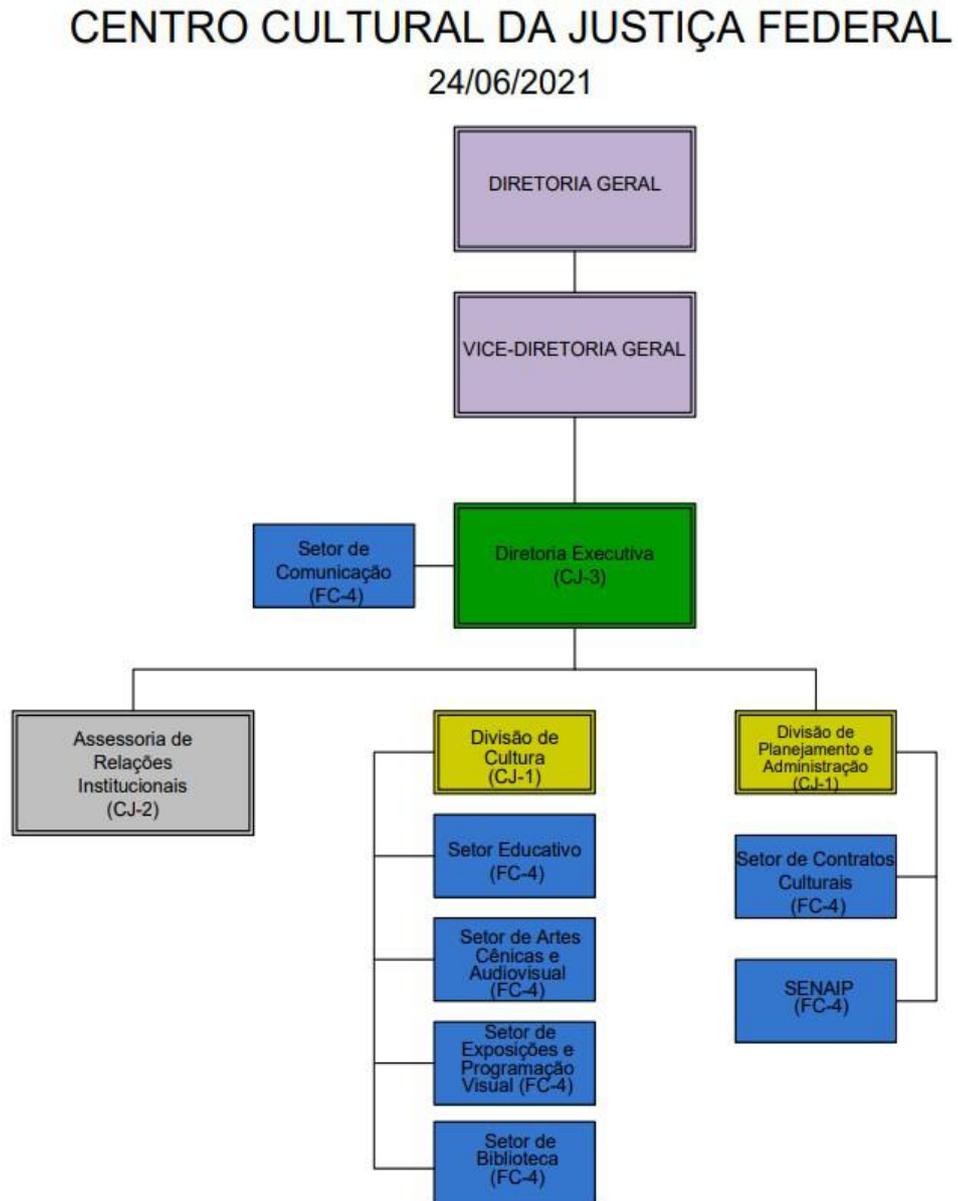
Figura 5 – Prédio do CCJF



Fonte: Justiça Federal (2014c).

A estrutura do CCJF se organiza hierarquicamente conforme a Figura 6.

Figura 6 – Estrutura organizacional do CCJF



Fonte: (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, 2021c).

4.3 Periódicos do TRF2/CCJF

Os periódicos do TRF2 são produzidos no setor de publicações, ligado diretamente à direção executiva da unidade com apoio dos setores de biblioteca e comunicação do CCJF, instituição subordinada ao TRF2.

4.3.1 Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Dentre as revistas deste estudo de caso, a Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro é a mais antiga, sendo inicialmente publicada por um período correspondente aos anos 1994 até 2014, quando foi suspensa, após 41 edições, com relevantes contribuições para a comunidade jurídica, acadêmica, tendo alcançado os estratos B3 e B4 no Programa Qualis (Capes/CNPq) e sendo cadastrada em importantes indexadores acadêmicos (JUSTIÇA FEDERAL, 2018, 2021).

O periódico foi reativado após período de reestruturação. Seus editores, em sintonia com as solicitações de autores e leitores, lançaram a revista no ano de 2018, com uma nova proposta, começando pelo nome, que se atualizou. Assim, a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), em parceria com o CCJF, reinauguraram a revista acadêmica, que passou a se denominar Auditorium: Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, 2018a).

A publicação apresenta trabalhos de pesquisadores do Brasil e do exterior e é voltada para a comunidade jurídico-científica em geral, criando um espaço de diálogo entre a reflexão e a aplicação do Direito. O termo Auditorium complementa o antigo nome do periódico, denominado Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para transmitir a ideia de arena de discussão, que está intimamente ligada ao debate, à democracia, à cidadania, à pluralidade e à participação ao Estado Democrático de Direito. O intuito foi ampliar ainda mais o seu espectro, buscando enfoques interdisciplinares (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, 2018a).

A Revista é um periódico quadrimestral que apresenta a produção acadêmico-científica de pesquisadores de todo o país e do exterior, valorizando a pesquisa, a produção e a disseminação de novos conhecimentos. São publicados trabalhos de cunho jurídico, em diálogo com questões sociais. Por isso, a revista busca privilegiar enfoques interdisciplinares, que permitam uma compreensão mais ampla do Direito com saber em permanente construção. Seu público-alvo é o corpo docente e discente dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Direito e áreas afins, advogados e estudantes de Direito, magistrados das seções judiciárias e dos tribunais regionais e superiores, assim como a comunidade jurídico-científica em geral (REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, 2021a). Seu foco e escopo são:

A Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro propõe-se a ser um espaço voltado para o diálogo entre a reflexão e a aplicação do Direito. Nesse sentido, considerando a multiplicidade de enfoques e abordagens a respeito das questões apresentadas aos pesquisadores e operadores do Direito, é privilegiada a abordagem do objeto jurídico como elemento de interesse investigativo complexo. Tanto a pesquisa acadêmica - quer em suas vertentes dogmática ou empírica - quanto a atividade profissional do juiz permitem leituras diversas, mas complementares, do universo jurídico. Ao disseminar tendências e perspectivas atuais e interdisciplinares do Direito, esta publicação contempla especialmente o resultado de pesquisas acadêmicas sobre o fenômeno jurídico, teórico e/ou prático, em diálogo com questões sociais. Essa multiplicidade de abordagens teórico-metodológicas está aberta a reflexões de variadas gamas - como, por exemplo, o uso do Direito pelo juiz e pelo cidadão; a explicitação de relações com a sociedade civil a partir do debate contemporâneo sobre democracia e cidadania; e a reflexão crítica sobre suas práticas e discursos. Buscamos adequar a publicação aos requisitos do Programa Qualis, do CNPq, que avalia as publicações acadêmicas de todo o país (REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, 2021a).

As informações relativas ao periódico são descritas a seguir no Quadro 14.

Quadro 14 – Informações sobre a Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Informação	Descrição
Instituição responsável	CCJF
DOI	doi.org/10.30749/2177-8337
e-ISSN	2177-8337
ISSN	1678-3085
Qualis	B4
Periodicidade	Quadrimestral
Endereço	Av. Almirante Barroso, n. 78, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ
Telefone	(21) 3261-6405
E-mail	revistaauditorium@sjrj.jus.br

Fonte: Autor (2021) e Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (2021b).

A revista está indexada em bases como Diadorim (IBICT, 2021a), Latindex (LATINDEX, 2021a), Elektronische Zeitschriftenbibliothek (EZB, 2021a), entre outras. Tem como outro canal de divulgação de seu periódico a página no Facebook do CCJF (CENTRO CULTURAL DA JUSTIÇA FEDERAL, 2018). A identificação de cada integrante da equipe editorial pode ser consultada no site da revista e a quantidade de todos os integrantes é descrita no Quadro 15.

Quadro 15 - Equipe editorial da Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Cargo	Quantidade
Conselho editorial	3
Conselho científico	33

Quadro 15 - Equipe editorial da Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

(continuação)

Cargo	Quantidade
Avaliadores	51
Editores	5
Revisores	4
Normalizadores	4

Fonte: Autor (2021) e Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (2021c).

4.3.2 Revista LexCult

O CCJF lançou, no final de 2017, a Revista LexCult, que objetiva publicar textos inéditos de pesquisadores nacionais e estrangeiros nas áreas cultural, educacional e jurídica. Em seu primeiro número, trouxe vários debates interdisciplinares acerca de temas contemporâneos que circundam o pensamento jurídico, cultural e artístico (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, 2018b).

A revista tem periodicidade quadrimestral, caráter interdisciplinar e aceita submissões de professores e pesquisadores ligados a programas de pós-graduação *stricto sensu* das mais variadas áreas do conhecimento, que se relacionem com a Cultura, a Educação e o Direito. É aberta para receber submissões de trabalhos inéditos em fluxo contínuo: no âmbito da Cultura, nas áreas de audiovisual, teatro, literatura, dança e música; no âmbito jurídico, em geral, mas com preferência para temas ligados à sociologia e à filosofia do Direito, direitos humanos, cidadania, questões climáticas, propriedade intelectual, direitos autorais, gênero, direito ambiental, direito dos idosos e direitos das minorias (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, 2018b).

A primeira revista editada pelo CCJF era denominada com o título Atrium e foi publicada em oito fascículos no período de 2001 a 2007 (ATRIUM, 2001-2007). Essa é a segunda revista editada exclusivamente pelo CCJF, no formato on-line com acesso aberto, gratuito e não há taxas para submissão e avaliação de artigos. Seu foco e escopo são:

A Revista LexCult, do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) / Tribunal Regional Federal da 2ª Região é uma publicação em formato eletrônico, de periodicidade quadrimestral, contendo textos inéditos de pesquisadores nacionais e estrangeiros, tais como artigos de pesquisa e de revisão, estudos de caso, relatos de experiência, resenhas, entrevistas, relacionados às áreas cultural, educacional e jurídica. Possui caráter interdisciplinar e aceita submissões de professores, pesquisadores, cientistas e artistas das mais variadas áreas do conhecimento, que se relacionem com a cultura, educação e o direito (REVISTA LEXCULT, 2021a).

As informações relativas ao periódico são descritas a seguir no Quadro 16.

Quadro 16 – Informações sobre a Revista LexCult

Informação	Descrição
Instituição responsável	CCJF
DOI	doi.org/10.30749/2594-8261
e-ISSN	2594-8261
ISSN	2595-6728
Qualis	B3
Periodicidade	Quadrimestral
Endereço	Av. Rio Branco, n. 241, Centro, Rio de Janeiro, RJ
Telefone	(21) 3261-2551
E-mail	lexcult@trf2.jus.br

Fonte: Autor (2021) e Revista LexCult (2021b).

A revista está indexada em Diadorim (IBICT, 2021b), Elektronische Zeitschriftenbibliothek (EZB, 2021b), DOAJ (2021), Latindex (LATINDEX, 2021b), dentre outras. Possui como canal de divulgação do periódico uma página no Facebook (LEXCULT REVISTA ELETRÔNICA DO CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL, 2020). A identificação de cada integrante da equipe editorial pode ser consultada no site da revista e a quantidade de todos os integrantes será descrita a seguir no Quadro 17.

Quadro 17 – Equipe editorial da Revista LexCult

Cargo	Quantidade
Conselho editorial	3
Conselho científico	20
Avaliadores	53
Editores	5
Revisores	4
Normalizadores	4

Fonte: Autor (2021) e Revista LexCult (2021c).

4.3.3 Revista Juscontemporânea

Dentre as revistas deste estudo de caso, a Revista Juscontemporânea é a mais nova. O TRF2 fez o seu lançamento em julho de 2019, no formato digital, que objetiva apresentar artigos, resenhas, entrevistas, dentre outros trabalhos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Com periodicidade quadrimestral, busca o diálogo do Direito com as demais

disciplinas humanas, especialmente Sociologia, Ciência Política, Administração Pública, Psicologia e Relações Internacionais. Idealizada pelo presidente do TRF2, seu público-alvo são professores e alunos de graduação em Direito e pós-graduação nesta área e afins, advogados, magistrados e servidores do judiciário brasileiro e a comunidade jurídico-científica em geral. Pretende valorizar a pesquisa, a produção e a disseminação do conhecimento sobre Direito e ciências afins, uma vez que aborda questões contemporâneas, tanto da teoria, quanto da prática jurídica. A publicação busca se adequar aos requisitos do Programa Qualis do CNPq (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, 2019).

Seu foco e escopo são:

A Revista Juscontemporânea propõe-se a ser um espaço voltado para o diálogo entre a reflexão e a aplicação do Direito. Nesse sentido, considerando a multiplicidade de enfoques e abordagens a respeito das questões apresentadas aos pesquisadores e operadores do Direito, é privilegiada a abordagem do objeto jurídico como elemento de interesse investigativo complexo. Tanto a pesquisa acadêmica - quer em suas vertentes dogmática ou empírica - quanto a atividade profissional do juiz permitem leituras diversas, mas complementares, do universo jurídico. Ao disseminar tendências e perspectivas atuais e interdisciplinares do Direito, esta publicação contempla especialmente o resultado de pesquisas acadêmicas sobre o fenômeno jurídico, teórico e/ou prático, em diálogo com questões sociais. Essa multiplicidade de abordagens teórico-metodológicas está aberta a reflexões de variadas gamas - como, por exemplo, o uso do Direito pelo juiz e pelo cidadão; a explicitação de relações com a sociedade civil a partir do debate contemporâneo sobre democracia e cidadania; e a reflexão crítica sobre suas práticas e discursos. Buscamos adequar a publicação aos requisitos do Programa Qualis, do CNPq, que avalia as publicações acadêmicas de todo o país (REVISTA JUSCONTEMPORÂNEA, 2021a).

As informações relativas ao periódico são descritas a seguir no Quadro 18.

Quadro 18 – Informações sobre a Revista Juscontemporânea

Informação	Descrição
Instituição responsável	TRF2
e-ISSN	2674-9734
ISSN	2674-9793
Periodicidade	Quadrimestral
Endereço	Rua Acre, 80, Centro, Rio de Janeiro, RJ
Telefone	(21) 3261-6405
E-mail	revistajuscontemporanea@trf2.jus.br

Fonte: Autor (2021) e Revista Juscontemporânea (2021b).

A identificação de cada integrante da equipe editorial pode ser consultada no site da revista e a quantidade de todos os integrantes é descrita a seguir no Quadro 19.

Quadro 19 – Equipe editorial da Revista Juscontemporânea

Cargo	Quantidade
Conselho editorial	3
Conselho consultivo científico e interno	31
Avaliadores	16
Editores	5
Revisores	4
Normalizadores	4

Fonte: Autor (2021) e Revista Juscontemporânea (2021c).

4.3.4 Condições para submissão

No que diz respeito aos critérios para submissão, as condições, regras e normas são semelhantes nos três periódicos. Faz parte do processo de submissão que os autores verifiquem as conformidades das submissões em relação a todos os itens listados no Quadro 20, sendo que quando as submissões não estão de acordo com as normas, são devolvidas aos autores (REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, 2021d; REVISTA LEXCULT, 2021d; REVISTA JUSCONTEMPORÂNEA, 2021d).

Quadro 20 – Condições para submissões nos periódicos

Condições
O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, Open Office ou RTF
URL para as referências foram informadas quando possível
O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Submissões
A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "comentários ao editor"
Os autores assumem a responsabilidade sobre autoria e domínio do conteúdo da submissão, declarando que não foram copiados ou plagiados de outros trabalhos, no todo ou em parte, sem que a respectiva fonte seja claramente citada. Declara também estar em conformidade com as boas práticas de ética de pesquisa
Cadastrar ORCID (2021) dos autores no momento da submissão no campo disponibilizado

Fonte: (REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, 2021d; REVISTA LEXCULT, 2021d; REVISTA JUSCONTEMPORÂNEA, 2021d).

As três revistas publicam artigos, resenhas, entrevistas, traduções e ensaios sobre o Direito e ciências afins, Cultura, Arte e demais ciências sociais e humanas. A cada número podem ser definidos temas específicos para publicação. As revistas aceitam trabalhos com no máximo quatro autores, sendo que pelo menos um dos autores deve ser no mínimo mestrando.

É dada preferência aos trabalhos nos quais pelo menos um dos autores seja vinculado a programas de pós-graduação *stricto sensu*. Possuem política de acesso livre, que oferecem acesso livre e imediato ao conteúdo das revistas, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento. Não cobram encargos para submissão, nem para o processamento e publicação dos artigos (REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, 2021d; REVISTA LEXCULT, 2021d; REVISTA JUSCONTEMPORÂNEA, 2021d).

Os processos de avaliação pelos pares, conforme informados nos sites dos periódicos ocorrem da seguinte forma:

Os trabalhos serão avaliados pelos editores para verificar sua adequação à linha editorial do periódico. Aqueles considerados relevantes serão remetidos de forma anônima a dois avaliadores, que decidirão sobre sua aceitação ou recusa, analisando a estrutura formal do trabalho, sua originalidade, pertinência temática, sua forma adequada com as diretrizes da revista. O material é corrigido utilizando o sistema *blind review*, pelo qual os pareceristas não possuem conhecimento da autoria dos trabalhos, respeitando a privacidade do autor e aplicando a imparcialidade, garantindo assim a idoneidade no processo de seleção tanto para os autores quanto para os avaliadores. Os pareceristas poderão sugerir alterações de estrutura e de conteúdo. Após recebido o parecer, será este encaminhado para o autor do artigo a fim de tomar ciência, ou, para que incorpore as modificações sugeridas. Neste último caso, o texto modificado deverá ser remetido para o editor, que avaliará as modificações efetuadas. No caso de julgamentos divergentes, o trabalho é enviado a um membro do conselho editorial. O tempo estimado para o processo de avaliação é de 04 (quatro) meses (REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, 2021d; REVISTA LEXCULT, 2021d; REVISTA JUSCONTEMPORÂNEA, 2021d).

As políticas contra plágio e más-condutas em pesquisa visam fortalecer a integridade dos artigos publicados pelas revistas. Em conformidade com as diretrizes do COPE (2021), visam incentivar a identificação de plágio, más práticas, fraudes, possíveis violações de ética e abertura de processos. São indicados aos autores que visitem o site do COPE para informações aos autores e editores sobre a ética em pesquisa. Cabem aos autores que antes das suas respectivas submissões, sigam os seguintes critérios:

- a) artigos que contenham aquisição de dados ou análise e interpretação de dados de outras publicações devem ser referenciados de forma explícita;
- b) na redação de artigos que contenham uma revisão crítica do conteúdo intelectual de outros autores, estes deverão ser devidamente citados;
- c) todos os autores devem atender os critérios de autoria inédita do artigo e nenhum dos pesquisadores envolvidos na pesquisa poderá ser omitido da lista de autores;
- d) a aprovação final do artigo será feita pelos editores e conselho editorial.

A prevenção da negligência também é uma responsabilidade crucial do editor e da equipe editorial, qualquer forma de comportamento antiético, bem como o plágio em qualquer instância, não é aceito e são utilizados softwares de detecção de plágio (REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, 2021d; REVISTA LEXCULT, 2021d; REVISTA JUSCONTEMPORÂNEA, 2021d).

As informações relativas aos critérios para publicação são descritas no Quadro 21.

Quadro 21 – Critérios para publicação

Critérios
<p>O Conselho Editorial irá distribuir as submissões aos avaliadores, que são autoridades com reconhecida produção científicas em âmbito nacional e internacional</p> <p>A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado pelos avaliadores</p>
<p>As revistas publicarão trabalhos da seguinte natureza</p> <p>I - Artigos inéditos, que envolvam, sob forma de estudos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa no campo cultural e jurídico, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão</p> <p>II - Traduções de textos fundamentais, isto é, daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portu-guesa, que constituam fundamentos das áreas culturais e jurídicos e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original</p> <p>III - Entrevistas inéditas sobre trabalhos relevantes e voltados para as áreas culturais e jurídicas</p> <p>IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes sobre o avanço das reflexões nas áreas cultural e jurídico</p>

Fonte: Adaptado de Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, 2021d; Revista LexCult, 2021d; Revista Juscontemporânea, 2021d.

Conforme a descrição em seus sites, a Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (2021d), a Revista LexCult (2021d) e a Revista Juscontemporânea (2021d) indicam as seguintes regras de formatação:

- a) padrão de formatação ABNT;
- b) texto deverá ter no máximo trinta páginas e no máximo quatro autores;
- c) papel tamanho A4;
- d) margens em todos os tipos de submissão devem respeitar a seguinte formatação, margens sendo superior e esquerda igual a 3,0cm, margens sendo inferiores e direita igual 2,0cm;
- e) título e subtítulo na fonte Tahoma ou Arial, tamanho 12, em letras maiúsculas, em negrito, com espaçamento simples entre linhas e centralizado. O título e subtítulo (se

- houver) devem ser separados por dois pontos (:). As orientações supracitadas servem para tradução do título em inglês, que deve ser apresentado em itálico;
- f) resumo redigido em fonte Tahoma ou Arial, tamanho 12, com espaçamento simples entre linhas, com alinhamento justificado. Ele deve ser apresentado sem parágrafo e sem citações, contendo no máximo 250 palavras;
 - g) palavras-chave com no mínimo três e no máximo cinco, separadas por ponto;
 - h) corpo do texto na fonte Tahoma ou Arial, tamanho 12, com alinhamento justificado, espaçamento de 1,5 entre linhas; sem espaçamento entre parágrafos (antes e depois 0 pt) e com recuo de 1,5 cm no início de cada parágrafo;
 - i) não utilizar citações na introdução do documento;
 - j) não colocar numeração de páginas;
 - k) organização das seções nas ordens primária, secundária, terciária, quaternária e quinária;
 - l) caso o artigo contenha gráfico, tabelas ou fotografias, o texto deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles. As figuras e tabelas devem ser inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos, devendo ser informada a fonte;
 - m) os caracteres itálicos serão reservados a palavras em idioma distinto daquele usado no texto e às seções terciárias e quaternárias. É facultada ao autor a utilização do recurso de negrito para destaque de palavras;
 - n) as referências e citações deverão ser elaboradas de acordo com as normas ABNT NBR 6023/2018 e ABNT NBR 10520/2002 no sistema Autor-Data, a exatidão e a adequação das referências às obras citadas no texto são de responsabilidade dos autores;
 - o) notas explicativas: usar o comando nota de rodapé, com letra Tahoma ou Arial, tamanho 10, com espaçamento simples entre linhas, sem espaço entre os parágrafos (antes e depois 0 pt);
 - p) a fonte das referências deve ser Tahoma ou Arial, tamanho 12, com espaçamento simples entre linhas, com alinhamento à margem esquerda, sem recuo, com um espaço simples em branco entre os parágrafos;
 - q) as citações diretas (literais) curtas, de até três linhas, devem estar apresentadas entre aspas, no corpo do texto, sem destaque. As citações diretas (literais) longas, que ocupem mais de três linhas, devem estar em parágrafo com 4cm de recuo à esquerda, alinhamento justificado, em espaço simples entre linhas, fonte Tahoma ou Arial, tamanho 10, sem aspas, sem destaque;

- r) é obrigatório incluir legislação e jurisprudência nas referências, caso se aplique;
- s) os artigos não poderão conter anexos;
- t) as citações diretas em língua estrangeira devem ser traduzidas integralmente, com a inserção do texto original como nota explicativa;
- u) nos metadados do artigo (passo três da submissão), recomenda-se conferir os dados dos autores observando o preenchimento dos campos referentes à URL, que deve ser preenchido com o endereço do currículo Lattes, bem como o campo do resumo da biografia, títulos de graduação e pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu, nome da instituição de ensino superior, cidade, estado e país.

Em relação à estrutura aplicável para os artigos e conforme descrito nos sites dos periódicos, a Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (2021d), a Revista LexCult (2021d) e a Revista Juscontemporânea (2021d), em conformidade com a norma ABNT NBR 6022/2018 (ABNT, 2018b) e Quadro 10, indica que os artigos devem se estruturar conforme o Quadro 22.

Quadro 22 – Estrutura aplicável aos artigos

Estrutura
Título em português
Título traduzido para o inglês
Resumo em português
Palavras-chave
Resumo traduzido para o inglês
Palavras-chave traduzidas para o inglês
Introdução
Desenvolvimento (fica a critério do autor a atribuição de títulos às seções)
Conclusão/Considerações finais

Fonte: Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, 2021d; Revista LexCult, 2021d; Revista Juscontemporânea, 2021d.

Como disposições finais e declaração de direito autoral, não são aceitos textos que não obedecerem, rigorosamente, os critérios estabelecidos. Os textos recusados são devolvidos para os autores acompanhados de justificativa. A simples remessa de textos implica autorização para publicação e cessão gratuita de direitos autorais. Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons (2021), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente,

para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista como, por exemplo, publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os autores devem declarar suas responsabilidades pela originalidade, pelo ineditismo e pela atualidade de todo o conteúdo do artigo, mediante a referência completa de todas as fontes consultadas, bem como cada autor concede aos periódicos, a permissão para avaliar, normalizar, editar e publicar o artigo submetido, de modo inédito, com exceção onde casos de plágio e autoplágio, quando não serão aceitos sob nenhuma hipótese e o autor plagiário será suspenso por cinco anos, sem publicação, em quaisquer dos três periódicos. É permitida a cópia, total ou parcial, dos artigos publicados, desde que informada a fonte, com autor e revista, sendo vedado o uso comercial e a produção e distribuição de trabalhos derivados. Caso seja verificada a quebra de exclusividade, a submissão será arquivada e o autor estará também suspenso de publicar por cinco anos em quaisquer dos três periódicos, sem prejuízo das ações cíveis e penais previstas em lei (REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, 2021d; REVISTA LEXCULT, 2021d; REVISTA JUSCONTEMPORÂNEA, 2021d).

4.4 Editoração científica das revistas do TRF2/CCJF

Nesta seção serão expostos o fluxo de trabalho e as atividades exercidas pelos diversos atores envolvidos no campo da editoração científica. Parafraseando Macedo (1734) “não é pequeno serviço ajuntar o disperso, abreviar o largo, apartar o seletto, e fazer que facilmente se ache no capítulo de cada matéria o principal que a ela pertence”.

4.4.1 Fluxo de trabalho

O fluxo de trabalho no ambiente da editoração científica é demasiadamente grande, necessita de uma equipe que tenha liderança, bem como que os colaboradores sejam engajados e alinhados à cultura organizacional, que tenham proatividade, comprometimento, boa comunicação, flexibilidade, administração de conflitos e habilidades técnicas.

Os prazos, na maioria das vezes, são curtos e as tarefas sempre demandam agilidade para variados tipos de serviço; assim, quanto maior for à equipe, melhor para a divisão das tarefas. O “coração” das atividades é em torno das submissões dos artigos e é através dessas submissões que surgem as publicações, demandas, rotinas, mas especialmente os prazos e, para que estes sejam atendidos, se fazem necessários organização e alinhamento geral da equipe para o acompanhamento.

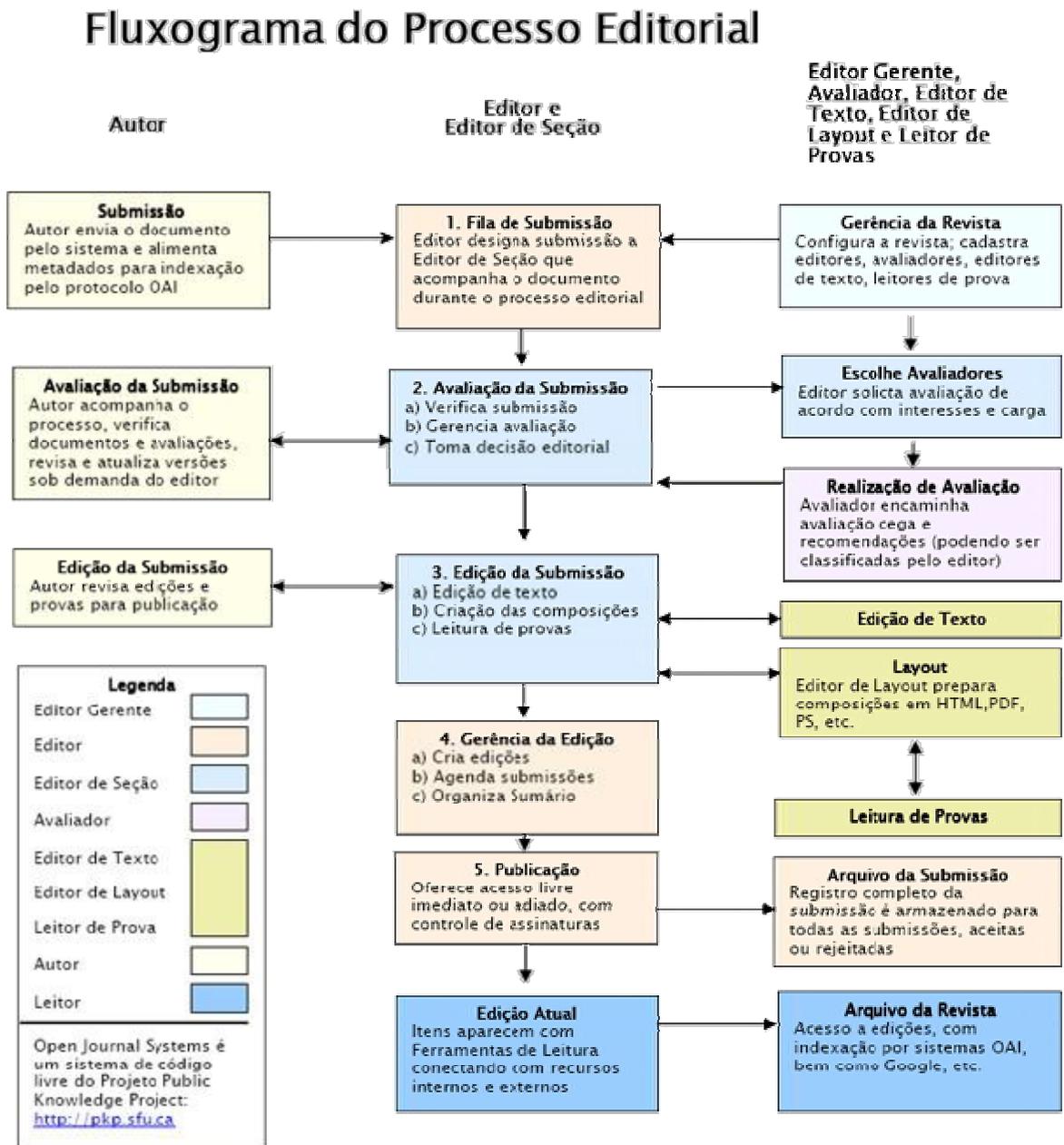
Sendo assim, para que fique visível o fluxo de trabalho à luz das submissões e a toda a equipe editorial, é utilizada planilha em Excel a cada edição, que permite o acompanhamento de:

- a) título e autor ou autores do artigo;
- b) a submissão do artigo e seu número registro;
- c) a distribuição das tarefas por parte do editor;
- d) a revisão inicial contendo o revisor responsável que realiza a conferência de plágio, texto e o ineditismo obrigatório;
- e) o encaminhamento do artigo para a avaliação e seus respectivos avaliadores;
- f) os prazos e as devoluções dos pareceres positivos, parcialmente positivos ou negativos por parte dos avaliadores nos artigos submetidos;
- g) a normalização técnica por parte dos bibliotecários;
- h) eventuais indicações de correções solicitadas pelos avaliadores e que vão necessitar de nova atuação do revisor e/ou bibliotecário responsável;
- i) revisão final, nos metadados e alocação do artigo em produção no sistema do periódico.

Dessa forma, a planilha é um alicerce para o sistema em que funcionam os periódicos e que utilizam o Open Journal Systems (OJS) versão 3.0.2.0, um sistema de código livre gratuito para a administração e publicação de revistas, desenvolvido com suporte e distribuição pelo Public Knowledge Project (PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT, 2014).

A seguir, é exibido o fluxograma do processo editorial que descreve as etapas e o funcionamento do sistema OJS de cada uma das revistas, conforme a Figura 7.

Figura 7 – Fluxograma do processo editorial no sistema OJS



Fonte: Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, 2021e; Revista LexCult, 2021e; Revista Juscontemporânea, 2021e.

A partir do fluxograma da Figura 7, é possível notar que são contempladas a maioria das atividades: a submissão, a revisão, a avaliação, a normalização, a publicação e o gerenciamento, todas as quais são diretamente realizadas nos sistemas dos periódicos. Entretanto, no que diz respeito ao processo de indexação, em que os periódicos promovem e proporcionam uma maior visibilidade às diversas produções, como no uso das suas

informações publicadas, esta atividade é fora dos sistemas OJS dos periódicos e são detalhadas na seção 4.4.2.

4.4.2 Atividades

Aqui são apresentadas as atividades realizadas, sendo exemplificados, por meio dos registros realizados pelo autor no ambiente de trabalho, eventuais registros das telas nos sistemas dos periódicos, dos instrumentos que auxiliam as tarefas, as habilidades de cada colaborador, bem como um afunilamento dos processos descritos no Apêndice D, Apêndice E, Apêndice F e Apêndice G.

Figura 8 – O setor de publicações



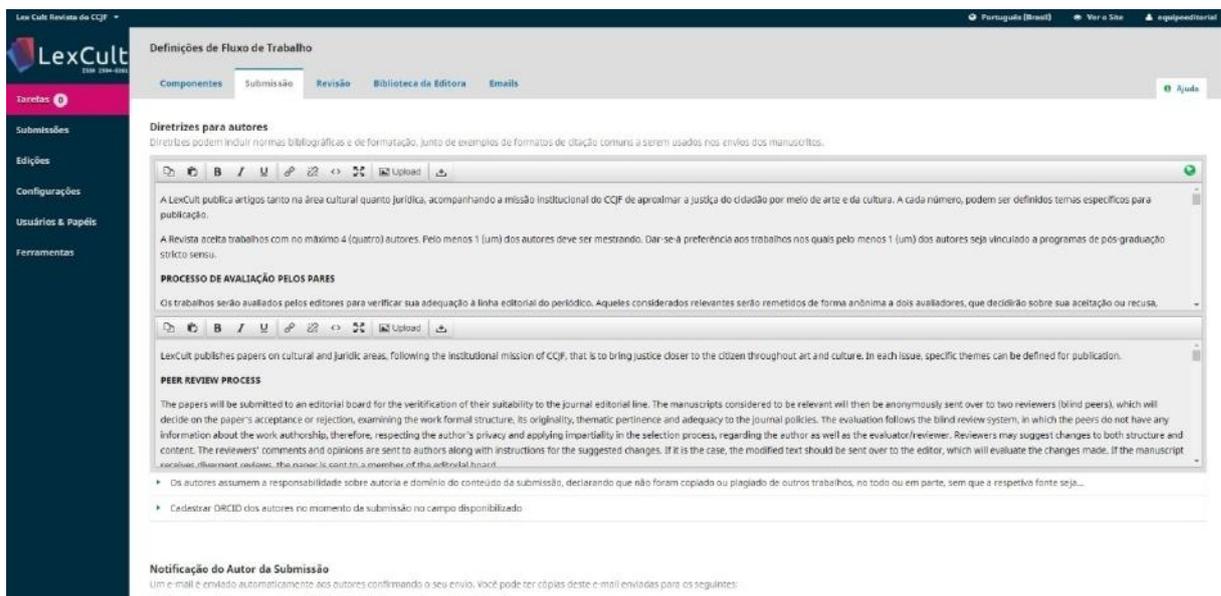
Fonte: Autor (2021).

Na parte do gerenciamento das revistas, o processo envolve três atores do corpo editorial: o editor, o revisor e o normalizador. É de responsabilidade do editor executar a divulgação das novas edições a serem publicadas, bem como suas respectivas temáticas através de notícia publicada como, por exemplo, a divulgada no site da Revista LexCult (REVISTA LEXCULT, 2021f). Nesta divulgação, nos casos da Revista LexCult e da Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, cabe ao editor divulgar nas redes sociais, o que permite atrair pesquisadores a submeterem artigos nos periódicos. Cabe ao editor realizar a criação

das futuras edições a serem publicadas que permite identificar quais artigos podem ser agendados para serem encaminhadas a avaliação e eventual publicação, atualização de cadastro de usuários, tais como correções, perfis atualizados em situações em que um eventual autor necessite de atualização em currículo, metadados ou solicitar ser um novo avaliador. Cabe ao editor controlar o fluxo das submissões, as etapas em que cada artigo está e atualização da planilha da equipe de trabalho, além da comunicação direta com os autores para atender demandas, solicitações, melhorias e atualizações nos periódicos.

Sobre a responsabilidade do revisor, cabe a ele alterar e corrigir os textos nos idiomas em que os sistemas das revistas operam, na ocorrência de novas alterações, sejam elas nas seções, diretrizes dos sites das revistas, regras de submissão, menus, alterações na equipe editorial, contato e eventuais novos indexadores. A seguir, na Figura 9, segue um exemplo da alteração no sistema da revista em relação a uma correção nas diretrizes para os idiomas de português e inglês.

Figura 9 – Tela de atualização de fluxo de trabalho



Fonte: Autor (2021).

Sobre a responsabilidade do normalizador na parte de gerenciamento, cabe a ele periodicamente analisar o periódico para sua adequação às normas ABNT, bem como pesquisar em bases de dados e currículo *Lattes* (BUSCAR..., 2021) os autores e avaliadores para fins de atualização cadastral nos perfis inseridos no sistema da revista. Esta atividade facilita e adianta, principalmente, no momento em que se faz necessário selecionar os

avaliadores para os artigos submetidos. Na Figura 10, segue um exemplo da atualização cadastral de um avaliador e suas áreas de interesse para avaliações:

Figura 10 – Tela de atualização cadastral de usuário

The screenshot displays a user profile update interface. At the top, the country is set to 'Brasil'. Below this, there are fields for 'Sexo' (M), 'Nome de tratamento', 'Sufixo', and 'Iniciais' (AS). Identification fields include 'Lattes' (http://lattes.cnpq.br/97), 'CPF' (21.2633-0228), and 'ORCID' (http://orcid.org/0000-0002). The 'Idiomas conhecidos' section has checkboxes for 'English' and 'Português (Brasil)'. A horizontal menu lists research areas: 'Direito Ambiental', 'Patrimônio Cultural', 'História do Direito', and 'História Fluminense'. Below this, a text box contains the 'Área de interesse para avaliação' with the entry 'OAB/RJ-1248'. At the bottom, a bio section titled 'Resumo do biógrafo' contains the following text: 'Advogado. Especialista em História do Brasil (DUPER), em História do Rio de Janeiro (UFF), em História da Arte Sacra (FEBR), em História Militar (UNISUL) e em Direito Ambiental (UCAM). Mestre em História (UNIVERSO). Presidente da Comissão Pró-Memória da OAB-Magé, membro do Conselho Estadual de Tombamento do Rio de Janeiro e sócio efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros.'

Fonte: Autor (2021).

Como uma atividade rotineira e de responsabilidade do revisor ou normalizador, nas eventuais solicitações de autores ou avaliadores, está a elaboração de relatórios que informem a periodicidade de pareceres realizados nas revistas. Assim, cabe analisar nos sistemas das revistas e produzir eventuais declarações solicitadas. Todas as etapas que contemplam o processo de gerenciamento das revistas podem ser melhor visualizadas no Apêndice D.

Na parte de submissão, o processo envolve cinco atores: o autor, o editor, o revisor, o avaliador e o normalizador. Ela é iniciada pelo autor, que submete o artigo à revista; obviamente, esta submissão só poderá ocorrer após o autor e demais autores do manuscrito, realizarem seus respectivos cadastros no periódico.

Na Figura 11, segue um exemplo da tela de submissão no sistema da revista.

Figura 11 – Tela de submissão

LexCult Revista do CCJ

Português (Brasil) Ver o Site Brunoeduardo

Submeter um artigo

1. Início 2. Transferência do manuscrito 3. Inclusão de metadados 4. Confirmação 5. Próximos Passos

Aceitar a declaração de direitos autorais

Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](#), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.

Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva do versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

Os autores declaram serem responsáveis pela originalidade, pelo ineditismo e pela atualidade de todo o conteúdo do artigo, mediante a referência completa de todas as fontes consultadas.

Cada autor concede à Revista LexCult permissão para avaliar, normalizar, editar e publicar o artigo submetido, de modo inédito.

Casos de plágio e autoplágio não serão aceitos sob nenhuma hipótese. O autor plagiário será suspenso por 5 (cinco) anos sem publicação na Revista LexCult.

É permitida a cópia, total ou parcial, de artigo publicado na Revista LexCult, desde que informada a fonte (autor e revista), sendo vedado o uso comercial e a produção e distribuição de trabalhos derivados. Caso seja verificada a quebra de exclusividade, a submissão será arquivada e o autor estará suspenso de publicar por 5 (cinco) anos na Revista LexCult, sem prejuízo das ações cíveis/penais previstas em lei.

O autor tem ciência de que:

a) a submissão poderá ser recusada caso o Conselho Editorial da Revista LexCult, responsável pela avaliação e seleção dos artigos, não considere pertinente a publicação, por quaisquer motivos, devidamente fundamentados;

b) os editores reservam-se o direito de modificar o texto da submissão - sem alteração de conteúdo - para normalizá-lo e adaptá-lo às normas de publicação.

Concordo em cumprir os termos da declaração de direitos autorais.

Idioma da Submissão

Português (Brasil)

##submissao.submit.submissao.locale.Descriçao## *

Seção *

Escolha a seção apropriada para a submissão (veja Seções e Políticas na página [Sobre](#) a revista). *

Fonte: Autor (2021).

Ao enviar, cabe ao autor aceitar a declaração de direitos autorais e os requisitos determinados nas regras gerais de submissão de artigos, informadas na seção 4.3.4, assim como realizar o *upload* do manuscrito e submetê-lo.

A partir deste momento, o artigo submetido fica na fila de submissão e disponível para visualização do editor, a quem cabe realizar o *desk review*, conforme ilustrado na Figura 3, conferindo os metadados, o arquivo submetido de acordo com as regras de submissão e atribuindo ao revisor para novas conferências e adequações; isso no caso de o artigo estar de acordo com o esperado; senão, ele realiza a reprovação do *desk review* e o artigo é rejeitado. No caso de o artigo estar de acordo, o revisor recebe o manuscrito da submissão no sistema da revista e, como sua primeira atividade, verifica a existência de plágio. Conforme a Figura 12, segue um exemplo que indica o funcionamento do software CopySpider, que é a ferramenta utilizada pela equipe destas revistas.

Figura 12 – Software CopySpider e a análise dos resultados

https://copyspider.com.br/main/en/about (02/06/2021):

Resumo

[100,00%] copyspider.com...

[100,00%] copyspider.com...

[44,32%] copyspider.com....

[40,06%] copyspider.com....

[16,66%] ru.freedownload...

[11,74%] de.freedownload...

[11,13%] en.freedownload...

[10,74%] fr.freedownload...

[10,74%] es.freedownload...

[10,22%] pt.freedownload...

Arquivo de entrada: <https://copyspider.com.br/main/en/about> (230 termos)

Arquivo encontrado	Qtd. de termos	Termos comuns	Similaridade (%)	Visualizar
copyspider.com.br/main/en/about	230	230	100,00	Visualizar
copyspider.com.br/main/en	230	230	100,00	Visualizar
copyspider.com.br/main/en/after-install	164	121	44,32	Visualizar
copyspider.com.br/main/en/download	193	121	40,06	Visualizar
ru.freedownloadmanager.org/Windows-PC/CopySpider/	176	58	16,66	Visualizar
de.freedownloadmanager.org/Windows-PC/CopySpider/	322	58	11,74	Visualizar
en.freedownloadmanager.org/Windows-PC/CopySpider/	359	59	11,13	Visualizar
fr.freedownloadmanager.org/Windows-PC/CopySpider/	368	58	10,74	Visualizar
es.freedownloadmanager.org/Windows-PC/CopySpider/	368	58	10,74	Visualizar
pt.freedownloadmanager.org/Windows-PC/CopySpider/	395	58	10,22	Visualizar

Similaridade = termos comuns / termos distintos.

Fonte: CopySpider (2013b).

Após isso, é de responsabilidade do revisor fazer a revisão inicial com uma atividade de pesquisa para verificar se o artigo já foi publicado em outro periódico e, assim, perdendo seu caráter de ineditismo obrigatório, o que sinalizaria mais uma reprovação, devolução ao editor e reprovação da submissão. Porém, estando de acordo, o revisor faz a revisão da estrutura aplicável aos artigos, verificando se está de acordo, faz a revisão de texto, verificando a parte textual, contextual e devolve ao editor.

Neste momento o editor recebe o artigo revisado, seleciona e remete aos avaliadores que possuam um perfil para a avaliação relacionado à temática da pesquisa do manuscrito submetido no sistema da revista, como demonstrado e exemplificado na Figura 10, que indica as áreas de interesse. Seguindo o processo, quando o manuscrito segue para a avaliação, o sistema permite o acompanhamento do status e do processo da submissão do seu manuscrito no sistema da revista. Cabe ressaltar que em todas as etapas do processo os atores recebem e-mails indicando as etapas do fluxo do processo de submissão.

A seguir, nas Figuras 13 e 14, são exemplificadas as telas de avaliação para que sejam realizados os pareceres.

Figura 13 – Tela de requisição de avaliação

Fonte: Autor (2021).

Figura 14 – Tela de revisão de avaliação

Fonte: Autor (2021).

É importante ressaltar que a ferramenta do sistema, bem como a política editorial, não permite que ocorram conflitos de interesses que eventualmente possam surgir no momento em que autores, revisores ou editores tenham interesses manifestos, visíveis ou não, estes que possam manipular as avaliações dos manuscritos, sejam de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira.

Sendo assim, o avaliador recebe o manuscrito, analisa os critérios em relação à política e, no caso de ser desfavorável, rejeita, devolvendo ao editor, e, no caso favorável, realiza a avaliação. No sistema OJS, a avaliação segue o seguinte questionário e critérios, conforme o Quadro 23.

Quadro 23 – Questionário de avaliação dos artigos

Questionário
O título é adequado, ou seja, representa o menor resumo do seu conteúdo?
O resumo é adequado, contendo objetivo, método, resultados e conclusão do trabalho?
O trabalho é original? O tema é atual?
Contribuição do artigo a aplicação de conhecimentos para a área de conhecimento.
Relevância e consistência teórica do artigo para o desenvolvimento da área de conhecimento.
Considerações a respeito da relevância e consistência teórica.
Qualidade de redação e organização do texto (clareza, concisão, objetividade, estrutura formal).
Considerações a respeito de redação e organização do texto.
Qualidade do referencial teórico: Bem desenvolvido, articulado e de relevância.
Considerações a respeito do referencial teórico.
Metodologia utilizada: Bem apresentada, de qualidade e de alto nível de sofisticação.
Considerações a respeito da metodologia.
Análise e discussão dos resultados: Consistência, articulação teórica e metodológica e interpretação sem especulações ou afirmações não sustentadas pelos dados.
Análise e discussão dos resultados: Consistência, articulação teórica e metodológica e interpretação sem especulações ou afirmações não sustentadas pelos dados.
Considerações a respeito da análise e discussão dos resultados.
Conclusões: Fundamento e coerência, relacionadas com o(s) objetivo(s) do artigo e mostrando o avanço do conhecimento científico.
Considerações a respeito das conclusões.
Parecer final e considerações finais sobre aceite, aceite com modificações ou rejeição.

Fonte: Autor (2021).

Conseqüentemente, se os pareceres obtidos nas avaliações *double blind peer review* por parte dos avaliadores, forem negativas, o editor recebe o manuscrito avaliado que, devido a reprovação, terá também a sua reprovação e recusa por parte do editor na submissão pelo sistema da revista. Entretanto, se os pareceres forem positivos ou parcialmente positivos, o manuscrito seguirá seu fluxo ao normalizador com os apontamentos indicados e a necessidade de padronização de normas ABNT.

As normalizações dos manuscritos, à luz das normas ABNT, se dão da seguinte forma: o normalizador recebe o manuscrito com os pareceres dos avaliadores no sistema da revista e realiza a normalização técnica com os instrumentos indicados no Quadro 11, para referências bibliográficas, citações, numeração progressiva das seções de um documento, resumos e

apresentação tabular. Cabe ao normalizador verificar, além da estrutura normativa do manuscrito e suas correções, os eventuais casos de pareceres com ressalvas que possam indicar orientações por parte dos avaliadores, envolvendo normas ABNT, bem como a necessidade de ter que realizar a comunicação com os autores para o caso de pedidos de correções e ajustes. A seguir, na Figura 15, são indicadas as normas utilizadas.

Figura 15 – Normas utilizadas para normalização dos artigos



Fonte: Autor (2021).

Assim, o normalizador remete ao autor, que deverá verificar as alterações, solicitações, apontamentos e revisões realizadas no artigo, atualizando a demanda, seja ela do avaliador ou do normalizador, para uma nova versão possa ser publicada no sistema da revista e posterior envio ao revisor. No caso de um parecer positivo sem ressalva, cabe ao normalizador enviar diretamente para o revisor que receberá o manuscrito avaliado e normalizado, e realizará a preparação do *layout* final que, após a conclusão, remete mais uma vez ao editor.

Na etapa final da submissão, o editor com o manuscrito, avaliado, normalizado e revisado tem como atividade final fazer o agendamento com o trabalho todo finalizado para a

próxima edição em formato digital, a ser publicada no sistema da revista. Todas as etapas que contemplam o processo de submissão podem ser melhor visualizadas no Apêndice E.

A partir deste momento é iniciado o processo de publicação, seja no formato digital, seja no formato físico. Nesta parte, o processo envolve quatro atores: o editor, o revisor, o normalizador, o designer e a colaboração da gráfica da instituição. A seguir, na Figura 16, são apresentadas algumas edições publicadas no formato físico e o armário de materiais do ambiente de trabalho.

Figura 16 – Edições publicadas e armário do setor de publicações



Fonte: Autor (2021).

Com o agendamento pronto, o editor está com os artigos finalizados e, dessa forma, ele organiza o sumário, bem como as mensagens de apresentação, editoriais, dirigentes ou quaisquer textos introdutórios da edição no sistema da revista. O editor solicita ao *designer* a diagramação da edição que será publicada. O *designer* recebe esta solicitação e produz a arte gráfica da publicação e, ao finalizá-la, remete ao normalizador a chamada “boneca” da edição. Esta boneca é um rascunho em formato físico da edição que será publicada, tal situação ocorre para que sejam feitas, por parte do normalizador, conferências à luz das normas ABNT e, assim, para que não tenha erros em uma remessa impressa de grande quantidade de

exemplares físicos, além de ser uma forma de a instituição economizar financeiramente. Este processo é lento, pois demanda atenção e diversos detalhes a serem corrigidos, com demandas de pedidos entre o normalizador e o *designer*.

Deste modo, quando o processo de bonecas é aprovado, o *designer* finaliza a arte gráfica, envia para a gráfica realizar a impressão de remessa e envia também ao editor. Neste momento, o editor em conjunto com revisor e normalizador realizam a produção da edição no sistema, quando o revisor realiza uma nova revisão da estrutura geral da publicação, corrigindo eventuais erros de *layout* na edição e no sistema da revista; o normalizador realiza uma nova revisão da estrutura total da publicação, corrigindo eventuais erros na estrutura do artigo, cabeçalho, rodapé, biografias dos autores, conforme normas ABNT e remete ao revisor. A seguir, na Figura 17, são apresentados exemplos de uma boneca e uma remessa lacrada de uma edição publicada.

Figura 17 – Remessa impressa de edição publicada e boneca



Fonte: Autor (2021).

Continuando a etapa, o revisor recebe eventuais erros ou correções, faz os recortes e realiza os *uploads* dos artigos em PDF da edição na revista, e remete ao editor. Por fim, o editor verifica os arquivos e layout produzidos pelo revisor e pelo normalizador, para publicar a nova edição no sistema da revista, e recebe da gráfica as remessas impressas para distribuição, que nestes periódicos se dão aos autores que desejam uma versão impressa da

publicação e às unidades do TRF2, bem como às escolas de magistratura. Todas as etapas que contemplam o processo de publicação podem ser melhor visualizadas no Apêndice F. Na Figura 18, é apresentado o site da Revista Juscontemporânea com uma edição publicada.

Figura 18 – Tela da edição publicada na Revista Juscontemporânea



Fonte: Revista Juscontemporânea (2021f).

Na parte dos indexadores, junto aos periódicos, vale ressaltar que somente a Revista LexCult e a Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, possuem indexação nos periódicos científicos, já que a Revista Juscontemporânea ainda não possui requisitos mínimos para adesão. Neste processo, são envolvidos dois atores: o normalizador e o editor, que atuam para aderir a um indexador. Cabe ao normalizador realizar pesquisa e verificar critérios para a adesão em indexadores, bem como se as revistas atendem aos requisitos necessários. Caso não atendam aos critérios, se faz necessário alinhar o periódico neste sentido. E, no caso em que são encontrados indexadores que permitem a adesão, pois os critérios podem ser atendidos, o normalizador envia a pesquisa ao editor, que analisa e autoriza o acordo de adesão junto ao indexador selecionado.

Novamente, cabe ao normalizador entrar em contato com o indexador para obtenção de termo, acordo ou contrato de adesão. Em conjunto com o editor, buscam obter a assinatura da direção executiva e do conselho editorial para adesão. Remetem a documentação obrigatória e, no caso de reprovação, serão verificados os motivos da recusa para definir uma

nova solicitação, até que se obtenha sucesso. Na Figura 19, é apresentado o site de um indexador que a Revista LexCult conseguiu indexar.

Figura 19 – Revista LexCult e DOAJ



Fonte: DOAJ (2021).

No momento em que se obtém autorização e se firma a adesão, o editor autoriza a indexação por parte do normalizador que, como indicado no Quadro 7 do referencial teórico, deverá ter habilidades interdisciplinares para realizar as marcações das publicações em PDF, HTML ou XML no sistema do indexador aderido.

Esta atividade demanda, além da habilidade técnica, paciência e atenção, pois normalmente os cadastros e marcações são demasiadamente grandes. É preciso realizar a leitura de regulamentos, preenchimento de formulários, que em sua maioria estão em idioma estrangeiro, *upload* de metadados, por vezes, manualmente ou individualmente via XML, dentre outras demandas informacionais. Por fim, com a marcação realizada, para finalização cabe ao normalizador revisar todo o processo e consolidar. Todas as etapas que contemplam o processo de indexadores podem ser melhor visualizadas no Apêndice G.

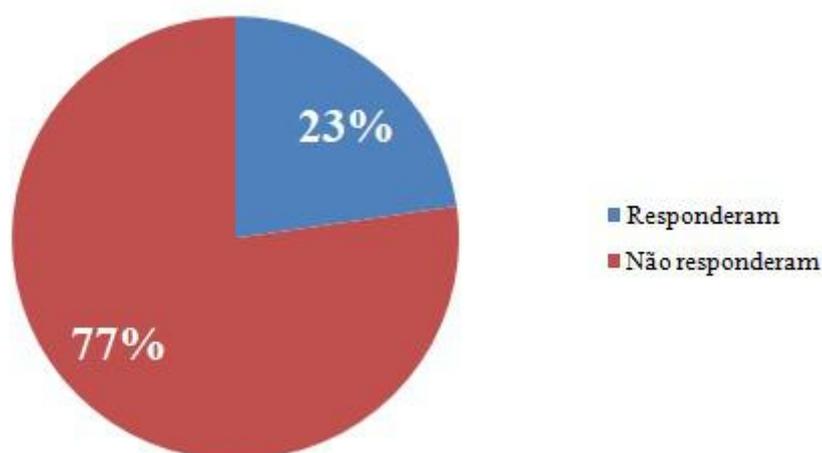
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS ATRAVÉS DOS QUESTIONÁRIOS

Nesta seção, serão expostos os resultados dos dados obtidos por meio dos questionários online, enviados contendo perguntas fechadas, abertas (Apêndice A, Apêndice B e Apêndice C). O propósito foi identificar as necessidades dos agentes envolvidos, tais como autores, revisores, normalizadores; e, com base nas respostas, examinar, analisar e comparar as opiniões dos participantes, bem como do autor desta pesquisa no período em que atuou na instituição.

Conforme informado no Quadro 13, que indica o quantitativo de agentes envolvidos desta pesquisa, foram totalizados 171 atores envolvidos. Destes, todos os 8 normalizadores e revisores responderam; entretanto, em relação aos autores, apenas 37 responderam e 126 não responderam. As razões podem ser diversas e subjetivas, talvez o curto tempo aberto de duas semanas para as respostas do questionário, desinteresse no e-mail enviado contendo o assunto “solicitação de colaboração em pesquisa das revistas do TRF2” ou tantos outros motivos. Do ponto de vista do autor, um dos fatores que pode ser considerado como um dos principais é o atual cenário pandêmico e difícil, vivenciado desde março do ano de 2020 até o presente momento desta pesquisa (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

No Gráfico 1, são apresentados os percentuais de autores que contribuíram com a pesquisa e responderam o questionário desenvolvido pelo autor deste trabalho.

Gráfico 1 – Percentual de autores que responderam a pesquisa

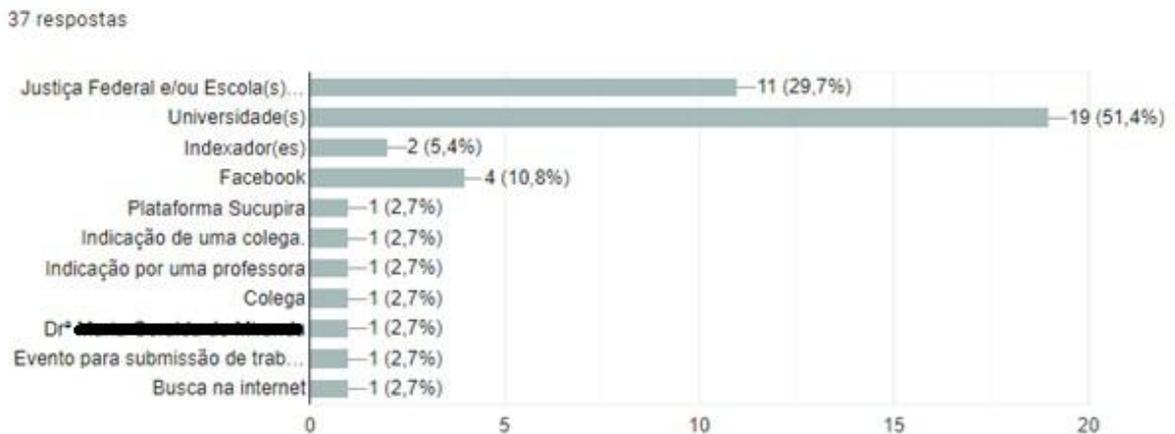


5.1 Dados dos autores

O questionário submetido aos autores foi desenvolvido com questões em dois blocos. No primeiro bloco, as perguntas, enumeradas de 1 a 5, buscaram obter respostas no sentido de detectar como os autores conheceram os periódicos, em quais publicaram, os motivos das submissões, as plataformas e dificuldades encontradas. No segundo bloco, as perguntas, enumeradas de 6 a 14, contemplaram obter respostas para analisar o conhecimento e habilidade dos autores em relação às normas da ABNT, quais normas para artigos científicos eles conhecem, a importância e aplicação delas e se melhoram o entendimento dos artigos submetidos, as dificuldades em relação às normas, às informações e regras de submissão contidas nas plataformas, bem como o que pode ter melhorias, a assistência da equipe de normalização e espaço para uma sugestão final.

A primeira pergunta foi em qual meio o autor obteve conhecimento dos periódicos do TRF2/CCJF, além de que cada resposta poderia informar mais de uma opção, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Onde os autores obtiveram conhecimento dos periódicos



Fonte: Autor (2021).

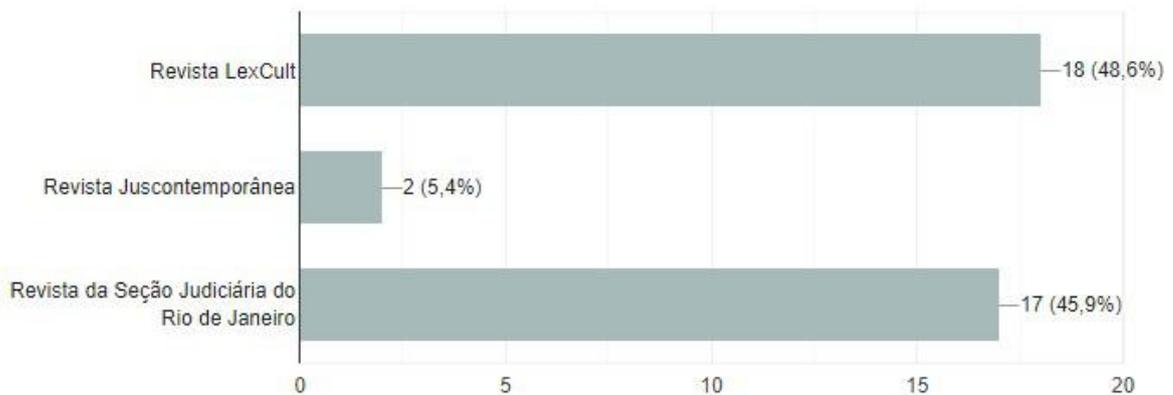
O resultado, em grande parte, não foi surpreendente, tendo em vista que os escopos dos periódicos são de revistas acadêmico-científicas, conforme indicado na seção 5 deste estudo, ou seja, universidades. Outro ponto absolutamente esperado foi em relação às identificações das indicações entre os colegas, pesquisadores, bem como o próprio *networking* na Justiça Federal e/ou as escolas de magistratura, que levaram às descobertas. Em relação

aos indexadores, os dados esperados eram estes mesmos, inclusive porque no momento da presente pesquisa, o índice Qualis destas revistas não permite elas estarem indexadas em muitos indexadores. Porém, cabe ressaltar que neste questionamento, uma quantidade de 10% das respostas indicou que o Facebook foi um local de evidência das revistas. Obviamente, devido a quantidade de participantes não ter alcançado nem 25% do total estudado, apesar disso, somente a Revista LexCult possui uma página exclusiva na rede social, a Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro utiliza a página Facebook da instituição do CCJF para divulgação e não uma sua exclusiva, já a Revista Juscontemporânea, não possui divulgação nessa rede social. Tal ponto já evidencia uma melhoria necessária neste sentido.

A segunda pergunta foi em qual dos periódicos do TRF2/CCJF que os autores submeteram seus artigos, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Periódicos em que os autores submeteram seus artigos

37 respostas



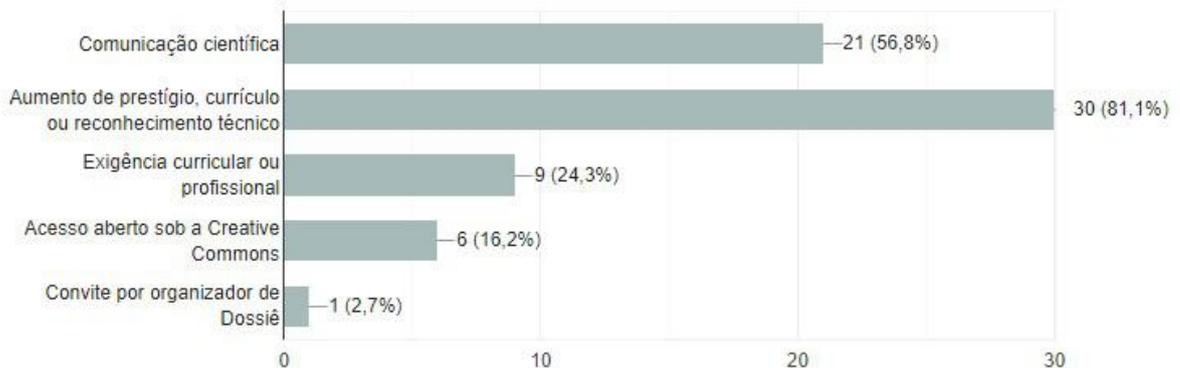
Fonte: Autor (2021).

O resultado, novamente, não foi surpreendente tendo em vista que a Revista Juscontemporânea conta somente com uma edição por ano, desde antes da pandemia. Tal ponto indica que a instituição, dentro do possível, deveria retomar as suas publicações neste periódico. Em relação à Revista LexCult e a Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, por terem mais tempo de existência e obviamente uma maior visibilidade com suas edições indexadas em Diadorim (IBICT, 2021a, 2021b), Latindex (LATINDEX, 2021a, 2021b), Elektronische Zeitschriftenbibliothek (EZB, 2021a, 2021b), DOAJ (2021), dentre outros indexadores, era esperado o resultado.

A terceira pergunta é no que diz respeito ao motivo que levou os autores a submeterem seus artigos nos periódicos do TRF2/CCJF, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Motivação para submissão dos artigos

37 respostas



Fonte: Autor (2021).

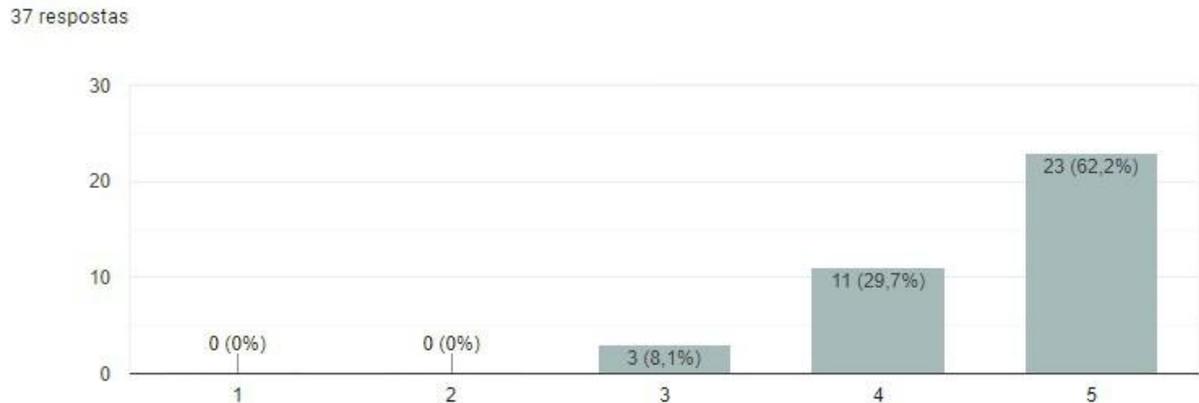
O objetivo foi identificar a motivação dos autores em submeter seus manuscritos nos periódicos; entretanto, as respostas indicam interesses pontuais, necessidades, motivos variados, bem como também a realidade do que vivenciamos. Por exemplo, podemos verificar que, se para mais da metade dos respondentes uma das motivações é a comunicação científica, se faz necessário e interessante do autor em publicar em um periódico associado à sua comunidade específica. Outro fator que podemos relacionar ao quantitativo das respostas é que para um pesquisador se manter habilitado a um programa de pós-graduação, os órgãos de fomento à pesquisa exercem demandas e exigências que levam as pessoas a publicarem constantemente, seja para o reconhecimento técnico, currículo ou prestígio. Tal condição aponta nossa cultura dos dias atuais, em que grande parte é refletida no meio acadêmico como um mercado competitivo, capitalista e consumista.

Sobre as perguntas 4 e 5, foi buscado identificar a visão dos autores em relação aos periódicos do TRF2/CCJF, se as plataformas são boas ou ruins, confiáveis, bem como detectar quais dificuldades eles obtiveram, ou não, durante todo o processo editorial, seja de submissão, descrição dos metadados, notificações, comunicação com a equipe editorial e/ou instabilidades.

Desta forma, através das respostas obtidas a constatação foi de que as plataformas são confiáveis e recomendáveis para sua utilização, já que em níveis de 1 - “péssimo”, 2 - “ruim”, 3 - “regular”, 4 - “bom” e 5 - “ótimo”, sendo “ótimo” com mais de 60%, como também em

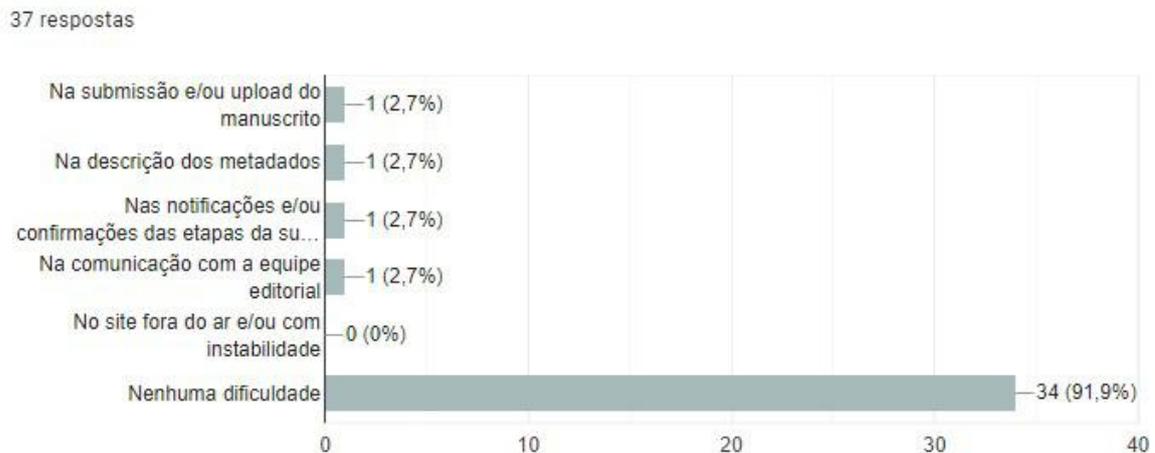
eventuais dificuldades nas plataformas, o percentual foi maior do que 90%, indicando qualidade e/ou nenhuma dificuldade. Sendo assim, o sistema OJS de distribuição da Public Knowledge Project (PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT, 2014) é adequado aos periódicos, conforme o Gráfico 5 e Gráfico 6, a seguir.

Gráfico 5 – Avaliação das plataformas dos periódicos



Fonte: Autor (2021).

Gráfico 6 – Dificuldades nas plataformas dos periódicos

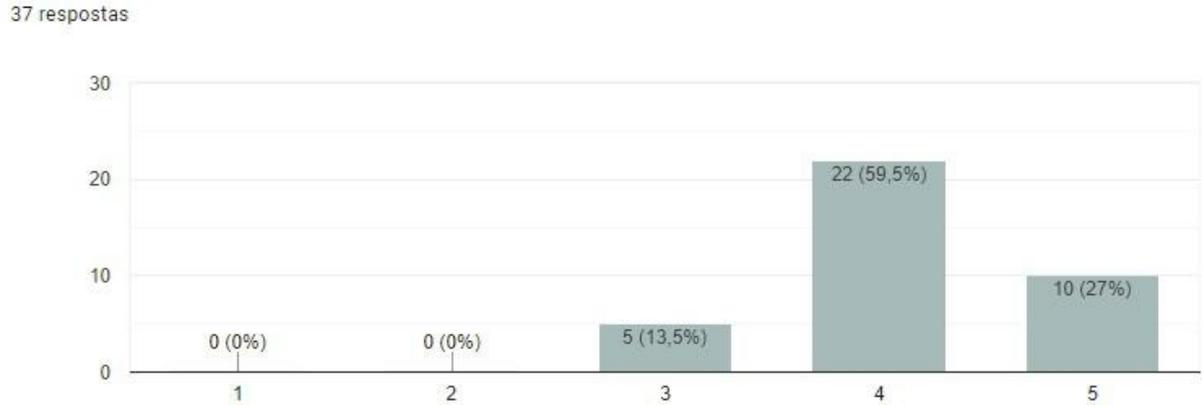


Fonte: Autor (2021).

Iniciando o segundo bloco das perguntas, que visavam identificar o conhecimento e a habilidade dos autores em relação às normas da ABNT, a pergunta seis teve o objetivo de identificar a habilidade e o conhecimento dos autores no uso das normas, sob a ótica dos próprios autores, ou seja, a avaliação deles, em níveis de 1 - “péssimo”, 2 - “ruim”, 3 - “regular”, 4 - “bom” e 5 - “ótimo” sobre se dispõem de habilidade e conhecimento para uma

aplicação correta das normas na produção de seus artigos científicos. A seguir, no Gráfico 7 são exibidas as respostas.

Gráfico 7 – Perspectiva dos autores sobre habilidades e conhecimento das normas

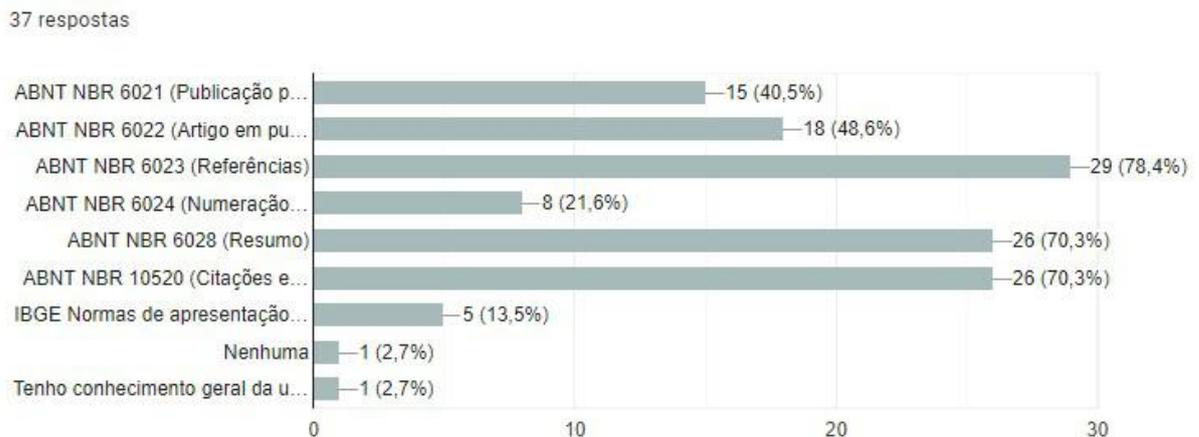


Fonte: Autor (2021).

O resultado foi que nenhum autor considera que tem uma habilidade “péssima” ou “ruim” e grande parte deles, mais especificamente quase 60% informam que seus conhecimentos e habilidades são considerados como “bom” e quase 30% como “ótimo”.

A pergunta sete foi para identificar em quais normas os autores possuem maior, algum ou nenhum conhecimento, conforme o Gráfico 8.

Gráfico 8 – Normas que os autores possuem conhecimento



Fonte: Autor (2021).

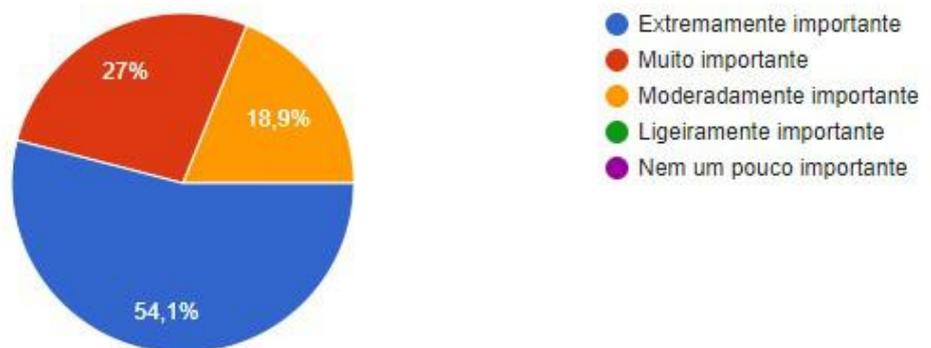
No resultado desta questão, pelo motivo da maior demanda na produção de artigos científicos serem com a utilização das normas ABNT NBR 6023/2018 (ABNT, 2018a), ABNT NBR 6028/2003 (ABNT, 2003) e ABNT NBR 10520/2002 (ABNT, 2002), era esperado as respostas que foram obtidas. Referências, citações e resumos são as regras mais utilizadas em artigos científicos, porém, foi importante identificar também que quase a metade dos respondentes indicou ter conhecimentos sobre as normas ABNT NBR 6021/2015 (ABNT, 2015b) e ABNT NBR 6022/2018 (ABNT, 2018b), expondo um conhecimento além dos artigos, bem como nas estruturas, princípios gerais e elementos em periódicos.

Entretanto, por mais intuitivo ou simples que seja desenvolver numerações progressivas e produzir tabelas, devido às inúmeras ferramentas de processamento dos textos fornecerem de forma prática a construção destes itens, ainda existem regras a respeito delas, e poucos autores possuem conhecimento na norma de numeração progressiva das seções de um documento ABNT NBR 6024/2012 (ABNT, 2012) e de apresentação tabular (IBGE, 1993).

A pergunta oito teve o intuito de identificar, sob o ponto de vista do autor, qual a importância da aplicação das normas da ABNT nos manuscritos que eles submeteram aos periódicos, conforme o Gráfico 9.

Gráfico 9 – Perspectiva do autor sobre a importância da aplicação das normas

37 respostas

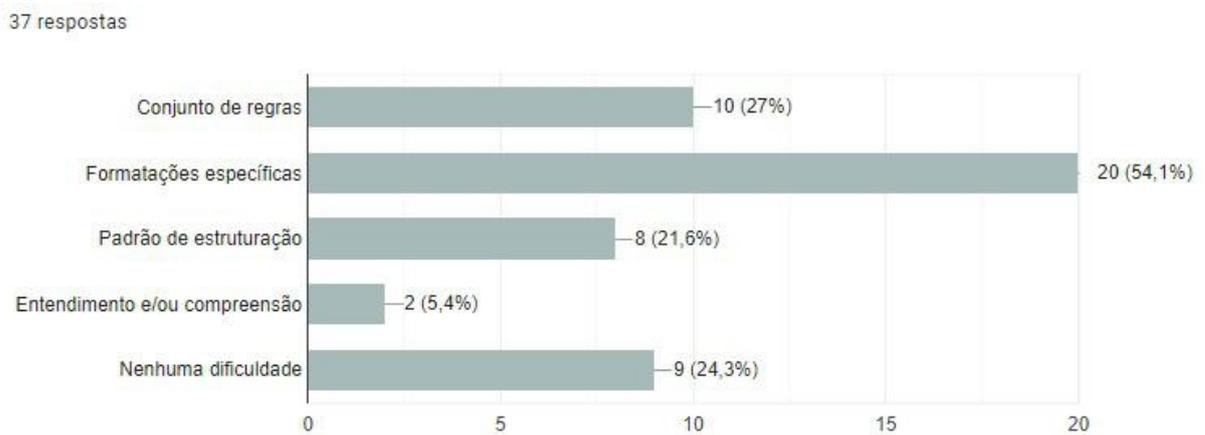


Fonte: Autor (2021).

O resultado obteve porcentagens que indicam um cenário contendo mais de 80% das respostas como “muito importante” e “extremamente importante” a aplicação das normas da ABNT, e menos de 20% com respostas indicando “moderadamente importante”. Tais dados evidenciam a notoriedade inegável da importância na aplicação das normas em artigos ou trabalhos científicos.

A pergunta 9 foi sobre as dificuldades que os autores têm em relação às normas da ABNT e, neste questionamento, percebeu-se que apenas uma quantidade de quase 25% não possui dificuldades, mas a maioria tem dificuldade, seja no entendimento, na estruturação, nas regras e, em mais de 50% das respostas, apareceram dificuldades nas formatações específicas. Assim, esta pergunta é crucial ao estudo porque, por mais que os usuários tenham conhecimentos das normas, é perceptível a importância de uma equipe de normalização, ou seja, bibliotecários especialistas em normas para o suporte e a padronização normativa, conforme o Gráfico 10.

Gráfico 10 – Perspectiva dos autores sobre as dificuldades nas normas



Fonte: Autor (2021).

A pergunta 10 buscou investigar, sob o ponto de vista do autor, se estão nítidas, compreensíveis e explícitas as orientações contidas nas plataformas dos periódicos, no que diz respeito às condições de submissão, diretrizes e regras de formatação, conforme o Gráfico 11.

Gráfico 11 – Perspectiva dos autores nas orientações contidas nas plataformas

37 respostas



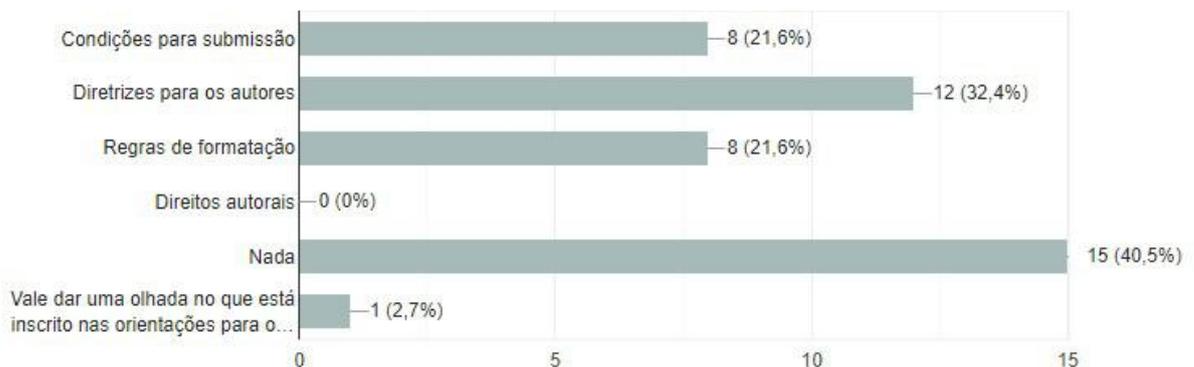
Fonte: Autor (2021).

A partir das respostas acima, observa-se que apenas um dos autores discorda de que as orientações estão nítidas e compreensíveis, tal fato já aponta que os periódicos devem buscar uma melhoria, constatada na observação dos participantes. Ainda sim, pouco mais de 97% dos autores concordam que as informações estão de acordo com o esperado no que diz respeito às condições de submissão, diretrizes e regras de formatação.

A pergunta 11 complementa a investigação da pergunta 10, pois busca opiniões dos autores no sentido de indicar melhorias a respeito das condições para submissão, diretrizes para os autores, regras de formatação, direitos autorais e sugestões, conforme o Gráfico 12.

Gráfico 12 – Perspectiva dos autores sobre o que pode ser melhorado nas orientações

37 respostas



Fonte: Autor (2021).

A partir das respostas acima, foi perceptível notar que pouco mais de 40% indicam nada a melhorar, porém, nas condições de submissão, diretrizes aos autores e regras de formatação, ao menos 20% indicam que devem ser melhoradas.

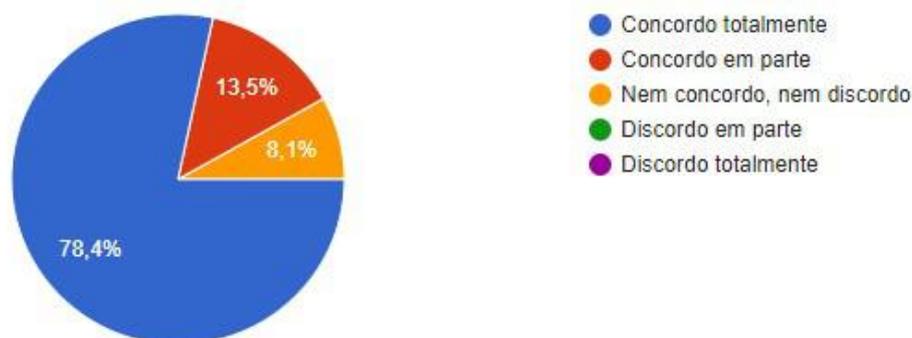
Um ponto importante é que o autor que discordou sobre as orientações não estarem compreensíveis, nítidas e explícitas, também indicou que "vale dar uma olhada no que está escrito nas orientações para os autores e comparar com o que está escrito no momento da submissão na plataforma", ou seja, é algo que pode ser melhorado nas condições de submissão.

A pergunta 12, busca avaliar se a equipe de normalização técnica dos periódicos prestou assistência aos autores em suas solicitações, correções e necessidades em relação aos artigos submetidos e publicados.

Este questionamento é de suma importância, porque pode nortear a instituição mantenedora das revistas, se elas contêm colaboradores que prestam um serviço adequado, bem como suporte aos autores, conforme o Gráfico 13.

Gráfico 13 – Assistência da equipe de normalização

37 respostas



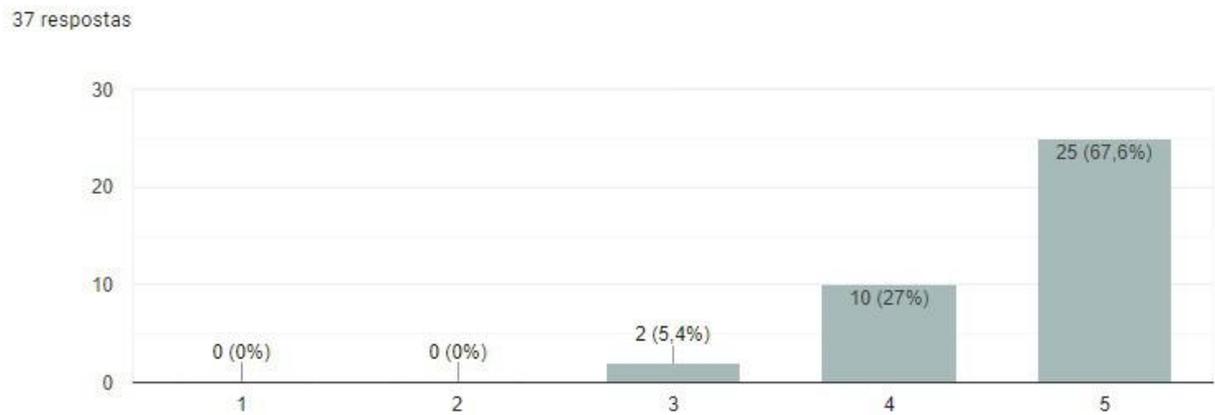
Fonte: Autor (2021).

O resultado obteve porcentagens que indicam que os autores concordam totalmente (78,4%) e concordam em parte (13,5%) na prestação das assistências a necessidades em relação aos artigos submetidos e publicados, isso corresponde a mais de 90% dos respondentes e mostra que a equipe é produtiva. Porém, cabe melhorias, já que 8,1% dos autores não concordam e nem discordam com a assistência da equipe. Uma suposição por parte do autor deste trabalho e que faz parte da equipe, seria uma melhoria a respeito da

comunicação que entende ser, por vezes, apressada e célere, devido à maioria das situações de assistência conter curtos prazos de respostas.

A pergunta 13 visou identificar na avaliação dos autores, níveis de 1 - “péssimo”, 2 - “ruim”, 3 - “regular”, 4 - “bom” e 5 - “ótimo”, o papel da normalização técnica para o melhor entendimento do conteúdo dos artigos técnico-científicos, conforme o Gráfico 14.

Gráfico 14 – Perspectiva dos autores sobre a normalização e entendimento do conteúdo



Fonte: Autor (2021).

O resultado foi importante, porque apenas dois autores (5,4%) consideram nível “regular” a importância da normalização para um melhor entendimento, enquanto 35 autores, ou seja, quase 95% dos respondentes, consideram como “bom” ou “ótimo” o papel da normalização para o melhor entendimento do conteúdo dos artigos técnico-científicos. Isso indica notoriamente que um artigo contendo referências, citações e organizado pode ser considerado como compreensível.

A pergunta 14 foi aberta para comentários e sugestões, conforme a Figura 20.

Figura 20 – Comentários e sugestões dos autores

13 respostas

Obrigada
Continuem proporcionando a escrita
Acho a ABNT extremamente importante, mas temos um déficit bem grande no ensino e acesso às normas, infelizmente
Sou favorável a que os periódicos tenham uma versão de sua normalização a partir da ABNT
As revistas além de apontarem, poderiam contribuir com parecerá melhores nos comentários
que os autores misturassem o sistema de vancouver com abnt
As regras de formatação são importantes, mas não acho que a inobservância de todas elas rigorosamente podem impedir que um bom trabalho seja publicado. De toda sorte, as regras, notadamente, as que regulam as referência bibliográficas, devem ser observadas.
Agradeço a oportunidade.
Obrigado.
Mantenham os periódicos
Ok.
Boa sorte

Fonte: Autor (2021).

Dos respondentes a esta questão, cinco autores agradeceram e dois fizeram sugestões para que os periódicos sejam mantidos. Os demais cinco autores que responderam esta questão fizeram sugestões de formas variadas, tais como reforçar a importância da ABNT; entretanto, existe um déficit no ensino das normas e que a inobservância de todas as regras normativas não impedem bons trabalhos, porém, as normas de referência bibliográfica devem ser observadas. Outras sugestões, como que os periódicos tenham uma versão de sua normalização a partir da ABNT, melhorias nos pareceres e, por fim, permitir uma mistura entre normalizações Vancouver e ABNT, o que seria inviável, já que são padrões diferentes de formatação e normalização.

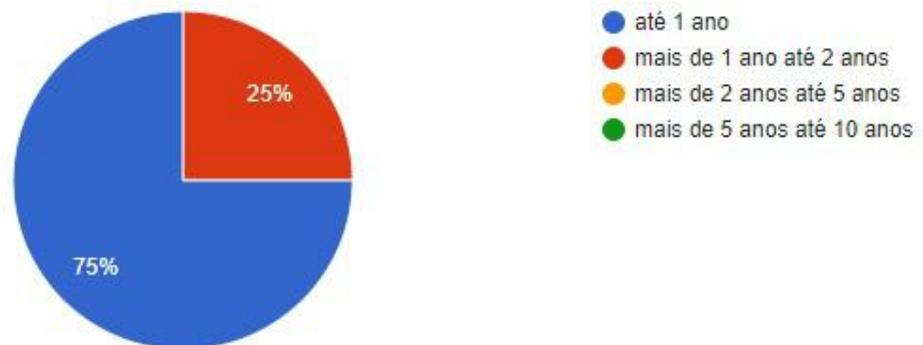
5.2 Dados dos revisores

O questionário submetido aos revisores foi desenvolvido com questões para detectar o tempo de atuação nos periódicos, se o quantitativo de revisores atende a demanda de trabalho, suas habilidades, dificuldades e conhecimentos em relação às normas da ABNT. Também incorporou análise sobre eventuais erros encontrados nos manuscritos, e assim, indicações de melhorias nas orientações aos autores, bem como a importância de aplicação das normas e se consideram que elas melhoram o entendimento dos artigos submetidos, além de uma sugestão final. Importante ressaltar que houve respostas de todos os revisores dos periódicos, de acordo com os Quadros 15, 17 e 19.

A primeira pergunta foi no intuito de identificar a quanto tempo os revisores são colaboradores dos periódicos do TRF2/CCJF, conforme o Gráfico 15.

Gráfico 15 – Tempo como revisor dos periódicos

4 respostas



Fonte: Autor (2021).

Os resultados indicam que três dos revisores estão a menos de um ano e somente um revisor está entre um ano e dois anos nas revistas, ou seja, há uma rotatividade neste perfil de colaborador.

A segunda pergunta foi para verificar, na opinião deles, se o quantitativo de revisores é suficiente para o atendimento da demanda de trabalho, conforme a Figura 21.

Figura 21 – Perspectiva dos revisores sobre o quantitativo da equipe

4 respostas

Não! Eu acho que deveriam ter mais revisores para garantir uma revisão mais detalhada e cuidadosa dos textos.

Não, sem dúvidas são necessários mais revisores, até mesmo para uma revisão mais apurada dos manuscritos.

Não, necessita de mais revisores pelo motivo da grande demanda de trabalho.

Não. É necessário ter mais revisores para uma melhor revisão dos textos

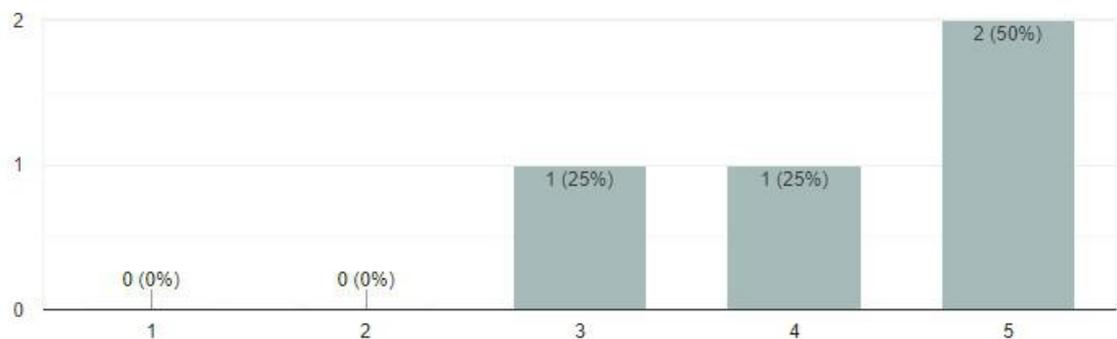
Fonte: Autor (2021).

As respostas apresentam que para toda a equipe o quantitativo de revisores não é suficiente, tanto pela demanda de trabalho como também para revisões mais detalhadas, apuradas, cuidadosas e melhores. Esta questão é importante porque os próprios colaboradores indicam que ocorreriam benefícios ao serviço com um maior efetivo na equipe.

A pergunta 3 tem o objetivo de identificar a habilidade e o conhecimento dos revisores na aplicação das regras e orientações das normas ABNT, em níveis de 1 - “péssimo”, 2 - “ruim”, 3 - “regular”, 4 - “bom” e 5 - “ótimo” conforme o Gráfico 16.

Gráfico 16 – Perspectiva dos revisores sobre habilidades e conhecimento das normas

4 respostas



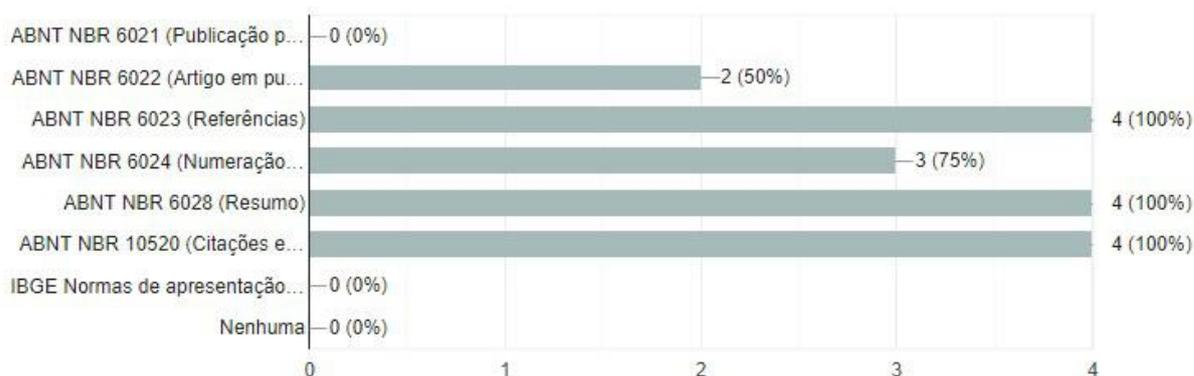
Fonte: Autor (2021).

Metade dos revisores considera ter “ótima” habilidade, enquanto um “regular” e o último “bom”.

A pergunta 4 foi para identificar em quais normas os revisores possuem algum ou nenhum conhecimento, conforme o Gráfico 17.

Gráfico 17 – Normas em que os revisores possuem conhecimento

4 respostas



Fonte: Autor (2021).

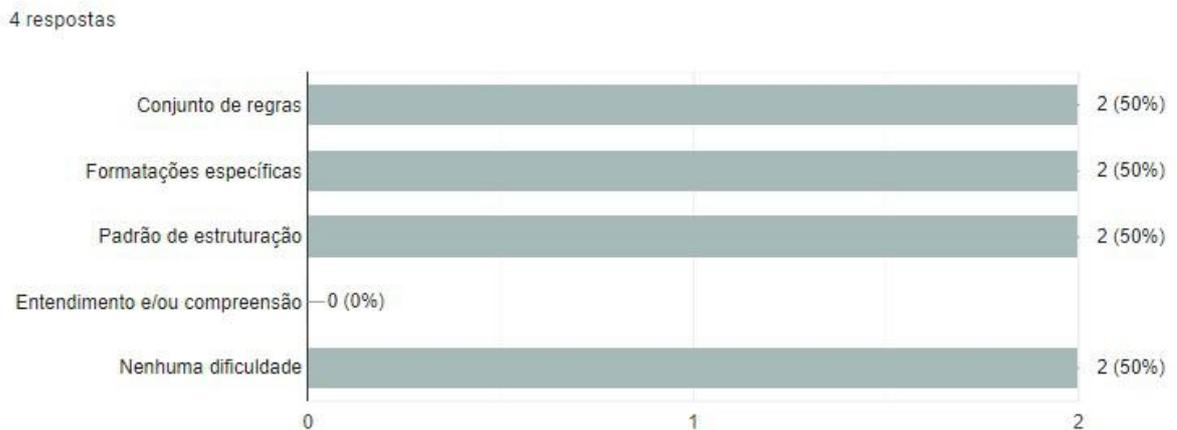
No resultado desta questão percebeu-se que os revisores possuem conhecimento nas principais normas da produção de artigos científicos que são as normas ABNT NBR 6023/2018 (ABNT, 2018a), ABNT NBR 6028/2003 (ABNT, 2003) e ABNT NBR 10520/2002 (ABNT, 2002), como também ao menos metade dos revisores conhecem as normas ABNT NBR 6024/2012 (ABNT, 2012) e ABNT NBR 6022/2018 (ABNT, 2018b).

Entretanto, foi importante identificar também que nenhum dos revisores indicou ter conhecimentos sobre a norma de publicação de periódicos ABNT NBR 6021/2015 (ABNT, 2015b) e a de apresentação tabular (IBGE, 1993). Não que seja um fator obrigatório, mas já é um ponto a ser indicado para que estes colaboradores tenham conhecimento, inclusive, porque em nítido contraste, quase a metade dos autores, mais especificamente 40% informaram que possuem conhecimento da norma de periódicos.

A pergunta 5 teve o intuito de verificar quais dificuldades os revisores possuem em relação às normas. O que foi observado com os dados coletados é que nos critérios “conjunto de regras”, “formatações específicas” e “padrão de estruturação” metade dos revisores apontaram dificuldades. Porém, mesmo com a disposição dos critérios “nenhuma dificuldade” e “entendimento e compreensão” estando um pouco confusa para a obtenção das respostas e dos dados coletados, existe certa incoerência, porque a metade dos revisores apontou ter "nenhuma dificuldade" o que consequentemente indica que a outra metade dos revisores tem dificuldades nas normas. Entretanto, todos os revisores responderam que em relação ao

critério de “entendimento e compreensão”, nenhum tem dificuldade em entender e compreender normas. Desta forma, nesta questão houve falta de atenção aos respondentes, conforme o Gráfico 18.

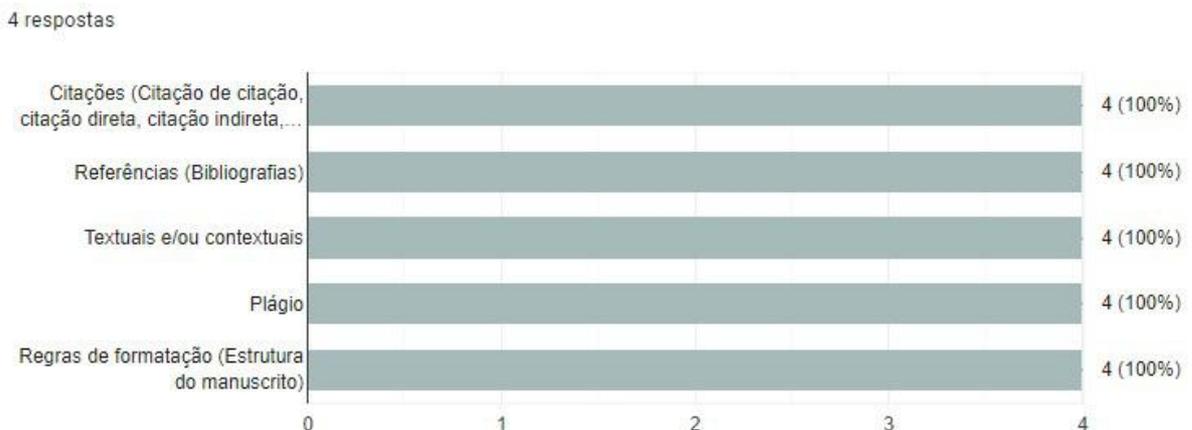
Gráfico 18 – Perspectiva dos revisores sobre as dificuldades com as normas



Fonte: Autor (2021).

A pergunta 6 buscou identificar, sob o ponto de vista do revisor, quais erros eventualmente aparecem nos artigos submetidos, conforme o Gráfico 19.

Gráfico 19 – Perspectiva dos revisores sobre eventuais erros nos artigos



Fonte: Autor (2021).

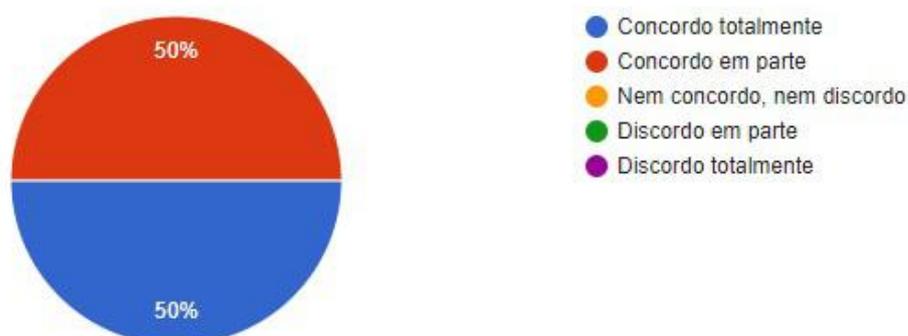
O resultado já era esperado porque em concordância com o Gráfico 8, o conhecimento por parte dos autores não é absoluto nas normas da ABNT para a produção de artigos científicos e, conseqüentemente, nas instruções normativas o que torna grande a quantidade

de eventuais erros encontrados quando submetem seus artigos nas plataformas dos periódicos. Em absolutamente todos os pontos indicados todos os revisores confirmaram o resultado nos critérios indicados que são: “citações”, “referências”, “textuais e/ou contextuais”, “plágio” e “regras de formatação”.

A pergunta 7 buscou identificar, sob o ponto de vista do revisor, se uma melhor orientação aos autores na parte de normalização técnica com base nas normas da ABNT acarretaria uma melhoria e/ou diminuição nos erros. Uma das ações investigadas nesta questão é apontar se a própria equipe editorial considera que melhores orientações devem ser desenvolvidas para a diminuição dos erros, conforme o Gráfico 20.

Gráfico 20 – Perspectiva dos revisores sobre melhores orientações para diminuir erros

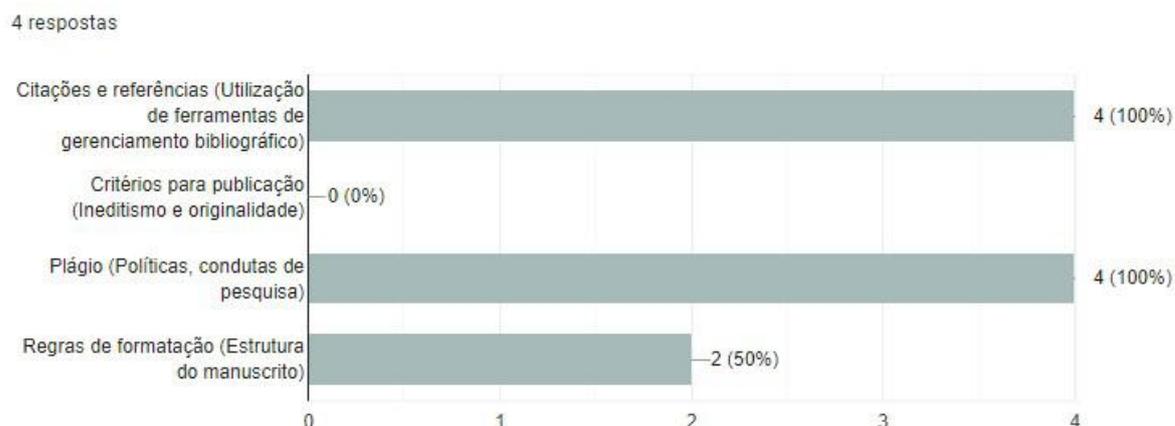
4 respostas



Fonte: Autor (2021).

A partir das respostas acima, confirma-se a necessidade no desenvolvimento de melhores orientações para diminuição dos erros já que, independentemente de totalmente ou em parte, todos os revisores concordam.

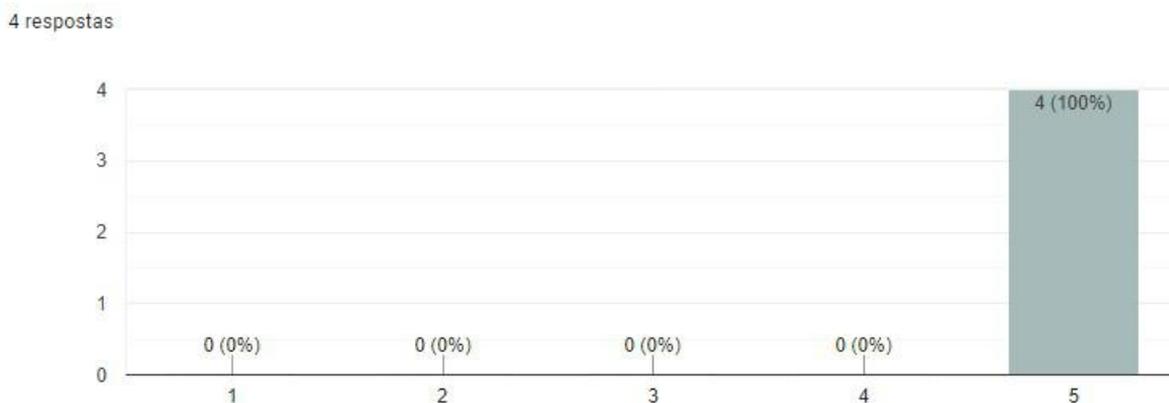
A pergunta 8 foi com base na pergunta anterior, para identificar em quais pontos as orientações aos autores na parte de normalização técnica dos manuscritos acarretaria melhorias nos eventuais erros, conforme o Gráfico 21.

Gráfico 21 – Perspectiva dos revisores sobre quais orientações devem melhorar

Fonte: Autor (2021).

Foram consideradas em sua totalidade que as melhorias devem ocorrer nas partes de citações e referências, estas que podem ter indicações de ferramentas de gerenciamento bibliográfico, por exemplo, como as indicadas na segunda seção deste estudo. Outro ponto que foi considerado em sua totalidade é a questão de plágio, este costuma ser consequência das citações e referências, pois quando mal formatadas e indicadas podem transformar-se consequentemente em plágio. Por fim, dois revisores indicam que será importante também desenvolver melhorias nas regras de formatação e estrutura dos manuscritos.

Novamente, complementando a pergunta anterior, a pergunta 9 buscou, sob a perspectiva do revisor, identificar em níveis de 1 - “não é importante”, 2 - “às vezes é importante”, 3 - “mediano”, 4 - “importante” e 5 - “muito importante”, o papel da normalização para o melhor entendimento dos artigos, conforme o Gráfico 22.

Gráfico 22 – Perspectiva dos revisores sobre normalização e entendimento do conteúdo

Fonte: Autor (2021).

De forma unânime, todos os revisores indicam como “muito importante” o papel da normalização técnica para o melhor entendimento dos artigos técnico-científicos.

Figura 22 – Comentários e sugestões dos revisores

4 respostas

Eu acho que é extremamente importante ter uma melhor orientação aos autores na parte de normalização técnica, principalmente no que diz respeito a citações. Até porque muitas vezes o plágio pode acabar aparecendo em casos de citações mal feitas e/ou não marcadas. Passar essa orientação aos autores iria ajudar muito na produtividade das revistas e na qualidade final dos artigos.

Quaisquer melhorias nas orientações de normalização aos autores serão bem vindas, principalmente, na questão de plágio que podem levar até as punições criminais.

Nada a acrescentar.

Espero ter ajudado

Fonte: Autor (2021).

As sugestões acima reforçam uma melhor orientação aos autores na parte de normalização técnica, pois citações mal feitas ocasionam plágios e punições que podem descredibilizar o pesquisador/ autor.

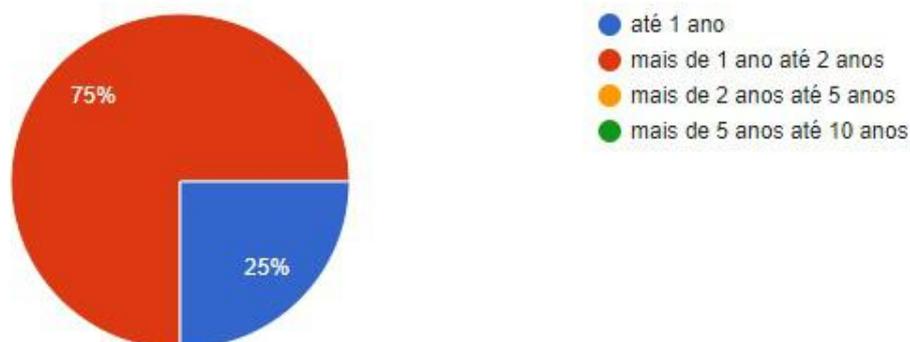
5.3 Dados dos normalizadores

O questionário submetido aos normalizadores foi desenvolvido com questões para identificar e analisar: o tempo de atuação nos periódicos e se o quantitativo de normalizadores atende a demanda de trabalho; verificar os eventuais erros encontrados nos manuscritos para indicar melhorias nas orientações aos autores, bem como a importância da aplicação das normas nos artigos e periódicos, indicando se a normalização aumenta o entendimento dos artigos e se influenciam na questão da indexação das edições publicadas em indexadores de periódicos. O questionário buscou constatar qual a influência do conhecimento das normas por todos os atores envolvidos no processo editorial, se as mudanças ou avanços tecnológicos impactam na atuação do bibliotecário, além de ter espaço para um comentário final. Importante ressaltar que houve respostas de todos os normalizadores dos periódicos, de acordo com Quadros 15, 17 e 19.

A primeira pergunta foi no intuito de identificar a quanto tempo os normalizadores são colaboradores dos periódicos do TRF2/CCJF, conforme o Gráfico 23.

Gráfico 23 – Tempo como normalizador dos periódicos

4 respostas



Fonte: Autor (2021).

O resultado indica que apenas um dos quatro normalizadores está a menos de um ano nos periódicos e os demais acima de um ano até dois.

A segunda pergunta foi aberta e buscou identificar, na opinião deles, se o quantitativo de normalizadores é suficiente para o atendimento da demanda de trabalho, conforme a Figura 23.

Figura 23 – Perspectiva dos normalizadores sobre o quantitativo da equipe

4 respostas

Não, o volume de artigos é grande e cheios de imprecisão.

Não, pois é um trabalho que exige tempo e cuidado. Com uma demanda muito alta em relação ao quantitativo de servidores, o trabalho de normalização pode acabar perdendo a sua qualidade.

Não. Levando em conta a grande demanda, uma maior quantidade de normalizadores seria recomendada.

Não, seria interessante um maior quantitativo de normalizadores para a grande demanda de trabalho.

Fonte: Autor (2021).

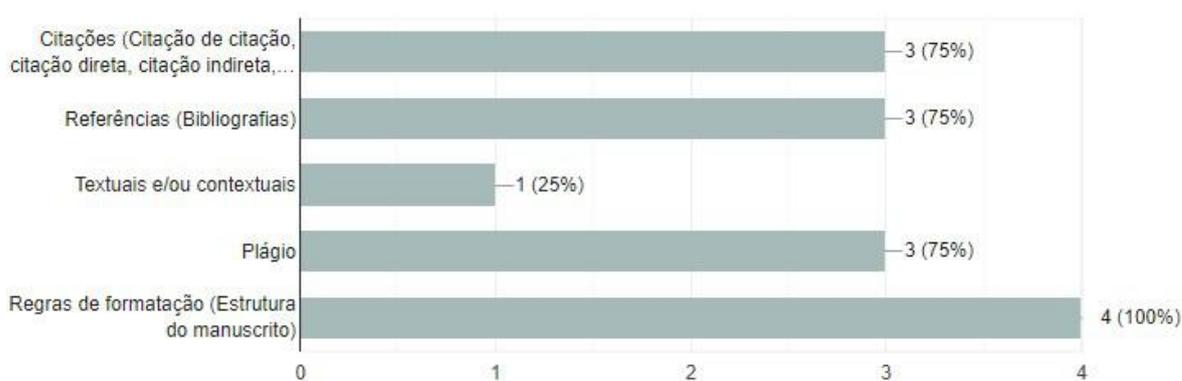
Com base nas respostas, foi observado que todos os normalizadores indicam que o quantitativo da equipe não é suficiente, devido à demanda de trabalho, a grande quantidade de

artigos, eventuais correções e a exigência de ser um trabalho em que o bibliotecário precisa de tempo, atenção e cuidado na execução do serviço, pode impactar na qualidade final das normalizações. Assim, é importante aumentar o número de colaboradores com perfil de normalizador.

A terceira pergunta, buscou detectar, na percepção dos normalizadores, quais erros mais comumente aparecem nos artigos submetidos, conforme o Gráfico 24.

Gráfico 24 – Perspectiva dos normalizadores sobre eventuais erros nos artigos

4 respostas



Fonte: Autor (2021).

A pergunta acima respondida aponta que todos os erros indicados ocorrem nos artigos submetidos. As regras de formatação, que indicam a estruturas dos manuscritos, foram indicadas como o maior erro, seguidas pelas citações, sejam elas em quaisquer dos formatos indicados na seção 3 deste estudo, as referências bibliográficas, plágio e, por último, erros textuais e/ou contextuais. É propício enfatizar que alinhado ao Gráfico 8, contendo respostas dos autores, menos de 20% responderam não conhecer a norma de apresentação tabular (IBGE, 1993) e a norma de numeração progressiva das seções de um documento ABNT NBR 6024/2012 (ABNT, 2012). Estas ocorrências observadas indicam que a organização estrutural do conteúdo dos artigos não é padronizada.

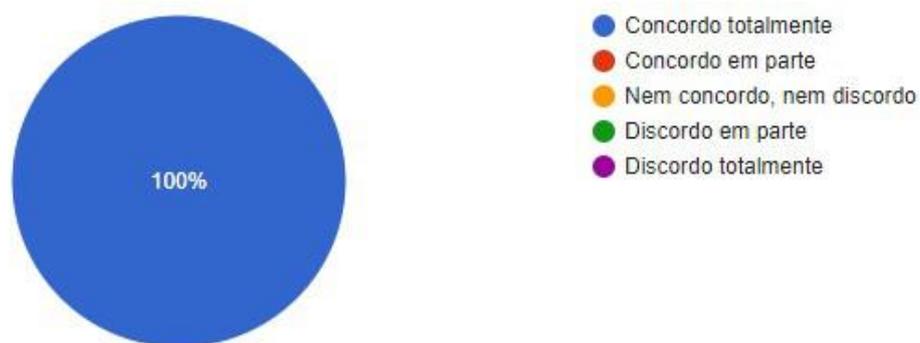
O autor desta pesquisa, por atuar na parte de normalização dos periódicos, pode confirmar algumas ocorrências, por exemplo, artigos sem nenhum elemento pré-textual, como indicado no Quadro 10, sem resumo e *abstract* ou faltando título em idioma estrangeiro. Outro erro comum é a parte de elementos textuais contendo somente uma seção e todo o seu conteúdo sem nenhuma divisão por introdução, desenvolvimento e considerações finais. Também aparecem artigos que, ao invés de seguir a estrutura indicada nas regras de

submissão, acabam sendo submetidos no formato de trabalhos de conclusão de curso. Outro ponto é que, conforme Gráfico 8, mesmo com quase 50% dos autores respondendo que possuem conhecimentos da norma ABNT NBR 6022/2018 (ABNT, 2018b), muitos erros apontados no Gráfico 24 em relação a formatação de ilustrações, tabelas e notas são constantemente encontrados.

Complementando a pergunta anterior, a quarta pergunta esprega se uma melhor orientação aos autores na parte de normalização acarretaria melhorias e diminuição nos erros, conforme apresentado no Gráfico 25.

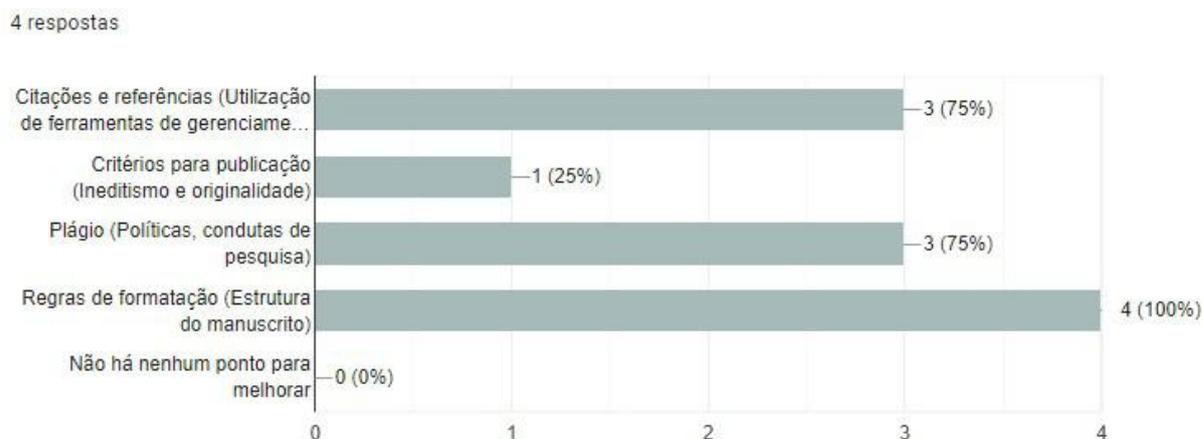
Gráfico 25 – Perspectiva dos normalizadores sobre orientações para diminuir erros

4 respostas



Fonte: Autor (2021).

De forma unânime, todos os normalizadores concordam que deve ser implementada uma melhor orientação aos autores para buscar diminuir erros. Novamente com base na pergunta anterior, a quinta pergunta teve o intuito de identificar em quais pontos as orientações aos autores na parte de normalização técnica dos manuscritos acarretariam melhorias nos eventuais erros, conforme o Gráfico 26.

Gráfico 26 – Perspectiva dos normalizadores sobre quais orientações devem melhorar

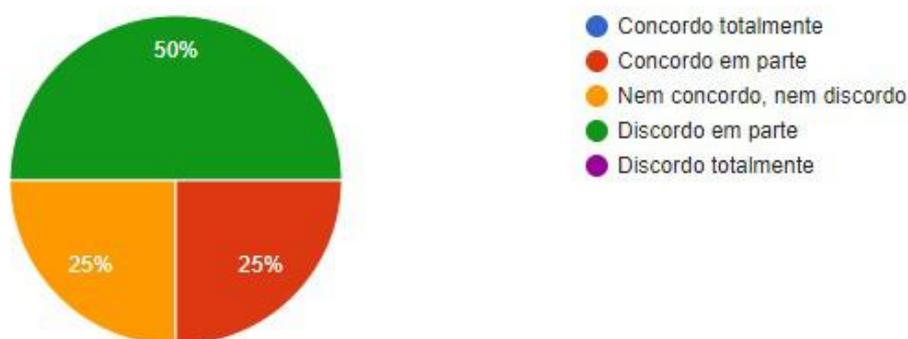
Fonte: Autor (2021).

As respostas apontam que, na opinião de 75% a 100% dos normalizadores, os pontos a serem melhorados são: citações e referências, com sugestão e indicação de gerenciadores bibliográficos para apoio na produção, políticas e condutas de pesquisa para plágio, regras de formatação; somente 25% dos normalizadores indicam melhorias também nos critérios para publicação.

A sexta pergunta, sob a perspectiva do normalizador, busca identificar se os autores seguem as orientações descritas nas condições de submissão, diretrizes e regras dos periódicos em relação aos manuscritos submetidos, e o resultado foi variado, com concepções divergentes. Dois normalizadores responderam que discordam em parte, um normalizador nem concorda nem discorda e o último, concorda em parte. Desta forma, seguindo a maior porcentagem das respostas, nota-se que os autores não seguem as orientações descritas nos periódicos, conforme o Gráfico 27.

Gráfico 27 – Perspectiva dos normalizadores sobre se os manuscritos submetidos seguem as orientações descritas

4 respostas

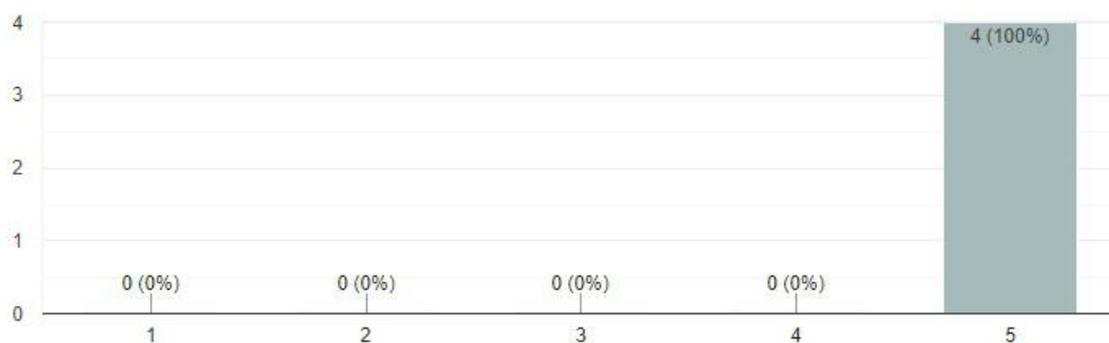


Fonte: Autor (2021).

A sétima pergunta, mais uma vez sob a perspectiva do normalizador, buscou identificar em uma escala de 1 a 5, em níveis de 1 - “não é importante”, 2 - “às vezes é importante”, 3 - “mediano”, 4 - “importante” e 5 - “muito importante”, o papel da normalização técnica para que o conteúdo do artigo seja melhor entendido, conforme o Gráfico 28.

Gráfico 28 – Papel da normalização técnica para entendimento do conteúdo, na perspectiva dos normalizadores

4 respostas



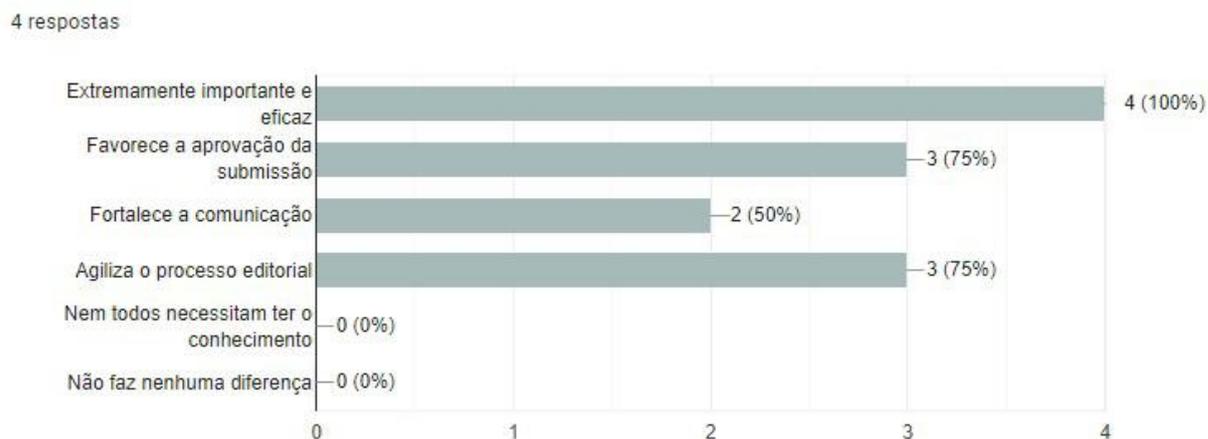
Fonte: Autor (2021).

De forma unânime, todos os normalizadores concordam como “muito importante” que a normalização influencia no melhor entendimento do conteúdo do artigo.

Avaliou-se na oitava pergunta o cenário no qual o normalizador fornece assessoria aos autores, revisores e avaliadores, bem como qual é a sua percepção e opinião sobre a

importância de que todos os envolvidos no processo editorial tenham conhecimento da normalização técnica nas normas ABNT, conforme o Gráfico 29.

Gráfico 29 – Importância do conhecimento em normalização técnica, na perspectiva dos normalizadores



Fonte: Autor (2021).

A partir dos resultados, foi possível notar como extremamente importante e eficaz, do ponto de vista dos normalizadores, que todos os envolvidos no processo editorial tenham conhecimentos nas normas ABNT. Esta importância complementa, bem como é consequência, as demais respostas, já que favorecem as aprovações das submissões, fortalecem a comunicação e acima de tudo agilizam o processo editorial, pois todos “falam a mesma língua”.

A nona pergunta foi aberta e solicitou que os normalizadores explicassem com suas palavras qual é a importância da normalização técnica nos artigos publicados e na estrutura dos periódicos, no que diz respeito aos indexadores de periódicos, conforme a Figura 24.

Figura 24 – Importância da normalização em artigos e periódicos para indexadores, na perspectiva dos normalizadores

4 respostas

Os indexadores exigem padrões que muitas vezes não estão corretos no artigo, dificultando o cadastramento do periódico.

A normalização técnica é a base do trabalho do indexador. O bom uso das normas permite a identificação da natureza do documento e a localização das informações nele contidas.

Uma vez que as normas da ABNT servem de guia para os indexadores, estas demonstram ser de extrema importância.

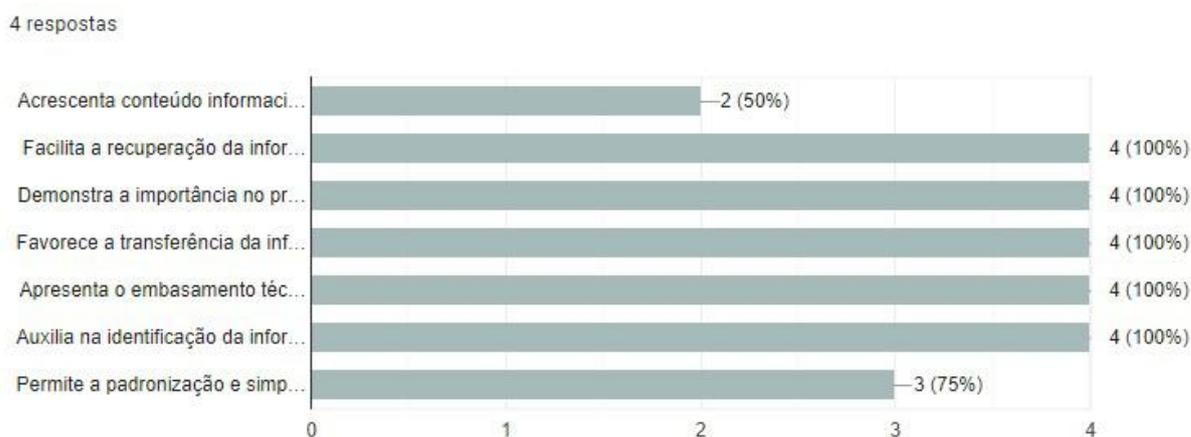
A normalização técnica é de suma importância nestes dois casos, pois, os indexadores possuem como orientação os parâmetros e informações de acordo com as regras e normas da ABNT.

Fonte: Autor (2021).

Nesta questão é crucial perceber a importância da normalização com base nas normas ABNT, sejam para artigos ou em periódicos. Com base nas respostas, foi reforçado o entendimento de que as normas ABNT são guias e norteiam os indexadores, que exigem padrões e esperam como parâmetros informações que muitas vezes não estão corretas nos artigos ou mesmo nos periódicos, dificultando a indexação. A normalização técnica é base do trabalho do indexador e se configura como um elemento básico analisado pelos indexadores de periódicos, seu uso permite a identificação da natureza do documento e a localização das informações nele contidas, o que consequentemente demonstra ser de extrema importância a normalização, como dito pelos normalizadores em suas respostas.

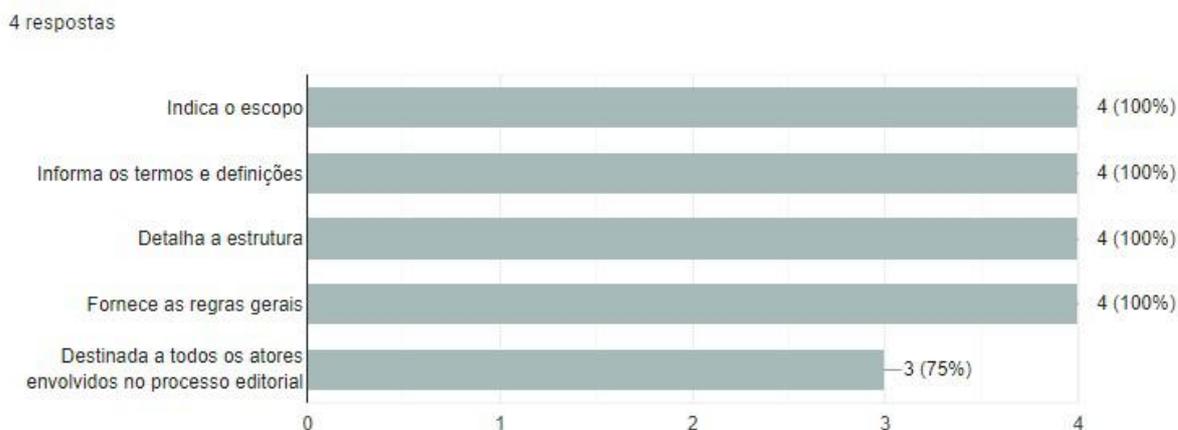
As perguntas 10 e 11 foram sobre a utilização e aplicação das normas ABNT em artigos científicos e periódicos científicos, conforme Gráficos 30 e 31.

Gráfico 30 – Utilização e aplicação das normas ABNT nos artigos, na perspectiva dos normalizadores



Fonte: Autor (2021).

Gráfico 31 – Utilização e aplicação das normas ABNT em periódicos, na perspectiva dos normalizadores



Fonte: Autor (2021).

Estas questões, sob a ótica dos normalizadores, foram para reforçar alguns pontos em relação à aplicação das normas ABNT nos cenários dos artigos e periódicos. Sobre artigos, acrescenta conteúdo informacional, facilita a recuperação da informação, demonstra a importância no processo de comunicação do conhecimento científico, favorece a transferência da informação, apresenta o embasamento técnico e conformidade do trabalho, auxilia a identificação da informação e permite a padronização e simplificação do processo de elaboração de um trabalho. Sobre periódicos, indica escopo, informa os termos e definições, detalhe da estrutura, fornece as regras gerais e é destinada a todos os atores envolvidos no processo editorial. Assim, os únicos pontos elencadas em que não tiveram 100% de respostas

de acordo com o que foi sugerido, foram em relação aos artigos, apenas 50% no que diz respeito a acrescentar conteúdo informacional e 75% permitir a padronização e simplificação do processo de elaboração de um trabalho. Em relação aos periódicos, 75% no que diz respeito a ser destinada a todos os atores do processo editorial.

A pergunta 12 analisou, na perspectiva do normalizador, se devido às mudanças nos contextos tecnológicos e informacionais da editoração científica, a normalização técnica depende exclusivamente da atuação do bibliotecário, conforme a Figura 25.

Figura 25 – Percepção dos normalizadores sobre se a normalização técnica depende exclusivamente dos bibliotecários

4 respostas

Sim, porque a grande maioria dos softwares que realiza a normalização automática hoje comete erros e omite informações relevantes (que muitas vezes não foram dadas pelo próprio autor ao elaborar o artigo).

Não. O trabalho bibliotecário é imprescindível em relação à normalização técnica, mas os outros atores envolvidos no processo editorial também devem estar cientes das normas e suas atualizações.

Não. Tendo em vista o mercado de ferramentas, aplicativos e sites, sejam estes pagos ou não, que oferecem serviços que podem auxiliar um usuário menos instruído, a normalização técnica não é exclusiva ao bibliotecário. Contudo, a presença deste em uma equipe editorial é muito favorável, uma vez que o profissional é instruído para a realização da tarefa, o que por consequência o torna capaz de realizá-la com qualidade, além ser capaz de evitar possíveis erros (erro de citação é referência, plágio, etc).

Depender exclusivamente de um bibliotecário eu penso que não é o caso, tendo em vista existem diversas ferramentas de gerenciamento bibliográfico pagas ou gratuitas que estão disponíveis na internet o que permite aos usuários com menos habilidades em normalização técnica, fornecerem um trabalho contendo o mínimo de normalização e organização das informações. Entretanto, possuir um bibliotecário no corpo editorial é de extrema importância, porque melhora a comunicação entre as partes envolvidas, eleva a qualidade técnica dos trabalhos a luz dos plágios ou erros de citações e referências, melhora o atendimento às necessidades dos usuários, bem como a produção e a qualidade final dos artigos.

Fonte: Autor (2021).

A análise que se faz através das respostas desta questão é que na opinião de um normalizador, mesmo com uma normalização técnica automatizada, os softwares também cometem erros na normalização, omitindo informações que por vezes podem ter sido omitidas pelos próprios autores. O segundo normalizador aponta que o trabalho do bibliotecário é imprescindível em relação à normalização e reforça que é importante também que os atores envolvidos no processo editorial também possuam conhecimento e estejam cientes das atualizações. O terceiro e o quarto normalizadores entendem que não se faz necessária a

exclusiva dependência de um bibliotecário, tendo em vista ferramentas de gerenciamento bibliográfico pago ou gratuito disponível na internet e que auxiliam autores com menos habilidades em normas para a normalização técnica, porém, reforçam que a presença de um bibliotecário no corpo editorial é de extrema importância porque é um especialista capaz de desenvolver a tarefa com qualidade e evitar erros, principalmente em citações e referências, bem como a melhoria na comunicação entre os envolvidos.

A última pergunta aos normalizadores foi ao sentido de comentário ou sugestão, conforme a Figura 26.

Figura 26 – Comentários e sugestões dos normalizadores

2 respostas

Parabéns pela pesquisa!

Trabalhos contendo boas normalizações técnicas, tendem a demonstrar uma maior credibilidade e qualidade nas informações produzidas. Porém, devido a nossa cultura capitalista e a necessidade de um bom currículo para melhores chances de emprego ou pesquisas, um mercado consumista, cheio de interesses e competitivo, fazem com que exista uma cobrança em cima dos pesquisadores, sejam por órgãos de fomento à pesquisa ou instituições de ensino para que eles tenham constantemente suas publicações científicas aprovadas e publicadas. Isto acaba fazendo com que as pessoas deem pouca importância a todo o processo de produção um artigo científico, na maior parte, menos importância aquilo que eles acham "chato" que é a normalização técnica. Muitos recorrem aos gerenciadores bibliográficos e ainda sim, por vezes, apresentam as informações erradas, sendo assim, para que referências, citações e regras sejam atendidas é importante a atuação de um profissional especialista que é o bibliotecário.

Fonte: Autor (2021).

Apenas dois normalizadores responderam, com um parabenizando a pesquisa e outro sinalizando que os trabalhos que contém boa normalização técnica tendem a demonstrar uma maior credibilidade e qualidade nas informações produzidas. O problema está em nossa cultura capitalista, consumista, competitiva e na necessidade de se ter um bom currículo para melhores chances de emprego ou pesquisas. Desta forma, existe uma cobrança em cima dos pesquisadores para que eles tenham constantemente suas publicações científicas aprovadas e publicadas, e isso acaba fazendo com que as pessoas dêem pouca importância ao processo de produção de um artigo científico no todo e, menos ainda, naquilo que é considerado "chato", a normalização técnica. Assim, recorrem aos gerenciadores bibliográficos, entretanto, continuam apresentando informações erradas e conclui reforçando a importância da atuação de um profissional especialista bibliotecário.

5.4 Propostas de melhorias para os periódicos do TRF2/CCJF

Na Figura 27, são indicadas propostas contendo melhorias a serem realizadas nos periódicos, e baseadas nos resultados e dados apurados nos questionários enviados aos autores, revisores e normalizadores dos periódicos Revista LexCult (REVISTA LEXCULT, 2021a), Revista Juscontemporânea (REVISTA JUSCONTEMPORÂNEA, 2021a) e a Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, 2021a). Desta forma, estas propostas a seguir apontam cenários em que os periódicos necessitam de aperfeiçoamento, aprimoramento, adequações, divulgação e de recursos humanos.

Figura 27 – Propostas de melhorias aos periódicos do TRF2/CCJF



Tais sugestões a serem realizadas indicam os pontos considerados relevantes e, de acordo com os objetivos específicos deste trabalho, a normalização como fundamento e base principal ao processo de submissão dos artigos, bem como aos indexadores que vão atrair maior visibilidade aos periódicos, e nas orientações descritas nas plataformas para uma melhor compreensão e entendimento por parte dos autores. Também é indicada a necessidade de um maior quantitativo de colaboradores com perfil de revisor e normalizador para o aumento da qualidade do processo num todo e principalmente nas normas da ABNT, a identificação do papel do bibliotecário na editoração científica e a sua relevância, além de enaltecer outras perspectivas e contribuições que permitam ampliar as sugestões recomendadas neste trabalho.

5.5 Análise SWOT

A análise SWOT utilizada neste caso, para os periódicos, tem o intuito de indicar e sugerir eventuais melhoras no contexto geral dos periódicos e em todo o processo editorial. Como informado na seção 3 deste trabalho, conforme Chiavenato e Sapiro (2003), a análise SWOT é utilizada como complemento de técnica de gestão denominada análise ou matriz Strengths, Weaknesses, Oportunities e Threats (SWOT) que, em português, consiste em Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (FOFA).

A partir do entendimento de que os periódicos estão sempre em constantes mudanças devido às atualizações nas normas ABNT, nas suas funções e responsabilidades editoriais, a necessidade de visibilidade e indexação, ou mesmo dos problemas que os afetam, é importante analisar se sua existência está sendo alcançada e como está sendo alcançada. Para este diagnóstico nos periódicos do TRF2/CCJF a aplicação da matriz foi considerada ideal e segue abaixo conforme a Figura 28.

Figura 28 – Análise SWOT dos periódicos do TRF2/CCJF



Fonte: Autor (2021).

O desenvolvimento da matriz recorreu à experiência e observação do autor deste trabalho no período enquanto foi estagiário, atuando na equipe editorial dos periódicos e pelos relatos das práticas exercidas por todos os atores envolvidos no processo editorial, bem como das respostas obtidas nos questionários deste estudo de caso, que colaboraram para o diagnóstico. O cenário dos periódicos, Revista LexCult (REVISTA LEXCULT, 2021a), Revista Juscontemporânea (REVISTA JUSCONTEMPORÂNEA, 2021a) e Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, 2021a), foi apurado, investigado e relatado neste trabalho, possibilitando e permitindo uma proposta de melhorias para as instituições mantenedoras e publicadoras das revistas.

6 CONCLUSÃO

A atuação e gestão de um periódico nem de longe pode ser considerada uma tarefa fácil para quem integra este universo. Fazendo uma paráfrase a Descartes (1996, p. 47), “seria útil que o público fosse informado com mais pormenores”; assim, se aplicarmos isso ao contexto do campo da editoração científica, ela é fundamental para todos os atores envolvidos no processo. Quando um autor opta por submeter seu manuscrito a um periódico, este canal deve conter informações e orientações claras e objetivas, a fim de que o próprio autor tenha também por obrigação descrever seu estudo de forma detalhada, minuciosa, com clareza e simplicidade. Os pares e avaliadores do manuscrito precisam ter facilidade na compreensão das informações porque por si só, o processo de avaliar já é demasiadamente grande e complexo. Se pensarmos ainda que os revisores e especialistas na língua precisam realizar a leitura e identificar a estrutura: introdução, desenvolvimento e conclusão, de forma nítida, explícita e com fácil entendimento. Os normalizadores figuram como sendo os especialistas nos pormenores da padronização das informações e considerados o “controle de qualidade das informações” contidas nos manuscritos. Por fim, o leitor que, segundo Ranganathan (2009), deverá ter seu “tempo de leitor poupado” precisa ler, compreender e recuperar as informações que devem estar arrumadas e organizadas, e isso tudo se dá especialmente por intermédio das referências e da simplificação dos processos, de acordo com as normas da ABNT.

A normalização é fundamental para a pesquisa científica e quem faz parte desta atividade necessita possuir habilidades em normas, mesmo que sejam somente nas mais utilizadas no meio científico, que são as de citações e referências. Isso permite uma melhor recuperação e obtenção das informações fornecidas em artigos publicados em periódicos científicos. A importância da aplicabilidade das normas é crucial, porque sem sua presença todas as atividades que envolvem o diálogo entre os atores do processo da editoração científica fica comprometido. Consequentemente, ao compreendermos a indispensabilidade e relevância da normalização, principalmente no âmbito deste trabalho, é possível enfatizar o papel do bibliotecário. A sua contribuição vai além da construção informacional pela normalização de forma autêntica, eficiente e eficaz dos conteúdos produzidos e publicados, mas também através deste profissional é viável que se amplifique o conhecimento para a sociedade por meio da organização e transmissão da informação, com uma melhor comunicação, manutenção, indexação e assessoria aos autores e pareceristas. O processo comunicativo em um todo é beneficiado quando um especialista bibliotecário faz parte da equipe.

Ressalto que a matriz do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro contém base e fundamentação teórica em seu conteúdo pedagógico para a aplicação deste estudo realizado nos periódicos do TRF2/CCJF. Foram colocados em prática diversos conhecimentos aprendidos em sala de aula, tais como a normalização técnica como o principal conteúdo, bem como a indexação, a representação descritiva e temática por meio da catalogação na fonte e classificação, diagramação, gestão eletrônica de documentos, comunicação científica, divulgação científica, conhecimentos em informática, sistemas de recuperação de informação, além das diversas habilidades em tecnologias de informação e comunicação.

A análise SWOT contribuiu para a investigação da conjuntura dos periódicos e suas carências, permitindo ao bibliotecário alcançar com mais clareza o cenário em que ele faz parte e evidenciar oportunidades, perspectivas e riscos ao universo da editoração científica. As observações deste estudo concederam ao autor que os periódicos devem ser reconhecidos e que eles possuem méritos pelo trabalho executado, como também particularidades que podem e devem ser melhoradas com o apoio e a base das normas da ABNT.

A conclusão é que as melhorias sempre serão bem vindas em qualquer ambiente de trabalho, porém, quando temos uma documentação normativa que permite nortear as atividades e tarefas desenvolvidas, a fim de atingir propósitos pré-definidos e desenvolvidos por um comitê de especialistas no ramo, cabe a instituição simplesmente segui-las. Não que seja simples organizar as tarefas com bases normativas, mas uma vez alinhadas e estruturadas por elas, o serviço se tornará mais eficiente, atraindo autores e colaboradores capazes de seguir as estratégias e regras. Uma ressalva que pode ser feita é que, devido a nossa cultura capitalista, consumista e competitiva, devemos repensar constantemente este contexto das publicações científicas e nos questionarmos sobre o porquê fazer ciência, se é para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, em especial, os que mais necessitam ou perpetuar um linguajar hermético destinado a um público específico alinhado ao capital, ao consumo e ao mercado cada vez mais competitivo.

Desta forma, com base neste estudo produzido o autor sugere como estudos futuros, pesquisas no sentido de reduzir o déficit no ensino e no acesso às normas, bem como estudos em que possam cada vez mais desenvolver formas de simplificá-las, para facilitar seu acesso, aquisição, conhecimento e aprendizado.

REFERÊNCIAS

ABNT. **ABNT/CB-014 - Comitê Brasileiro de Informação e Documentação**. São Paulo: ABNT, 2021b. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/cb-14>. Acesso em: 28 mar. 2021.

ABNT. **História da normalização brasileira**. Rio de Janeiro: ABNT, 2011b. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/images/pdf/historia-abnt.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

ABNT. Início. **ABNT Catálogo**, [s. l.], 2021c. Disponível em: <https://www.abntcatalogo.com.br/default.aspx>. Acesso em: 04 out. 2021.

ABNT. **NBR 10520**: informação e documentação - citações em documentos - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ABNT. **NBR 10525**: informação e documentação - número padrão internacional para publicação seriada - ISSN. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ABNT. **NBR 10719**: informação e documentação - relatório técnico e/ou científico - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2015a.

ABNT. **NBR 14724**: informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011a.

ABNT. **NBR 15437**: informação e documentação – pôsteres técnicos e científicos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2006b.

ABNT. **NBR 6021**: informação e documentação - publicação periódica técnica e/ou científica - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2015b.

ABNT. **NBR 6022**: informação e documentação - artigo em publicação periódica técnica e/ou científica - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018b.

ABNT. **NBR 6023**: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018a.

ABNT. **NBR 6024**: informação e documentação - numeração progressiva das seções de um documento - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ABNT. **NBR 6027**: informação e documentação - sumário - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

ABNT. **NBR 6028**: informação e documentação – resumo, resenha e resenha - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2021a.

ABNT. **NBR 6029**: informação e documentação - livros e folhetos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2006a.

ABNT. **NBR 6034**: informação e documentação - índice - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

AGÊNCIA BRASIL. Organização Mundial da Saúde declara pandemia de coronavírus: atualmente, ao menos 115 países têm casos da doença. **Agência Brasil**, Brasília, 2020. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 16 ago. 2021.

ATRIUM. Rio de Janeiro: Centro Cultural Justiça Federal, 2001-2007. Disponível em: http://www7.trf2.jus.br/sophia_web_ccjf/index.asp?codigo_sophia=1576. Acesso em: 11 jul. 2021.

AZEVEDO, Israel Belo. **O prazer da produção científica**: descubra como é fácil e agradável elaborar trabalhos acadêmicos. 10. ed. São Paulo: Hagnos, 2001.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. A ABRASCO e a pós-graduação stricto sensu em Saúde Coletiva. In: LIMA, Nísia Trindade; SANTANA, José Paranaguá de; PAIVA, Carlos Henrique Assunção (org.). **Saúde Coletiva**: a ABRASCO em 35 anos de história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2015. p. 169-198.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 13, n. 30, p. 13-40, 2016. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/947>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. Periódico científico: parâmetros para avaliação de qualidade. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças (org.). **Preparação de revistas científicas**: teoria e prática. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. p. 123-158.

BARBIERI, Catarina Helena Cortada; PASQUA, Juliana Silva. O que buscamos em um artigo científico?. **Revista DIREITO GV**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 810-817, 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/issue/view/4284>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BAUMGARTEN, Maira. Gestão de periódicos científicos em ciências sociais: uma experiência. **Pensata**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 44-52, 2015. Disponível em: <http://www2.unifesp.br/revistas/pensata/wp-content/uploads/2011/03/Maira.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da. Constituição e institucionalização da ciência: apontamentos para uma discussão. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 129-137, 2007. Disponível em: http://scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862007000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 31 abr. 2021.

BERNAL, John Desmond. **The social function of science**. London: G. Routledge & Sons, 1939.

BLOCK, A. Jay. Blinded reviews. **Chest**, [s. l.], v. 114, n. 6, p. 1501-1502, 1998. Disponível em: <https://journal.chestnet.org/action/showPdf?pii=S0012-3692%2816%2938512-9>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Rio de Janeiro: Assembléia Constituinte Nacional, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 1.081, de 29 de agosto de 2008**. Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/institucional/2008/Portaria_1081_29.08.2008_inst_renovacao_rec.pdf. Acesso em: 25 abr. 2021.

BUSCAR currículo lattes (busca simples). **CNPq**, [s. l.], 2021. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>. Acesso em: 10 jul. 2021.

CAPES. CAPES 60 anos. **Revista Comemorativa**, [s. l.], p. 1-56, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/revista-capes-60-anos-pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 89-104, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/23109>. Acesso em: 31 mar. 2021.

CENTRO CULTURAL DA JUSTIÇA FEDERAL. **A Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), em parceria com o CCJF, reinaugurou sua revista acadêmica [...]**. Rio de Janeiro, 13 jul. 2018. Facebook: Centro Cultural Justiça Federal @CCJFRJ. Disponível em: <http://bit.ly/3wzgMtc>. Acesso em: 11 jul. 2021.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHRISTOVÃO, Heloisa Tardin; BRAGA, Gilda Maria. Ciência da informação e sociologia do conhecimento científico: a intertematicidade plural. **TransInformação**, Campinas, v. 9, n. 3, p. 33-45, 1997. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/view/0000000273/cb3ead75fb5c218fb70421554e160e14/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

COMO elaborar normas. **ABNT**, [s. l.], 2021. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/normalizacao/elaboracao-e-participacao/como-se-elaboram>. Acesso em: 30 abr. 2021.

COPE. Promoting integrity in scholarly research and its publication. **COPE**, [s. l.], 2021. Disponível em: <http://publicationethics.org/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

COPYSPIDER. Analisando o resultado do CopySpider. **CopySpider**, [s. l.], 2013b. Disponível em: <http://copyspider.com.br/main/pt-br/analyzing-the-results-of-copyspider>. Acesso em: 25 mar. 2021.

COPYSPIDER. CopySpider freeware - download. **CopySpider**, [s. l.], 2013a. Disponível em: <http://copyspider.com.br/main/pt-br/download>. Acesso em: 25 mar. 2021.

COSTA, Antônio Felipe Corrêa da. Periódico científico brasileiro - o “ato heróico” de sua publicação: revisão de literatura para a área biomédica. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 41, n. 12, p. 1160-1178, 1989.

COSTA, Leonardo Cruz da. Protótipo de um sistema de submissão de artigo científico para periódico eletrônico semântico em ciências biomédicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: ANCIB, 2011. p. 645-662.

CRANE, Diana. The gatekeepers of science: some factors affecting the selection of articles for science journals. **The American Sociologist**, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 195-201, 1967. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27701277>. Acesso em: 11 abr. 2021.

CREATIVE COMMONS. Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0). **Creative Commons**, Mountain View, CA, 2021. Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

CURTY, Marlene Gonçalves; BOCCATO, Vera Regina Casari. O artigo científico como forma de comunicação do conhecimento na área de Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 94-107, 2005. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/305>. Acesso em: 31 mar. 2021.

CURTY, Marlene Gonçalves; CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. **Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**: (NBR 14724/2002). Maringá: Dental Press, 2002.

DEFINIÇÃO. **ABNT**, [s. l.], 2021. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/normalizacao/o-que-e/o-que-e>. Acesso em: 30 abr. 2021.

DEHMER, Matthias; EMMERT-STREIB, Frank; MEHLER, Alexander. **Towards an information theory of complex networks**: statistical methods and applications. Boston: Birkhäuser, 2011.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DIAS, Maria Matilde Kronka. Normas técnicas. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeanette Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 137-152.

DOAJ. LexCult: Revista do Centro Cultural Justiça Federal. **DOAJ**, [s. l.], 2021. Disponível em: <http://bit.ly/2UDo2ae>. Acesso em: 11 jul. 2021.

DUPLI CHECKER. Plagiarism checker. **Dupli Checker**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.duplichecker.com/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

ELSEVIER. Sobre. **Elsevier**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.elsevier.com/pt-br/about>. Acesso em: 10 abr. 2021.

EMARF. Publicações. **EMARF Escola de Magistratura Regional Federal 2ª Região**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://emarf.trf2.jus.br/site/revistavolumes.php>. Acesso em: 12 out. 2021.

ENDNOTE. Accelerate your research. **EndNote**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://endnote.com/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

EZB. LexCult. **Electronic Journals Library**, [s. l.], 2021b. Disponível em: http://ezb.uni-regensburg.de/ezeit/searchres.phtml?bibid=AAAAA&colors=1&lang=en&jq_type1=QS&jq_term1=lexcult. Acesso em: 10 jul. 2021.

EZB. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro: Revista da SJRJ. **Electronic Journals Library**, [s. l.], 2021a. Disponível em: http://ezb.uni-regensburg.de/ezeit/searchres.phtml?bibid=AAAAA&colors=1&lang=en&jq_type1=QS&jq_term1=revista+da+se%E7%E3o. Acesso em: 10 jul. 2021.

FERNANDES, Patrícia V. N. D.; SANTOS, Jucilene Oliveiras dos. A normalização como insumo da documentação científica. **Repositório - FEBAB**, [s. l.], p. 1-15, 2006.

FERREIRA, Ana Gabriela Clipes; CAREGNATO, Sônia Elisa. A editoração eletrônica de revistas científicas brasileiras: o uso de SEER/OJS. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 171-180, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v20n2/05.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

FERREIRA, Elisabete *et al.* Digital Object Identifier (DOI): o que é, para que serve, como se usa?. **AtoZ**: novas práticas em informação e conhecimento, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 5-9, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/42369/26039>. Acesso em: 28 mar. 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (org.). **CAPES 50 anos**: depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília, DF: CAPES, 2002.

FIORAVANTI, Carlos. Os primeiros journals: publicações especializadas em ciência começaram a circular há 350 anos na França e Inglaterra. **Pesquisa FAPESP**, [s. l.], n. 227, p. 74-75, 2015. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2015/01/Memoria_1-1665_journal_des_scavans_title.jpg. Acesso em: 30 mar. 2021.

FORMULÁRIOS: pesquisas e formulários fáceis de criar para todos. **Google Workspace**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://workspace.google.com/intl/pt-BR/products/forms/>. Acesso em: 31 abr. 2021.

FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira; RAMOS, Lúcia Maria Verônica Sebastiana Costa; HESPANHA, Andrea Pacheco Silva. O papel do bibliotecário frente a revistas científicas. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 27., 2012, Gramado. **Anais [...]**. Gramado: SNBU, 2012. p. 153-162. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5881>. Acesso em: 11 abr. 2021.

GALLOTTI, Monica Marques Carvalho. **Práticas de comunicação científica de doutorandos em Ciência da Informação no espaço ibérico e no Brasil: um estudo exploratório**. Orientadora: Olívia Pestana. 2017. 358 f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2017.

GARRIDO, Isadora dos Santos; RODRIGUES, Rosangela Schwarz. Portais de periódicos científicos online: organização institucional das publicações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 56-72, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362010000200005&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 31 abr. 2021.

GARVEY, William D.; GRIFFITH, Belver C. Scientific communication as a social system. *In: GARVEY, William D. **Communication: the essence of science***. London: Pergamon Press, 1979. p. 148-164.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDBECK-WOOD, Sandra. What makes a good reviewer of manuscripts?. **BMJ**, [s. l.], v. 316, p. 86, 1998. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/316/7125/86>. Acesso em: 11 abr. 2021.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de projetos de pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2003.

GUÉDON, Jean-Claude. **Oldenburg's long shadow: librarians, research scientists, publishers, and the control of scientific publishing**. Washington: Association Of Research Libraries, 2001.

GUÉDON, Jean-Claude. Acesso aberto e divisão entre ciência predominante e ciência periférica. *In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças (org.). **Acessibilidade e visibilidade de revistas científicas eletrônicas***. São Paulo: SENAC, 2010. p. 21-78.

GUETZKOW, Joshua; LAMONT, Michèle; MALLARD Grégoire. What is originality in the humanities and the social sciences?. **American Sociological Review**, [s. l.], v. 69, n. 2, p. 190-212, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3593084>. Acesso em: 10 abr. 2021.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini *et al.* Avaliação de aspectos formais em quatro periódicos científicos na área de educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 12, n. 3, p. 369-392, 2006.

IBICT. LexCult (online). **DIADORIM Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras**, [s. l.], 2021b. Disponível em: <http://diadorim.ibict.br/handle/1/1890>. Acesso em: 10 jul. 2021.

IBICT. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (online). **DIADORIM Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras**, [s. l.], 2021a. Disponível em: <http://diadorim.ibict.br/handle/1/545>. Acesso em: 10 jul. 2021.

IBGE. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

INMETRO. O novo modelo brasileiro de normalização. **Pesquisas INMETRO**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-11, 1992.

JUSTIÇA FEDERAL. Gestão. **Centro Cultural da Justiça Federal**, [s. l.], 2014b. Disponível em: <http://www10.trf2.jus.br/ccjf/gestao/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

JUSTIÇA FEDERAL. Institucional. **Centro Cultural da Justiça Federal**, [s. l.], 2014a. Disponível em: <http://www10.trf2.jus.br/ccjf/institucional/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

JUSTIÇA FEDERAL. Revista da SJRJ (1994- 2014) – edições publicadas. **JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.jfrj.jus.br/publicacoes/revista-sjrj>. Acesso em: 11 jul. 2021.

JUSTIÇA FEDERAL. Revista da SJRJ (1994 – 2014). **JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, [s. l.], 2018. Disponível em: <http://www.jfrj.jus.br/normas-e-publicacoes/publicacoes/revista-da-sjrj-1994-2014>. Acesso em: 11 jul. 2021.

JUSTIÇA FEDERAL. Rio Branco, 241 – Justiça e Cultura. **Centro Cultural da Justiça Federal**, [s. l.], 2014c. Disponível em: <http://www10.trf2.jus.br/ccjf/portfolio/rio-branco-241-justica-e-cultura/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

KIMURA, Herbert. Desafios da editoração de periódicos científicos no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 1-3, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552015000100002. Acesso em: 11 abr. 2021.

KNELLER, George F. **A ciência como atividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: EdUSP, 1980.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

LATINDEX. LexCult (online). **latindex**, [s. l.], 2021b. Disponível em: <http://www.latindex.org/latindex/ficha?folio=27091>. Acesso em: 10 jul. 2021.

LATINDEX. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. **latindex**, [s. l.], 2021a. Disponível em: <http://www.latindex.org/latindex/ficha?folio=21879>. Acesso em: 10 jul. 2021.

LE COADIC, Yves François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEITE, Fernando César Lima. Comunicação científica e gestão do conhecimento: enlaces conceituais para a fundamentação da gestão do conhecimento científico no contexto de universidades. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 139-151, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-37862007000200005. Acesso em: 30 mar. 2021.

LEXCULT REVISTA ELETRÔNICA DO CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL. **A revista LexCult possui caráter multidisciplinar, e tem por objetivo divulgar pesquisas e estudos de âmbito jurídico e cultural [...]**. Rio de Janeiro, 27 maio 2020. Facebook: LexCult - Revista Eletrônica do Centro Cultural Justiça Federal @lexcultccjf. Disponível em: <https://www.facebook.com/lexcultccjf/posts/114683986925084>. Acesso em: 11 jul. 2021.

LOUREIRO, Amilcar Bruno Soares; CAMPOS, Sílvia Horst. **Guia para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**: monografias, relatórios e demais trabalhos acadêmicos. 2. ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1999.

MACEDO, Antônio de Sousa. **Eva, e ave, ou Maria triunfante**. 5. ed. Lisboa: Off. de Antonio Pedrozo Galram, 1734. Disponível em: <http://digitalisdsp.uc.pt/handle/10316.2/4304>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MACIEL, Ana Maria Teixeira; PIMENTEL, Rosana Cristina Vilaça; MARCHIORI, Marlene. Comunicação e conhecimento: interrelações que permeiam o ambiente organizacional. **Rdbci: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 98-122, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1640>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MATTEDI, Marcos Antônio; SPIESS, Maiko Rafael. Modalidades de regulação da atividade científica: uma comparação entre as interpretações normativa, cognitiva e transacional dos processos de integração social da comunidade científica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 110, p. 73-92, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v31n110/05.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

MAIMONE, Giovana; TÁLAMO, Maria de Fátima. A atuação do bibliotecário no processo de editoração de periódicos científicos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 13, n. 2, p. 301-321, 2008. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/06/pdf_713a7d7e02_0011081.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MENDELEY. I discovery. **Mendeley**, [s. l.], 2020. Disponível em: https://www.mendeley.com/?interaction_required=true. Acesso em: 10 abr. 2021.

MERTON, Robert K. **Sociologia**: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MIGLIOLI, Sara. Originalidade e ineditismo como requisitos de submissão aos periódicos científicos em Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 378-388, 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3372>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MOTTA, V. T.; HESSELN, L. G.; GIALDI, S. **Normas técnicas para apresentação de trabalhos científicos**. 2. ed. Porto Alegre: Médica Missau, 2001.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeanette Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000c. p. 21-34.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico: tópicos para estudo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 309-317, 1994. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/528>. Acesso em: 30 abr. 2021.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O periódico científico. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeanette Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000b. p. 73-96.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PASSOS, Edilenice Jovelina Lima. As questões da comunicação científica e a ciência da informação. *In*: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PASSOS, Edilenice Jovelina Lima (org.). **Comunicação científica**. Brasília, DF: Ed. UnB, 2000a. p. 13-22.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; SOMBRIO, Márcia Luiza Lonzetti Nunes; PRADO, Noêmia Schoffen. Periódicos brasileiros especializados em Biblioteconomia e Ciência da Informação: evolução. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 10, p. 26-40, 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/147/14701004.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo de. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Revista Administração On-line FECAP**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 1-15, 2001. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_-_amostragem_nao_probabilistica_adequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amostas_por_conveniencia.pdf. Acesso em: 29 abr. 2021.

ORCID. Destaque-se em três passos. **ORCID**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://orcid.org/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PACKER, Abel L. Os desafios da profissionalização. **SciELO em perspectiva**, [s. l.], 2014. Disponível em: <http://blog.scielo.org/blog/2014/06/16/os-desafios-da-profissionalizacao/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

PACKER, Abel L. Os periódicos brasileiros e a comunicação da pesquisa nacional. **Revista USP**, São Paulo, n. 89, p. 26-61, 2011. Disponível em: <http://rusp.scielo.br/pdf/rusp/n89/04.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PEREIRA, Mauricio Gomes. **Artigos científicos**: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

PLAGIUM. O plágium ajuda-o a garantir a originalidade de um texto, detectando e identificando possíveis plágios. **Plagium**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.plagium.com/pt/detectordeplagio>. Acesso em: 25 mar. 2021.

PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT. Open Journal Systems. **PKP Public Knowledge Project**, [s. l.], 2014. Disponível em: <http://pkp.sfu.ca/ojs/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

RAMOS, Marcos Gonçalves. Modelos de comunicação e divulgação científicas: uma revisão de perspectivas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 340-348, 1994.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

RENNIE, Drummond. Misconduct and journal peer review. *In*: GODLEE, Fiona; JEFFERSON, Tom (ed.). **Peer review in health sciences**. 2. ed. London: BMJ Books, 2003. p. 118-129.

REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO. Contato. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, [s. l.], 2021b. Disponível em: <http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/about/contact>. Acesso em: 10 jul. 2021.

REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO. Equipe editorial. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, [s. l.], 2021c. Disponível em: <http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/about/editorialTeam>. Acesso em: 10 jul. 2021.

REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO. Sobre a revista. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, [s. l.], 2021a. Disponível em: <http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/about>. Acesso em: 10 abr. 2021.

REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO. Sobre este sistema de publicação. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, [s. l.], 2021e. Disponível em: <http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/about/aboutThisPublishingSystem>. Acesso em: 10 abr. 2021.

REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO. Submissões. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, [s. l.], 2021d. Disponível em: <http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/about/submissions>. Acesso em: 10 abr. 2021.

REVISTA JUSCONTEMPORÂNEA. Contato. **Revista Juscontemporânea do TRF2**, [s. l.], 2021b. Disponível em:

<http://revistajuscontemporanea.trf2.jus.br/index.php/revistajuscontemporanea/about/contact>. Acesso em: 10 abr. 2021.

REVISTA JUSCONTEMPORÂNEA. Edições anteriores. **Revista Juscontemporânea do TRF2**, [s. l.], 2021f. Disponível em: <http://revistajuscontemporanea.trf2.jus.br/index.php/revistajuscontemporanea/issue/archive>. Acesso em: 10 abr. 2021.

REVISTA JUSCONTEMPORÂNEA. Equipe editorial. **Revista Juscontemporânea do TRF2**, [s. l.], 2021c. Disponível em: <http://revistajuscontemporanea.trf2.jus.br/index.php/revistajuscontemporanea/about/editorialTeam>. Acesso em: 10 abr. 2021.

REVISTA JUSCONTEMPORÂNEA. Sobre a revista. **Revista Juscontemporânea do TRF2**, [s. l.], 2021a. Disponível em: <http://revistajuscontemporanea.trf2.jus.br/index.php/revistajuscontemporanea/about>. Acesso em: 10 abr. 2021.

REVISTA JUSCONTEMPORÂNEA. Sobre este sistema de publicação. **Revista Juscontemporânea do TRF2**, [s. l.], 2021e. Disponível em: <https://revistajuscontemporanea.trf2.jus.br/index.php/revistajuscontemporanea/about/aboutThisPublishingSystem>. Acesso em: 10 abr. 2021.

REVISTA JUSCONTEMPORÂNEA. Submissões. **Revista Juscontemporânea do TRF2**, [s. l.], 2021d. Disponível em: <http://revistajuscontemporanea.trf2.jus.br/index.php/revistajuscontemporanea/about/submissions>. Acesso em: 10 abr. 2021.

REVISTA LEXCULT. Contato. **Lex Cult Revista do CCJF**, [s. l.], 2021b. Disponível em: <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/about/contact>. Acesso em: 11 jul. 2021.

REVISTA LEXCULT. Equipe editorial. **Lex Cult Revista do CCJF**, [s. l.], 2021c. Disponível em: <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/about/editorialTeam>. Acesso em: 10 abr. 2021.

REVISTA LEXCULT. Seção memória e história do poder judiciário da revista LexCult. **Lex Cult Revista do CCJF**, [s. l.], 2021f. Disponível em: <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/announcement/view/16>. Acesso em: 10 abr. 2021.

REVISTA LEXCULT. Sobre a revista. **Lex Cult Revista do CCJF**, [s. l.], 2021a. Disponível em: <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/about>. Acesso em: 10 abr. 2021.

REVISTA LEXCULT. Sobre este sistema de publicação. **Lex Cult Revista do CCJF**, [s. l.], 2021e. Disponível em: <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/about/aboutThisPublishingSystem>. Acesso em: 10 abr. 2021.

REVISTA LEXCULT. Submissões. **Lex Cult Revista do CCJF**, [s. l.], 2021d. Disponível em: <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/about/submissions>. Acesso em: 10 abr. 2021.

RODRIGUES, Maria Eliane Fonseca; LIMA, Marcia H. T. de Figueiredo; GARCIA, Marcia Japor de Oliveira. A normalização no contexto da comunicação científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 147-156, 1998.

ROLAND, Charles G. The summary or abstract. **JAMA**, [s. l.], v. 205, n. 8, p. 569-570, 1968. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jama/article-abstract/340352>. Acesso em: 31 mar. 2021.

ROSA, Flávia; GOMES, Maria João. **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador: EdUFBA, 2010.

RUSSO, Mariza; MAZUI, Valeria Carlosso dos Santos. Análise comparativa de periódicos científicos: um estudo sobre a normalização das revistas Ciência da Informação e Transinformação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 4642-4657.

SALASCHE, Stuart J. How to "peer review" a medical journal manuscript. **Dermatologic Surgery**, [s. l.], v. 23, n. 6, p. 423-428, 1997. Disponível em: https://journals.lww.com/dermatologicsurgery/Abstract/1997/06000/How_to_Peer_Review_a_Medical_Journal_Manuscript.1.aspx. Acesso em: 11 abr. 021.

SANTANA, Solange Alves; FRANCELIN, Marivalde Moacir. O bibliotecário e a editoração de periódicos científicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 2-26, 2016.

SANTOS, Raimunda Fernanda dos. **Modelos colaborativos de indexação social e a sua aplicabilidade na base de dados referencial de artigos de periódicos em ciência da informação (BRAPCI)**. Orientador: Renato Fernandes Corrêa. 2016. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SERRA NEGRA, Carlos Alberto; SERRA NEGRA, Elizabete Marinho. **Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren. **The mathematical theory of communication**. Urbana: Univ. of Illinois Press, 1949.

SHINKAI, Rosemary. O cenário atual dos periódicos brasileiros de odontologia. **Revista da Faculdade de Odontologia**, Passo Fundo, v. 16, n. 3, p. 242-243, 2011. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/1048>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SOUZA, Denise H. Farias de. **Publicações periódicas: processos técnicos, circulação e disseminação seletiva da informação**. Belém: EdUFPA, 1992.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Escrevendo e normalizando trabalhos acadêmicos: um guia metodológico**. Florianópolis: Editora UFSC, 1997.

STIGLER, George. The nature and role of originality in scientific progress. **Economica New Series**, [s. l.], v. 22, n. 88, p. 293-302, 1955. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2551184>. Acesso em: 10 abr. 2021.

TARGET. Facilitando o acesso à informação tecnológica: o Target GEDWeb, Sistema de Gestão de Normas e Documentos Regulatórios, existe para facilitar a sua vida quando a necessidade for buscar, acessar, controlar, entender e imprimir documentos regulatórios críticos (norma ABNT NBR/NM, regulamento técnico do INMETRO, etc). **Target GEDweb**, [s. l.], 2021. Disponível em: <http://www.gedweb.com.br/home/>. Acesso em: 04 out. 2021.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação e Sociedade: Estudos**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 1-27, 2000.

TEIXEIRA, Edison Dias. **A importância da documentação na divulgação científica**. Rio de Janeiro: IBICT, 1969.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO. CCJF lança a revista eletrônica LexCult para trabalhos acadêmicos. **JUSTIÇA FEDERAL Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, [s. l.], 2018b. Disponível em: <http://www10.trf2.jus.br/portal/ccjf-lanca-revista-eletronica-lexcult-para-trabalhos-academicos/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO. Histórico. **Justiça Federal TRF2**, [s. l.], 2021a. Disponível em: <http://www10.trf2.jus.br/institucional/historico/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO. Institucional. **Justiça Federal TRF2**, [s. l.], 2021b. Disponível em: <http://www10.trf2.jus.br/institucional/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO. Organogramas. **Justiça Federal TRF2**, [s. l.], 2021c. Disponível em: <http://www10.trf2.jus.br/institucional/estrutura-organizacional/organogramas/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO. **Resolução nº 016, de 14 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre a criação do Centro Cultural da Justiça Federal e sua respectiva estrutura organizacional. Rio de Janeiro: Presidência, 2000. Disponível em: https://www10.trf2.jus.br/portal?movimento=cache&q=cache:fNx4tJ6GBcwJ:www7.trf2.jus.br/sophia_web/asp/download.asp%3Fcodigo%3D749%26obra%3D22392%26tipo_midia%3D2+resolu%C3%A7%C3%A3o+16+inmeta:norma_desc%3DRESOLU%C3%87%C3%83O+inmeta:leg_d_assi:..2019-09-12&site=v2_atos_normativos&client=v2_index&proxystylesheet=v2_index&lr=lang_pt&ie=UTF-8&output=xml_no_dtd&access=p&oe=UTF-8. Acesso em: 11 jul. 2021.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO. SJRJ, em parceria com o CCJF, reinaugura a Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. **JUSTIÇA FEDERAL Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, [s. l.], 2018a. Disponível em: <http://www10.trf2.jus.br/portal/sjrij-em-parceria-com-o-ccjf-reinaugura-revista-da-secao-judiciaria-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO. TRF2 lança a revista acadêmico-científica Juscontemporânea. **JUSTIÇA FEDERAL Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, [s. l.], 2019. Disponível em: <http://www10.trf2.jus.br/portal/trf2-lanca-revista-academico-cientifica-juscontemporanea/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

VALÉRIO, Palmira Moriconi. **Espelho da ciência**: avaliação do programa setorial de publicações em ciência e tecnologia da FINEP. Rio de Janeiro, Brasília, DF: FINEP: IBICT, 1994.

VASCONCELOS, Mayara Cintya do Nascimento; FARIAS, Gabriela Belmont de; FARIAS, Maria Giovanna Guedes de. Comunicação científica: conceitos e relações de poder. *In*: FARIAS, Gabriela Belmont de; FARIAS, Maria Giovanna Guedes de (org.). **Competência e mediação da informação**: percepções dialógicas entre ambientes abertos e científicos. São Paulo: Abecin, 2019. p. 238-252.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZIMAN, John M. **A força do conhecimento**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

ZIMAN, John M. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

ZOTERO. Your personal research assistant. **Zotero**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.zotero.org/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO AOS AUTORES

Estudo sobre normalização de artigos científicos: Revistas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)

Prezado(a) autor(a),

Sou graduando do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e gostaria de solicitar a sua colaboração no sentido de responder o questionário referente à minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, cujo objetivo é: analisar o fluxo e a importância da normalização técnica em artigos de periódicos, para a contribuição na comunicação científica, realizado sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Patrícia Mallmann S. P.

A pesquisa busca contextualizar a importância da normalização técnica conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em artigos científicos selecionados dos periódicos acadêmico-científicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e do Centro Cultural da Justiça Federal (CCJF), que são a Revista LexCult, a Revista Juscontemporânea e a Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

<http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/index>

<http://revistajuscontemporanea.trf2.jus.br/index.php/revistajuscontemporanea/index>

<http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/index>

Os dados serão utilizados exclusivamente para a minha pesquisa, sendo garantido o anonimato das respostas, e visando contribuir na qualidade e melhoria dos periódicos. O questionário é composto por treze questões e um comentário (opcional) e sua participação é de grande importância para a realização deste estudo. Agradeço a sua colaboração!

1) Você obteve conhecimento do(s) periódico(s) do TRF2/CCJF, por qual(is) meio(s)? (Marque quantas opções forem necessárias).

- Justiça Federal e/ou Escola(s) de Magistratura
- Universidade(s)
- Indexador(es)
- Facebook
- Outro: _____

2) Você publicou seu(s) artigo(s) em qual(is) periódico(s)? (Marque quantas opções forem necessárias).

- Revista LexCult
- Revista Juscontemporânea
- Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

3) Você optou submeter seu(s) artigo(s) neste(s) periódico(s) por qual(is) motivo(s)? (Marque quantas opções forem necessárias).

- Comunicação científica
- Aumento de prestígio, currículo ou reconhecimento técnico
- Exigência curricular ou profissional
- Acesso aberto sob a Creative Commons
- Outro: _____

4) Em a sua opinião, numa escala de 1 a 5, sendo 1 “péssimo”, 2 “ruim”, 3 “regular”, 4 “bom” e 5 “ótimo”, avalie a(s) plataforma(s) do(s) periódico(s) que utilizam o sistema Open Journal Systems (OJS) distribuído pelo Public Knowledge Project (PKP).

1 2 3 4 5

5) Sobre a(s) plataforma(s) do(s) periódico(s), você obteve alguma dificuldade? (Marque quantas opções forem necessárias).

- Na submissão e/ou upload do manuscrito
- Na descrição dos metadados
- Nas notificações e/ou confirmações das etapas da submissão
- Na comunicação com a equipe editorial
- No site fora do ar e/ou com instabilidade
- Nenhuma dificuldade
- Outro: _____

6) Em sua opinião, numa escala de 1 a 5, sendo 1 “péssimo”, 2 “ruim”, 3 “regular”, 4 “bom” e 5 “ótimo”, avalie a sua habilidade e conhecimento para a aplicação das normas da ABNT na produção de seu(s) artigo(s) científico(s).

1 2 3 4 5

7) Quais normas da ABNT e/ou IBGE para a produção de artigo científico que você tem conhecimento? (Marque quantas opções forem necessárias).

- ABNT NBR 6021 (Publicação periódica técnica e ou científica)
- ABNT NBR 6022 (Artigo em publicação periódica técnica ou científica)
- ABNT NBR 6023 (Referências)
- ABNT NBR 6024 (Numeração progressiva das seções do documento)
- ABNT NBR 6028 (Resumo)
- ABNT NBR 10520 (Citações em documentos)
- IBGE Normas de apresentação tabular
- Nenhuma
- Outro: _____

8) Em sua opinião, qual a importância da aplicação das normas da ABNT nos manuscritos submetidos?

- Extremamente importante
- Muito importante
- Moderadamente importante
- Ligeiramente importante
- Nem um pouco importante

9) Qual(is) a(s) dificuldade(s) que você tem em relação as normas da ABNT:

- Conjunto de regras
- Formatações específicas
- Padrão de estruturação
- Entendimento e/ou compreensão
- Nenhuma dificuldade
- Outro: _____

10) Em sua opinião, estão nítidas, compreensíveis e explícitas as orientações contidas na(s) plataforma(s) do(s) periódico(s) no que diz respeito às condições de submissão, diretrizes e regras de formatação:

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Moderadamente importante
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

11) No que diz respeito às orientações contidas na(s) plataforma(s) do(s) periódico(s), em sua opinião, o que poderia ter melhorias? (Marque quantas opções forem necessárias).

- Condições para submissão
- Diretrizes para os autores
- Regras de formatação
- Direitos autorais
- Nada
- Outro: _____

12) Em sua opinião, a equipe de normalização técnica do(s) periódico(s), prestaram assistência em suas solicitações, correções e necessidades em relação ao(s) seu(s) artigo(s) publicado(s)?

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Moderadamente importante
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

13) Em sua opinião, numa escala de 1 a 5, sendo 1 “péssimo”, 2 “ruim”, 3 “regular”, 4 “bom” e 5 “ótimo”, avalie o papel da normalização técnica para o melhor entendimento do conteúdo dos artigos técnicos-científicos.

- 1 2 3 4 5

14) Você pode deixar aqui seu comentário ou qualquer sugestão.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO AOS REVISORES

Estudo sobre normalização de artigos científicos: Revistas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)

Prezado(a) revisor(a),

Sou graduando do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e gostaria de solicitar a sua colaboração no sentido de responder o questionário referente à minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, cujo objetivo é: analisar o fluxo e a importância da normalização técnica em artigos de periódicos, para a contribuição na comunicação científica, realizado sob a orientação da Profª. Drª. Patrícia Mallmann S. P.

A pesquisa busca contextualizar a importância da normalização técnica conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em artigos científicos selecionados dos periódicos acadêmico-científicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e do Centro Cultural da Justiça Federal (CCJF), que são a Revista LexCult, a Revista Juscontemporânea e a Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

<http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/index>

<http://revistajuscontemporanea.trf2.jus.br/index.php/revistajuscontemporanea/index>

<http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/index>

Os dados serão utilizados exclusivamente para a minha pesquisa, sendo garantido o anonimato das respostas, e visando contribuir na qualidade e melhoria dos periódicos. O questionário é composto por nove questões e um comentário (opcional) e sua participação é de grande importância para a realização deste estudo. Agradeço a sua colaboração!

1) Você é revisor dos periódicos do TRF2/CCJF há quanto tempo?

- até 1 ano
 mais de 1 ano até 2 anos
 mais de 2 anos até 5 anos
 mais de 5 anos até 10 anos

2) Em sua opinião, o quantitativo de revisores dos periódicos do TRF2/CCJF é suficiente para o atendimento da demanda de trabalho, sim ou não? Justifique a sua resposta.

3) Em sua opinião, numa escala de 1 a 5, em níveis de 1 “péssimo”, 2 “ruim”, 3 “regular”, 4 “bom” e 5 “ótimo”, avalie a sua habilidade e nível de conhecimento na aplicação das regras e orientações das normas da ABNT na produção de artigos científicos.

- 1 2 3 4 5

4) Quais normas da ABNT e/ou IBGE para a produção de artigo científico que você tem conhecimento? (Marque quantas opções forem necessárias).

- ABNT NBR 6021 (Publicação periódica técnica e ou científica)
- ABNT NBR 6022 (Artigo em publicação periódica técnica ou científica)
- ABNT NBR 6023 (Referências)
- ABNT NBR 6024 (Numeração progressiva das seções do documento)
- ABNT NBR 6028 (Resumo)
- ABNT NBR 10520 (Citações em documentos)
- IBGE Normas de apresentação tabular
- Nenhuma
- Outro: _____

5) Qual(is) a(s) dificuldade(s) que você tem em relação as normas da ABNT:

- Conjunto de regras
- Formatações específicas
- Padrão de estruturação
- Entendimento e/ou compreensão
- Nenhuma dificuldade
- Outro: _____

6) Em sua atuação qual(is) erro(s) eventualmente aparece(m). (Marque quantas opções forem necessárias).

- Citações (Citação de citação, citação direta, citação indireta, autor-data)
- Referências (Bibliografias)
- Textuais e/ou contextuais
- Plágio
- Regras de formatação (Estrutura do manuscrito)
- Outro: _____

7) Em sua opinião, uma melhor orientação ao(s) autor(es) na parte de normalização técnica com base nas normas da ABNT, acarretaria uma melhoria e diminuição nos erros?

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Moderadamente importante
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

8) Com base na pergunta anterior, em qual(is) ponto(s) a(s) orientação(ões) ao(s) autor(es) na parte de normalização técnica dos manuscritos, acarretariam melhorias nos eventuais erros? (Marque quantas opções forem necessárias).

- Citações e referências (Utilização de ferramentas de gerenciamento bibliográfico)
- Critérios para publicação (Ineditismo e originalidade)
- Plágio (Políticas, condutas de pesquisa)
- Regras de formatação (Estrutura do manuscrito)

9) Em sua opinião, numa escala de 1 a 5, em níveis de 1 “não é importante”, 2 “às vezes é importante”, 3 “mediano”, 4 “importante” e 5 “muito importante”, avalie o papel da normalização técnica para o melhor entendimento do artigo:

1 2 3 4 5

10) Você pode deixar aqui seu comentário ou qualquer sugestão.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO AOS NORMALIZADORES

Estudo sobre normalização de artigos científicos: Revistas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)

Prezado(a) normalizador(a),

Sou graduando do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e gostaria de solicitar a sua colaboração no sentido de responder o questionário referente à minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, cujo objetivo é: analisar o fluxo e a importância da normalização técnica em artigos de periódicos, para a contribuição na comunicação científica, realizado sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Mallmann S. P.

A pesquisa busca contextualizar a importância da normalização técnica conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em artigos científicos selecionados dos periódicos acadêmico-científicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e do Centro Cultural da Justiça Federal (CCJF), que são a Revista LexCult, a Revista Juscontemporânea e a Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

<http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/index>

<http://revistajuscontemporanea.trf2.jus.br/index.php/revistajuscontemporanea/index>

<http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/index>

Os dados serão utilizados exclusivamente para a minha pesquisa, sendo garantido o anonimato das respostas, e visando contribuir na qualidade e melhoria dos periódicos. O questionário é composto por doze questões e um comentário (opcional) e sua participação é de grande importância para a realização deste estudo. Agradeço a sua colaboração!

1) Você é revisor dos periódicos do TRF2/CCJF há quanto tempo?

- até 1 ano
 mais de 1 ano até 2 anos
 mais de 2 anos até 5 anos
 mais de 5 anos até 10 anos

2) Em sua opinião, o quantitativo de normalizadores dos periódicos do TRF2/CCJF é suficiente para o atendimento da demanda de trabalho, sim ou não? Justifique a sua resposta.

3) Em sua atuação como normalizador, qual(is) erro(s) mais comumente aparece(m)? (Marque quantas opções forem necessárias).

- Citações (Citação de citação, citação direta, citação indireta, autor-data)
 Referências (Bibliografias)
 Textuais e/ou contextuais
 Plágio
 Regras de formatação (Estrutura do manuscrito)
 Outro: _____

4) Em sua opinião, uma melhor orientação ao(s) autor(es) na parte de normalização técnica com base nas normas da ABNT, acarretaria uma melhoria e diminuição nos erros?

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Moderadamente importante
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

5) Com base na pergunta anterior, em qual(is) ponto(s) a(s) orientação(ões) ao(s) autor(es) na parte de normalização técnica dos manuscritos, acarretariam melhorias nos eventuais erros? (Marque quantas opções forem necessárias).

- Citações e referências (Utilização de ferramentas de gerenciamento bibliográfico)
- Critérios para publicação (Ineditismo e originalidade)
- Plágio (Políticas, condutas de pesquisa)
- Regras de formatação (Estrutura do manuscrito)
- Não há nenhum ponto para melhorar
- Outro: _____

6) Em sua opinião, os autores seguem as orientações descritas nas condições de submissão, diretrizes e regras dos periódicos em relação ao(s) manuscrito(s) submetido(s)?

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Moderadamente importante
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

7) Em sua opinião, numa escala de 1 a 5, em níveis de 1 “não é importante”, 2 “às vezes é importante”, 3 “mediano”, 4 “importante” e 5 “muito importante”, avalie o papel da normalização técnica para o melhor entendimento do artigo:

- 1 2 3 4 5

8) Em sua opinião, no momento em que você fornece assessoria aos autores, revisores e avaliadores, qual é a importância de que estes atores envolvidos no processo editorial, tenham conhecimento da normalização técnica nas normas ABNT? (Marque quantas opções forem necessárias).

- Extremamente importante e eficaz
- Favorece a aprovação da submissão
- Fortalece a comunicação
- Agiliza o processo editorial
- Nem todos necessitam ter o conhecimento
- Não faz nenhuma diferença

9) Explique com suas palavras qual é a importância da normalização técnica nos artigos publicados e na estrutura dos periódicos, no que diz respeito aos indexadores de periódicos.

10) Sobre a utilização e aplicação das normas ABNT em artigos científicos: (Marque quantas opções forem necessárias).

- Acrescenta conteúdo informacional
- Facilita a recuperação da informação
- Demonstra a importância no processo de comunicação do conhecimento científico
- Favorece a transferência da informação
- Apresenta o embasamento técnico e a conformidade do trabalho
- Auxilia na identificação da informação
- Permite a padronização e simplificação do processo de elaboração de um trabalho

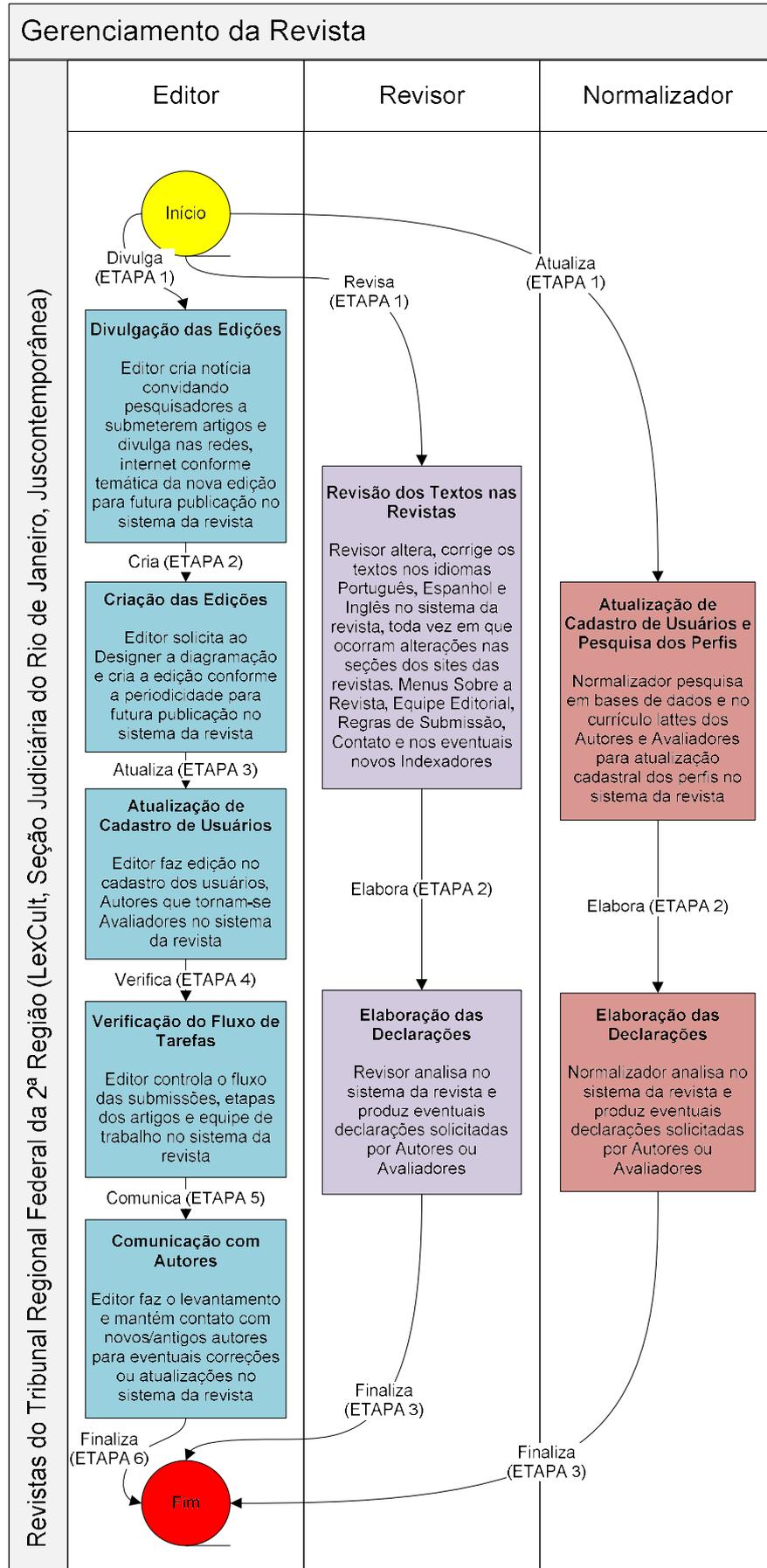
11) Sobre a utilização e aplicação das normas ABNT em periódicos científicos: (Marque quantas opções forem necessárias).

- Indica o escopo
- Informa os termos e definições
- Detalha a estrutura
- Fornece as regras gerais
- Destinada a todos os atores envolvidos no processo editorial

12) No que diz respeito ao universo da editoração científica em relação as constantes mudanças nos contextos tecnológicos e informacionais, em sua opinião, a normalização técnica depende exclusivamente da atuação do bibliotecário?

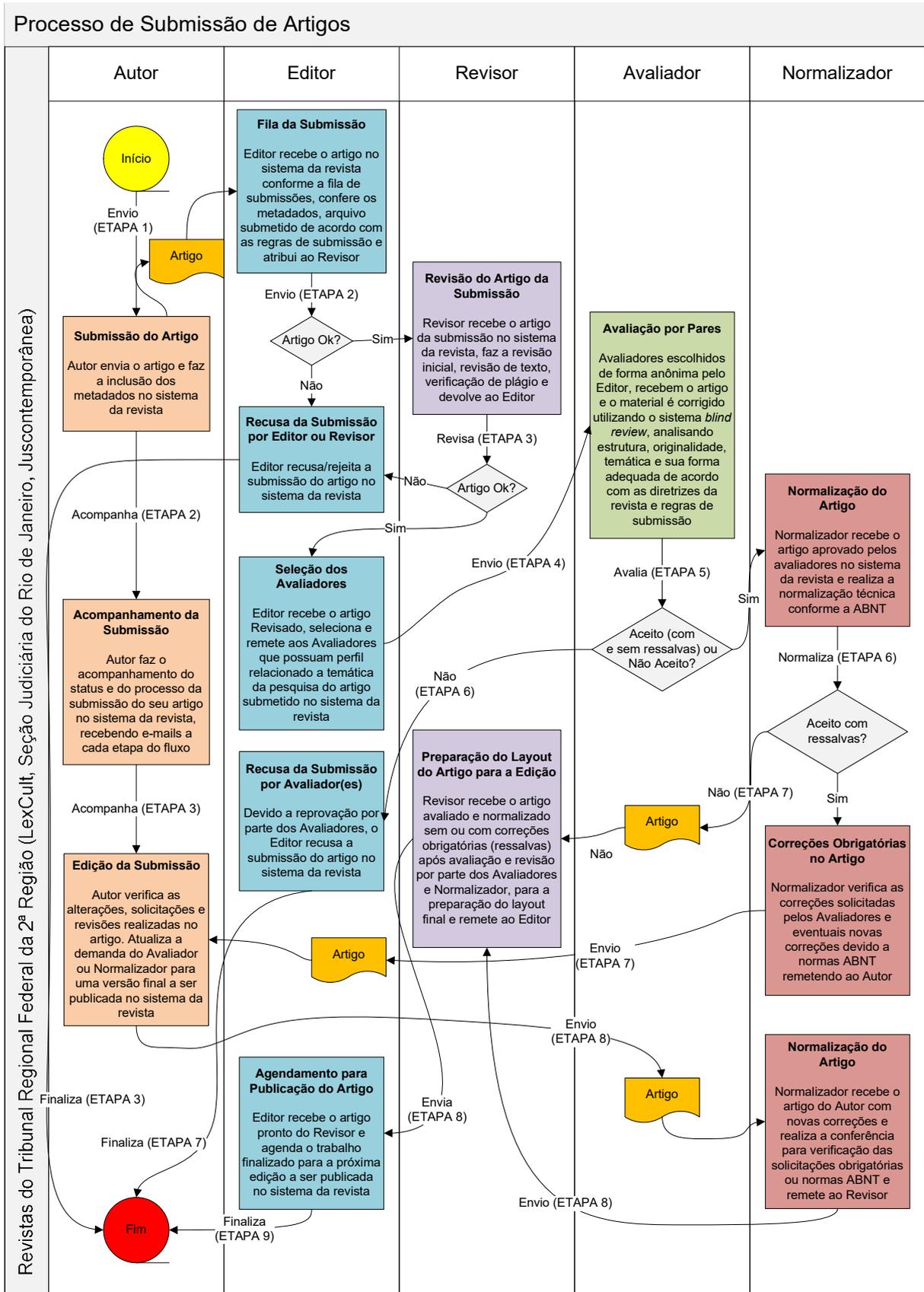
13) Você pode deixar aqui seu comentário ou qualquer sugestão.

APÊNDICE D – GERENCIAMENTO DA REVISTA



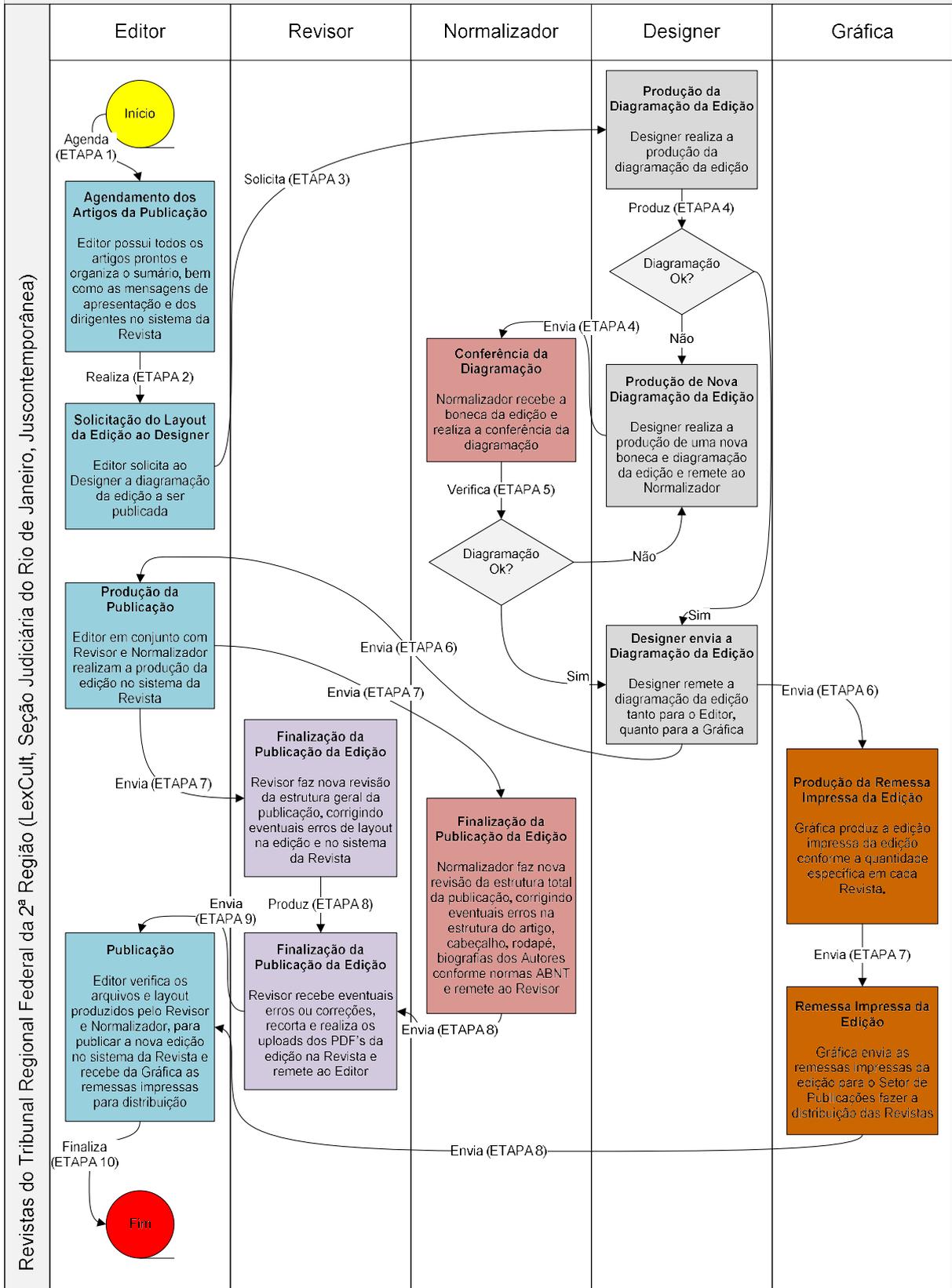
APÊNDICE E – PROCESSO DE SUBMISSÃO

Processo de Submissão de Artigos



APÊNDICE F – PROCESSO DE PUBLICAÇÃO

Processo de Publicação da Edição (versões digital e física)



APÊNDICE G – PROCESSO DOS INDEXADORES

